

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Trabalho de Graduação Individual em Geografia

***HENRY FORD ENTRE A CASA-GRANDE E O
CHÃO DA FÁBRICA***

Daniel Nunes Leal

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Daniel Nunes Leal

***HENRY FORD ENTRE A CASA-GRANDE E O
CHÃO DA FÁBRICA***

Trabalho de Graduação Individual apresentado à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob
orientação do prof. Dr. Anselmo Alfredo.

São Paulo

2015

*Dizes: vou partir
Para outras terras, para outros mares
Para uma cidade tão bela
Como esta nunca foi nem pode ser
Esta cidade onde a cada passo se aperta
O nó corredio: coração sepultado na tumba de um corpo,
Coração inútil, gasto, quanto tempo ainda
Será preciso ficar confinado entre as paredes
Das ruelas de um espírito banal?
Para onde quer que olhe
Só vejo as sombras ruínas da minha vida.
Tantos anos vividos, desperdiçados
Tantos anos perdidos.*

*Não existe outra terra, meu amigo, nem outro mar,
Porque a cidade irá atrás de ti; as mesmas ruas
Cruzam sem fim as mesmas ruas; os mesmos
Subúrbios do espírito passam da juventude à velhice,
E tu perderás os teus dentes e os teus cabelos
Dentro da mesma casa. A cidade é uma armadilha.
Só este porto te espera
E nenhum navio te levará onde não podes.
Ah! então não vês que te desgraçaste neste lugar miserável
E que a tua vida já não vale nada.
Nem que vás procurá-la nos confins da terra?*

– Konstantinos Kaváfis, *A cidade*.

AGRADECIMENTOS

A escrita é um exercício de liberdade, em seu duplo sentido. Se, por um lado, as páginas cá redigidas são o corolário de certas inquietações individuais que apontam para a prática teórica da crítica, por outro, superficialmente, isenta-me da agradável experiência da amizade. Posto sob a sociabilidade mediada pelo valor, resta-me a dúvida do alcance da experiência intelectual coletiva, ou se esta é realmente possível. Devo apostar, entretanto, que preciosos instantes me foram essenciais para a reflexão; ora, o aspecto formal do texto esconde o processo da experiência, ainda que esta seja uma ficção construída *a posteriori*. Estes momentos encarnam-se indubitavelmente nestas páginas, e, uma vez que os reconheço – em maior ou menor grau –, agradeço a alguns amigos.

Primeiramente, o Anselmo, orientador, pela profícuas teses acerca da crítica do valor e da modernização periférica, para além do conformismo dos reformadores, cegamente crentes no desenvolvimento de nosso país. Agradeço também a Antonio Carlos Robert Moraes, o professor Tonico, por despertar-me o interesse pela geografia histórica do Brasil; sobretudo o *Trem Fantasma*, do Foot¹, fez-me voltar os olhos para a Amazônia e sua fascinante história.

Aos companheiros de Favela, principalmente pelas conversas madrugada adentro. Durante mais de quatro anos, dedicamos muitos momentos discutindo sobre nossas pesquisas, ou mais, sobre nossas vidas, em todos os seus aspectos. Ao Leo, agradeço as conversas sobre filosofia, ceticismo, marxismo e inquietações da vida. Ao Mateus, os interessantes debates sobre literatura e cultura. Ao Edu e ao Felipe, pela amizade.

Agradeço aos companheiros na geografia: ao Pedro, a Maísa, a Patrícia, ao Will e ao Danilo, pela amizade, pelas discussões acerca da história do marxismo, pelas festas, pelas cervejas, pelos filmes, pelas viagens, enfim, pelos rolês. Desculpem a injustiça de não mencionar muitos nomes.

Em São Vicente, de onde nunca me ausentei totalmente, agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram o gosto pela leitura. Sou, finalmente, grato ao Guilherme e ao Lucas, pelos infundáveis papos nos botecos.

Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq.

¹ Francisco Foot Hardman. *O trem fantasma: A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RESUMO

O presente estudo compreende a trajetória da Companhia Ford Industrial do Brasil em solo amazônico. Para tanto, é necessário traçar as linhas gerais configuradoras de um mercado mundial como a realidade crítica da desigual realização do valor no espaço. Ou seja, de uma divisão internacional do trabalho, depreende-se, primeiramente, por que razões uma parcela privilegiada do capital estadunidense, pleiteando sua realização, buscará na Amazônia o meio possível da diminuição de seus custos de produção: isso se dá através do plano de cultivo racional do látex para a confecção de pneus. Em seguida, entende-se a modernização nacional como a feição negativa encarnada da acumulação capitalista global: Fordlândia e Belterra, as cidades de Ford, daí surgem como resultado da contradição agrário-urbana própria da periferia, como assentada na produção de relações “arcaicas” enquanto o pressuposto da reprodução de relações modernas. Por fim, este cenário construído é de um aparente conflito entre os caracteres tipicamente “não-capitalistas” – através do patrimonialismo ao qual a classe operária local estava habituada – e os “propriamente modernos”, por meio da impessoalidade e da burocracia da linha de produção. Entretanto, de tal oposição, o que se repõe como seu fundamento é a própria reprodução capitalista enquanto crise da valorização do valor, expressa na instabilidade da força de trabalho e, como colapso, na falência do projeto.

Palavras-chave: Companhia Ford Industrial do Brasil; Fordlândia; modernização periférica.

ABSTRACT

Henry Ford between the casa-grande and the power plant floor

This study understands the trajectory of Companhia Ford Industrial do Brasil in Amazon. Therefore, is necessary constructs the outlines of a worldwide market like a critic reality of the uneven realization of the value in the space. In other words, we understand for what reasons a privileged fraction of the American capitals, seeking its realization, seek the Amazon possible through the reduction of production costs: it is through the rational cultivation plan latex for making tires. From this statement, we mean the national modernization as the negative feature embodied the global capitalist accumulation: Fordlândia and Belterra, the cities of Ford, there arise as a result of their own agrarian-urban periphery contradiction, as seated in the relations of production "archaic" while playing the assumption of modern relationships. The scenery is an apparent conflict between the characters typically "non-capitalist" – through the patronage that the local working class was accustomed – and the "modern" relationships, through the impersonality and the production line bureaucracy. However, such opposition, which resets as its foundation is the capitalist reproduction of the value like an appreciation of the crisis, expressed in the instability of the workforce and, as a collapse, in the project failure.

Key words: Companhia Ford Industrial do Brasil; Fordlândia; peripheral modernization.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO. <i>Pressupostos da crítica</i>	09
CAPÍTULO 1. <i>As luzes ofuscantes do farol. O motor enguiçado: A expansão geográfica da crise do capital sob o fetiche do crescimento econômico</i>	13
1.1. Crise e fetichismo do valor	13
1.2. Acumulação do capital como perpetuação da crise	23
1.3. A expansão da crise do valor	25
CAPÍTULO 2. <i>Nos interlúdios do mundo dos sonhos: Sob o expansionismo do capital estadunidense</i>	37
2.1. Mercado mundial e economia norte-americana	37
2.2. O novo homem no espelho	43
2.3. Monopólio e mercado da borracha: Os interesses de Ford na selva	50
CAPÍTULO 3. <i>O outro do automóvel: A formação da economia periférica brasileira</i>	53
3.1. A espacialidade desigual	53
3.2. Modernização e contradição agrário-urbana na periferia	58
3.3. A economia gomífera no contexto da modernização periférica	68
CAPÍTULO 4. <i>Henry Ford entre a casa-grande e o chão da fábrica: Fordlândia e Belterra como expressões da crise</i>	85
4.1. Os primeiros anos do projeto	85
4.2. A insustentável situação das cidades da selva	100
4.3. Relações de trabalho, patrimonialismo e crise	106
4.4. O navio zarpuou, mas o que restou de Fordlândia e Belterra?	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS. <i>Os limites da teoria como pontas de lança</i>	119
REFERÊNCIAS	123
ANEXO. <i>Fichas de contratação de funcionários da Companhia Ford Industrial do Brasil</i>	128

ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E IMAGENS

Gráfico 1: <i>Níveis de desemprego (%) nos EUA, de 1914 a 1940</i>	42
Gráfico 2: <i>Utilização da capacidade produtiva (%) nos EUA, de 1920 a 1939</i>	44
Quadro 1: <i>Lucro total por acre plantado e como participação do capital investido (Companhias de plantação de borracha no sudeste asiático), 1915-1922</i>	51
Quadro 2: <i>Produção de borracha na Amazônia, 1827-1860</i>	71
Quadro 3: <i>Rotatividade dos funcionários, 1937-1945</i>	111
Imagem 1: <i>Foto aérea da fábrica da Ford em River Rouge, 1927</i>	46
Imagem 2: <i>A fábrica de River Rouge vista de perto, suntuosa e labiríntica</i>	47
Imagem 3: <i>Pele de borracha dispostas em frente a um barracão</i>	78
Imagem 4: <i>Localização de Fordlândia e Belterra no Pará</i>	83
Imagem 5: <i>Planta de Fordlândia</i>	88
Imagem 6: <i>Queimada de terrenos em Fordlândia, em 1929, para a formação do seringal</i> ..	89
Imagem 7: <i>Jorge Dumont Villares e trabalhadores no trato dos seringais</i>	91
Imagem 8: <i>Casas da vila operária de Fordlândia</i>	97
Imagem 9: <i>Vista aérea de Fordlândia em 1934</i>	101
Imagem 10: <i>Um bangalô em Belterra</i>	102
Imagem 11: <i>Nos fins de semana, os americanos costumavam frequentar a piscina do clube para os graduados</i>	103
Imagem 12: <i>Vista da plantação em Belterra</i>	107
Imagem 13: <i>Ruínas da antiga usina de força de Fordlândia, junto à famosa caixa d'água, símbolo da cidade</i>	117

INTRODUÇÃO

PRESSUPOSTOS DA CRÍTICA

“A lógica da história é tão destruidora como os homens que produz: onde quer que penda a sua força de gravidade, reproduz o equivalente do infortúnio passado. O normal é a morte.”

– Theodor Adorno, *Minima Moralia*.

A hipótese que levanta este trabalho é a de que a instalação da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia (CFIB), ocorrida em 1928, é expressão sintomática da universalidade do modo de produção capitalista. Em outras palavras, os núcleos de Fordlândia e Belterra inserem-se num processo de reorganização do capitalismo mundial, efeito da redefinição da expansão geográfica da crise do valor. Esta crise, uma vez que *imane*nte ao capital, sustenta-se num desenvolvimento desigual *simultâneo* entre um centro e uma periferia enquanto categorias espaciais. Mais especificamente, o espaço revela a relação entre a expansão crítica do capital monopolista norte-americano e o processo de industrialização negativa² próprio da economia periférica brasileira; esta ocorrida sobre uma ressignificação do âmbito agrário. Supõe-se, a partir disso, que o método de produção fordista constitui, na história do empreendimento de Ford, uma conjuntura específica, que se erige do contato com a forma antitética da industrialização periférica; a produção do espaço submetida a uma racionalidade instrumental, sobre um tempo linear e abstrato, embate-se com um pensamento acomodado à pessoalidade do patrimonialismo. Aparentemente contraditória, tal relação é na realidade descortinada como uma particularidade; como forma da crise manifesta, de outros modos, em um alto grau de instabilidade da força de trabalho.

² Negativa pois não se realizou nos mesmos termos que a industrialização norte-americana, tomada como o modelo da acumulação. Todavia, um modo de modernização pressupõe o outro como seu contrário, dialeticamente. Estes termos ganharão sentido no decorrer do primeiro capítulo desta monografia.

Para tanto, o primeiro capítulo, “*As luzes ofuscantes do farol. O motor enguiçado*”, parte do conceito de crise em Marx, apontando para a crítica do valor como o modo mais elementar em que essa crise se revela. Esta se fetichiza no crescimento das forças produtivas, aparecendo periodicamente como algo externo ao desenvolvimento do capital. Nossa contribuição é expô-la como imanente ao capital, e que existe desde suas formas mais simples: do fetichismo da forma-dinheiro como equivalente universal, separada das demais mercadorias, vemos como ela é já aí uma possibilidade. Com a complexificação das relações econômicas e sociais, com a passagem da esfera da circulação simples à reprodução global do capital, a crise torna-se mesmo uma necessidade, cuja expressão fundamental está na queda tendencial da taxa de lucro. Este último fator, como tendência, conta com causas contrariantes que possibilitam, temporariamente, margens de lucro maiores para certos países e empresas: dessas causas, interessa-nos especialmente a expansão do mercado mundial. A partir de então, os excedentes de mercadorias e capitais escoam do centro para a periferia, numa busca incessante por superlucros que revertam a tendência geral. Ou seja, a geografia desse movimento manifesta-se indubitavelmente como expansão da crise, configuradora de uma relação centro-periferia específica, em que esta paga a crise daquela.

No capítulo dois, “*Nos interlúdios do mundo dos sonhos*”, objetivamos mostrar mais especificamente como se configura esse mercado mundial, situando-o no contexto de imperialismo: a crescente concentração e centralização dos capitais tomam aqui a forma dos grandes monopólios financiadores da expansão do capital bancário e industrial conjugados. Em tal seara, cabe estudar a formação da economia norte-americana e sua relação com a periferia do modo de produção, encarnadas não de outra forma senão no advento do fordismo e do *American way of life*, assentados na formação de um “novo homem”, voltado ao mundo do trabalho e ao consumo. Veremos como o fordismo é responsável pela definição de uma relação espaço-temporal própria, e que busca um mercado consumidor mundial que se efetivaria somente após a Segunda Guerra Mundial. Mais especificamente, avançaremos na observação de como um cartel inglês estabelecido sobre a produção de borracha – o Plano Stevenson, de 1922 –, obrigou Henry Ford a buscar uma saída para a produção dos pneus de seus carros. O empresário chegara ao Brasil a partir da *American Rubber Mission*, comissão que possuía a tarefa de procurar um terreno adequado para a produção gomífera. Nesse contexto a Companhia obteria, em 1927, terras na margem direita do Rio Tapajós, no Pará, por 125 mil dólares. A divisão internacional do trabalho que se vislumbra promove uma divisão campo-cidade a nível global e desenvolve, como crise, uma contradição agrário-

urbana específica da periferia. Tais condições condizem com a industrialização brasileira.

Chega-se ao tema do terceiro capítulo, “*O outro do automóvel*”, que busca analisar a formação da economia periférica brasileira, e sobretudo amazônica. Vemos aqui a industrialização de São Paulo como realidade identitária e antitética da acumulação capitalista dos países centrais, do mesmo modo que a industrialização negativa da Amazônia é pressuposto da modernização capitalista às avessas de São Paulo e fomento do crescimento das forças produtivas – ainda que como fetiche – nos Estados Unidos; uma relação agrário-urbana estabelecendo-se como a forma de ser da formação socioespacial periférica. Toma-se uma geografia do desigual. Na Amazônia, a economia da borracha será responsável pelo desenvolvimento de um sistema creditício próprio das casas aviadoras: o resultado é o enriquecimento dos barões do ouro branco e a configuração de uma *belle époque* da selva, assentada sobre a dívida do seringueiro. Uma política de favores é o que se perpetua como manifestação da reprodução ampliada do valor, aparentemente reprodução simples do dinheiro como uma ausência. Em outras palavras, o dinheiro não é aparente, mas é pressuposto na mentalidade que constitui o favor. Após o resgate da história da economia gomífera, em sua ascensão e queda, trava-se uma linha que liga tal declínio aos planos de reorganização do capital estadunidense: apresentar-se-á as querelas entre os grandes seringalistas, o Estado nacional e a Ford Motor Company como forma outra daquela política de favores que configura a sociedade capitalista brasileira; nesse comportamento, no entanto, *as ideias não estão fora do lugar*. A partir de então, Fordlândia surge como a materialização da oportunidade de definição de uma produção fordista ocorrida em escala mundial, ao passo que a periferia aí cumpre o papel de fonte de matérias-primas e mercado de escoamento de capitais. A crise do capital revelar-se-á, não obstante, na falência do projeto de Ford.

O empreendimento de Fordlândia, e Belterra em 1934, consolidam-se como a forma manifesta da industrialização negativa da selva amazônica, em suas contradições, pois ocorrida num processo de modernização periférica: aqui, um setor moderno de produção engendrar-se-ia de uma base arcaica, assim como esse arcaísmo seria ressignificado com a incorporação dessas mesmas novas relações. Nas *company towns* de Ford, isso se encarna nas relações patriarcais mantidas como fundamento da reprodução de relações modernas. O tema do quarto e último capítulo, “*Henry Ford entre a casa-grande e o chão da fábrica*”, se nos emerge. O projeto da Ford fora desde o início um fracasso: a carência de mão-de-obra era enorme, e a ação de fungos acometendo a plantação trazia resultados desastrosos; além disso, a própria escolha do terreno, sem estudos prévios, já teria caracterizado um mau começo.

Nem mesmo a aquisição de Belterra em 1934, uma vez que mais próxima a Santarém, modificaria a situação: as relações críticas de trabalho que se vislumbravam – de impessoalidade e favor, da burocracia e do compromisso moral – levaram a Companhia a se retirar do local em 1945.

Tal conduta não foi um “erro” da empresa supracitada ou um “ponto fora da curva” da história da acumulação capitalista: a falência do empreendimento atesta a própria crise do valor, da qual a periferia é indubitável expressão. Ou seja, do aparente conflito entre a casa-grande e a fábrica, o que se sobressai é a reposição do próprio processo de reprodução capitalista mundializada; a crise sendo-lhe a necessidade negativa e escamoteada do processo, desde a forma-valor à queda tendencial da taxa de lucro, configuradora de um mercado mundial crítico do qual emerge Fordlândia. A morte dessa cidade só põe em maior relevo a condição meramente histórica do capitalismo, como momento de sua crise. Aprofundar-se nas veias abertas por tal questão é condição *sine qua non* para o conhecimento de nossa realidade.

A presente inquirição conta como fundamento metodológico unicamente a pesquisa bibliográfica, uma vez que a pesquisa exploratória quedou-se impossibilitada pela carência de recursos. A partir daquela, que se direcionou para o sentido de enriquecer a base teórica, efetuou-se uma análise interpretativa que nos permitiu levantar questões a respeito de certos conceitos, problematizando a história da economia nacional e, obviamente, do ciclo da borracha e da Companhia Ford Industrial do Brasil. Em tal âmbito, atribuímos a Marx a contribuição primordial da investigação teórica, seguida da ótica da crítica do valor, aqui promulgada por Kurz e Jappe; as vicissitudes de um mercado mundial crítico, por sua vez, devem reconhecimento às páginas escritas por Mandel, assim como uma elaboração atenta da modernização brasileira, se assim a foi, deve-se a José de Souza Martins e à brasilianista Barbara Weinstein – no que toca a concordar e discordar destes.

Reconhece-se a importância do trabalho de campo para a formação do geógrafo e como momento do concreto fundado em base empírica, que permite uma apropriação crítica configuradora da teoria: esperava-se uma averiguação dos jornais e periódicos acerca de Fordlândia e Belterra, como o *Folha do Norte*, *A Cidade* e o *Jornal de Santarém*, encontrados na Biblioteca Boanerges Sena, em Santarém, tal como o acesso aos arquivos do Ministério da Agricultura do Pará e entrevistas realizadas com os moradores remanescentes das *Company town*. Recorrer à sede da Ford do Brasil, em São Bernardo do Campo e aos sites do *National Archives*, de Washington, e da Ford Motor Company, de Dearborn, infelizmente não trouxeram resultados relevantes que pudessem ser utilizados na pesquisa.

CAPÍTULO 1

AS LUZES OFUSCANTES DO FAROL. O MOTOR ENGUIÇADO

A expansão geográfica da crise do capital sob o fetiche do crescimento econômico

*“A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico
não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio
nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está
fora do olho”*

– Karl Marx, *O capital*.

*“À esquerda o casebre — sim, o casebre — à beira da estrada.
À direita o campo aberto, com a lua ao longe.
O automóvel, que parecia há pouco dar-me liberdade,
É agora uma coisa onde estou fechado,
Que só posso conduzir se nele estiver fechado,
Que só domino se me incluir nele, se ele me incluir a mim”*

– Álvaro de Campos, *Ao volante do Chevrolet pela estrada de Sintra*.

1.1. Crise e fetichismo do valor

Da luz artificial emitida pelo Ford T que atravessa umbrosa estrada, vislumbra-se apenas uma áurea forma que, entretanto, parece iluminar o caminho do motorista. O fetichismo que ronda a mercadoria lanterna, objeto do moderno, se manifesta: adquire uma existência independente, sobressaída como uma fantasmagoria. Sua luz ofusca todo o mais, e de tal modo o refletor aparenta conduzir o pensamento que reflete sobre ele; o pensamento reduz-se unicamente ao que é iluminado, à superfície dos fenômenos. Autonomiza-se a coisa como a expressão máxima da sociabilidade geral, e toda a miríade de objetos que

caracterizam esta sociedade parecem por si só caminharem e se autorreproduzirem; o carro se anima e anda por conta pela estrada, guiando com seu farol por onde se deve seguir. Do automóvel que aparece na fábrica de Dearborn como fantasma da produção na selva amazônica – uma mercadoria *par excellence* –, expressa-se, entretanto, a *forma* para uma crise: pode-se exasperadamente lograr evitá-la, edificando-se os dois colossos de Fordlândia e Belterra, que passam a espectralmente habitar as margens do Tapajós. Inequivocamente, sem embargo, a tendência do capitalismo para a crise – aponta Marx – é algo que está já contido na estrutura da própria mercadoria, a partir da teoria do valor e da subsequente separação fundamental entre produção e consumo; *a crise é aí nada menos que a metamorfose da mercadoria*, disjunção de compra e venda³. Sinteticamente, infere-se as crises do mercado mundial como um todo; do mundo mágico do *American Dream* usurpar-se-á sua base, expondo-a como sintoma da ruína capitalista na falência da Ford do Brasil.

A sociabilidade fantasmática intrínseca ao presente modo de produção está baseada no valor e no trabalho abstratamente considerado como seu fundamento, expressos na mercadoria pelo processo de troca – e é antes uma forma-valor, exprimida no valor de troca, que de uso, ainda que fundamentalmente um não exista sem o outro. Porém, tal fantasmagoria não é meramente ilusão, mas uma realidade concreta (Kurz, 1997); os homens realmente trocam diferentes mercadorias entre si, mesmo que isso só seja possível devido a uma abstração. Denote-se daí duas considerações. Primeiramente, observe-se que “essa abstração que captura a determinação valor de troca é feita pelo processo de troca – o pensamento apenas recolhe a distinção feita” (Giannotti, 2013, p. 63); o pensamento é um momento a posteriori do processo, mas se manifesta como a mística fundante do concreto⁴, como um “poder estranho” – chegando-se a uma *dialética* entre abstrato e concreto, e não a uma antinomia ou uma sucessão no tempo entre o que se sucede e o juízo dele efetuado. Em segundo lugar, o pensamento da economia política clássica depreende a abstração da troca

³ *Apud* Jappe (2006, pp. 133-135), em sua explicação da teoria da crise em Marx. A respeito dessa dissociação entre produção e consumo presente na mercadoria, o autor explana que a produção, antes orientada para necessidades antecipadamente conhecidas – como no caso das corporações medievais que estabeleciam a quantidade e a qualidade da produção –, agora passa a ser dirigida para mercados anônimos, “nos quais somente a ‘mão invisível’ decide se o produtor encontrará o respectivo consumidor”.

⁴ “... a economia autônoma inverteu também a relação entre o abstrato e o concreto: a abstração deixa de ser a expressão de um mundo concreto e sensível, e todos os nexos são de uma abstração social que domina a sociedade sob a figura reificada do dinheiro [expressão acabada da forma-valor]” (Kurz, 2004, p. 215).

como um processo de alienação recíproca entre os proprietários *privados*, através do produto de seus trabalhos; contudo, se se ocorre a troca, esses diferentes trabalhos concretos individuais devem satisfazer uma encoberta necessidade social determinada:

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. *O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total*. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca (Marx, 2013, p. 148, grifo meu).

Portanto, “os trabalhos privados dos produtores recebem, de fato, um duplo caráter social”, como afirmou Marx:

Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo de trabalho privado, portanto e na medida em que lhe é equivalente (2013, p. 148).

Em outras palavras, há um “nexo social” que amalgama os diferentes produtores privados, aparentemente indiferentes uns aos outros, através da troca. Uma vez ocorrido tal contato, os valores de uso produzidos pelos diferentes trabalhos concretos expressam-se no valor de troca, ou, assim, na forma-valor. A troca, mediada por mercadorias, contudo autonomiza esta última, manifestando-se na superfície dos fenômenos como relação entre coisas, como será visto. Os indivíduos, por outro lado, aparecem ilusoriamente como livres, como se seus trabalhos fossem exclusivamente privados (Grespan, 2012, pp. 49-51).

O fetiche é uma ilusão real (Kurz, 1997), que objetivamente o preside, apresentando o imediato como uma totalidade autonomizada. Contudo, este é tão somente aparência, escamoteando a essencialidade que lhe fundamenta:

A essência converte-se muito mais naquilo que é velado sob a fachada do imediato, sob os pretensos fatos, e que faz deles aquilo que eles são, a lei da fatalidade à qual a história obedeceu até o momento; e isso tanto mais irresistivelmente quanto mais profundamente ela se oculta entre os fatos, a fim de se deixar desmentir por eles de maneira confortável (Adorno, 2009a, p. 144).

A aparência é forma identitária e antitética do fundamento, e vice-versa; não podemos tomar

um termo sem o outro⁵: a “essência não pode ser reconhecida senão junto à contradição do ente em relação àquilo que ele afirma ser” (*ibidem*, p. 145); a essência não pode se dissolver de sua ligação com o não essente. É mister, portanto, distingui-lo, visto que residualmente existente, mas não posto (Fausto, 1997): deve-se dirigir ao não-idêntico, captando da aparente homogeneização totalitária⁶ do valor suas contradições.

Sabemos, assim, que o próprio processo de troca é presidido por um fetiche. Ocorre-se uma abstração que permite a permuta entre diferentes mercadorias, visto que partem de um *pressuposto* comum: o tempo de trabalho *socialmente* necessário para sua produção – ocorre-se a equalização que permite trocar isso por aquilo, na qual o valor é o que se manifesta –, o que as coloca em pé de igualdade. Ora,

A igualdade *toto coelo* dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho (Marx, 2013, p. 149).

O trabalho abstrato define-se, desse modo, como a base da sociabilidade capitalista, tanto se tomado como “dispêndio de nervos, músculos e cérebro”, isto é, dispêndio de energia, quanto se situado como o que passa a presidir, como poder estranho, os diferentes trabalhos concretos expressos nas distintas mercadorias. É um fato da produção capitalista a

organização do próprio trabalho como trabalho social: mediante cooperação, divisão do trabalho e ligação do trabalho com a ciência natural [...] Em ambos os sentidos, *o modo de produção capitalista supera a propriedade privada e o trabalho privado, ainda que em formas antitéticas* (Marx, 1988, IV, p. 191, grifo meu);

ou seja, o trabalho social abstrato subsume os distintos trabalhos concretos através da socialização destes no processo de troca, do mesmo modo que tal subsunção abrange o abstrato dispêndio de energia (Grespan, 2012, p. 54). A abstração do trabalho inverte mesmo

⁵ Podemos concordar que, se introduzido um momento de positividade: “*a aparência é aparência*, a aparência é... essência, *a essência é essência*, a essência é... aparência, *a aparência é aparência*, etc.” (Fausto, 1997, p. 31), evidenciando a forma identitária e antitética desses momentos. Nisto, a metafísica – a ultrapassagem do mundo físico dos fenômenos – torna-se momento necessário da crítica aqui empregada.

⁶ Totalitária pois o valor se faz como a totalidade das relações sociais, destruindo ou absorvendo em sua existência tudo o que não lhe constituir. O totalitarismo político operava deste mesmo modo, aniquilando fisicamente os indivíduos que se encontravam fora ou contra sua racionalidade. Adorno (2006) propõe brilhante reflexão acerca da natureza totalitária da sociedade do valor.

sua relação com o mundo sensível, de modo que o denominado “trabalho vivo” torna-se tão somente uma “expressão do trabalho morto que se tornou independente”, e o produto concreto, sensível, apenas uma “expressão da abstração inerente ao dinheiro” (Kurz, 1992, p. 27). Segue-se que este trabalho abstrato, fundante da forma-valor – e mediado pela troca –, é uma *contradição em sua forma essencial*, dado ser negatividade (simultaneidade) do trabalho concreto: o valor, como igual crise do trabalho, desponta numa contradição insolúvel, que segundo Kurz conduzirá ao colapso do modo de produção capitalista (1997). Reiterando, somente como um fetiche é que se toma como possível relacionar mercadorias diferentes, a partir de uma abstração que reduz ao comum trabalhos concretos distintos; o próprio valor, portanto, definindo-se espectralmente. O trabalho, como coação social, apresenta-se na superfície dos fenômenos entretanto naturalizado, da maneira mesma que o valor passa a ser visto como forma objetiva “desprendida de todo conteúdo social” (Kurz, 1992, p. 26).

Como defendera Marx, não se sabe como apreender a objetividade do valor das mercadorias⁷; aliás, “na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural” (Marx, 2013, p. 125). Dialeticamente, ocorre-se-lhe a objetividade, mas como uma bruma que possibilita a equalização das diferentes mercadorias que flutuam sobre uma substância⁸ gelatinosa de trabalho humano:

as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois *sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias*. Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do valor que nelas se esconde (*ibidem*, p. 125, grifo meu).

A objetividade do valor é “puramente social”, desmistificando qualquer naturalização

⁷ Acerca desse trecho, podemos concordar com Jappe (2006) que a objetividade do valor é mesmo uma “*projeção*”, em sentido durkheimiano.

⁸ Ocorre-se o trabalho abstrato como substância que possibilita comparar elementos qualitativamente diferentes, isto é, distintas mercadorias como resultado de diferentes trabalhos privados. Cabe acrescentar que, assim, as mercadorias, na realidade “constituem apenas expressões *relativas* do tempo do trabalho social, sendo que sua relatividade não reside na relação em que se trocam mutuamente, mas na relação de todas com o trabalho social como sua substância”; e que o valor é ele mesmo substância – partindo-se da definição do conceito estabelecida por Hegel –, pois “é a mesmidade de todos os valores de troca que como tais estão negando, impedindo, e que particular, que se exerçam os valores de uso correspondentes. Uma mesmidade, porém, que vale como tal porque renega qualquer outra determinação que não está sendo reposta pelo ciclo produtivo” (Giannotti, 2013, p. 65).

do processo econômico⁹. Trata-se, nesse sentido, de um objeto histórico a ser criticado: a crítica econômica ao capital é de tal maneira uma crítica social necessária à natureza: crítica à naturalização da forma-valor como sua forma acabada, a forma-dinheiro que ofusca a visão dos economistas. Marx explora a gênese dessa forma-dinheiro: a partir de tanto, pressupõem-se formas mais simples da expressão do valor; ou seja, “da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, [desvenda-se] desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro” (*ibidem*, p. 125). O dinheiro é a forma *aparente* do valor, como sua forma mais complexa, que se fetichiza: o primeiro torna-se o espectro do segundo, e adquire sua própria autonomia. Para a economia política, por outro lado, o dinheiro em sua superficialidade aparece-lhe como a totalidade: fetichistamente, o dinheiro passa a ser o vínculo de todos os vínculos, como a “força galvano-química” da sociedade; torna-se mesmo a divindade *visível*, o *poder estranho* que se o é como capacidade exteriorizada da humanidade, e que se vale desta. Adquire-se aquele estatuto ontológico caracterizado pelo jovem Marx: ele tem o *atributo* de tudo possuir, como força onipotente que tudo compra (Marx, 2010, pp. 157-159). Refazer o trajeto do Marx de *O capital* é contudo ir além, expondo-se a negatividade do dinheiro.

Da relação de valor explicitada na troca temos, desde a *forma valor simples* à *forma-dinheiro*, perpassando a *forma valor desdobrada* e a *universal*, uma complexificação das expressões contraditórias entre forma relativa e forma equivalente, condizendo, igualmente, a uma doravante “autonomização do valor” (cf. Grespan, 2012, p. 64); inversamente, esta forma mais complexa decompõe-se gradualmente nas formas mais simples – isto é, a forma IV decompõe-se em III, III em II e, finalmente, II em I. Dessa forma valor simples extrai-se “o segredo de toda forma de valor”.

Suponha-se uma mercadoria *A* e uma mercadoria *B*: a primeira possui um papel ativo

⁹ Assim desnaturalizando, igualmente, o trabalho, esta obsessão ontologizada com o fim específico da exploração da força de trabalho alheia: “Os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho essa *força sobrenatural* de criação; pois precisamente do condicionamento natural do trabalho segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho torna-se necessariamente, em todas as condições sociais e culturais, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho. Ele só pode trabalhar com sua permissão, portanto, só pode viver com sua permissão” (Marx, 2012, p. 24, grifo meu). Contudo, essa mistificação é reproduzida mesmo nas esquerdas convencionais, que encaram o trabalho como a essência supra-histórica do homem. Cabe-nos concordar com Kurz (1992): o trabalho é histórico, indissociável do capital; trata-se então de aboli-lo.

enquanto a segunda tem um papel passivo; outrossim, as funções representadas são de *forma de valor relativa* e *forma equivalente*, respectivamente, enquanto elementos inseparáveis. Como forma relativa, *A* só expressa seu valor em *relação* a *B*, que é a forma que lhe equivale, é a forma que fornece o material para a expressão do valor em *A*; o valor de *A* só se expressa, destarte, por meio de outra mercadoria. É dedutível que *A* e *B* devem ser postos em igualdade para a troca: mas, em tal relação, apenas o valor de *A* é expresso, por meio da relação com seu equivalente, que é mesmo um corpo, uma coisa, de valor. *A* se expressa como valor a partir de sua relação com *B*, uma vez que o valor de *A* assume a forma de *B*; *A* assume a forma corpórea de *B*; o valor de *A* é expresso no valor de uso de *B* – aí encontrando-se a forma identitária das mercadorias. A forma de equivalente de uma mercadoria, por sua vez, “é a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria” (Marx, 2013, p. 132). Como corpo de valor, em *B* o valor de uso torna-se valor; ou melhor: em *B*, “um corpo de mercadoria [...] essa coisa imediatamente dada, expressa valor e, assim, possui, por natureza, forma de valor”. Aí reside o segredo da forma equivalente, que se manifesta como um espectro: *B* só se vale em relação a *A*, atuando com suas características justamente nessa relação; nisto, *a propriedade de permutabilidade do equivalente aparece como algo tão natural quanto seu peso ou forma*. Os economistas enxergam essa relação apenas, repetindo, quando se lhes aparece já pronta, como dinheiro; não vislumbram que nessa forma simples há “a solução do enigma da forma de equivalente” (cf. *ibidem*, p. 134). Daí o *fetichismo do dinheiro*.

A expressão desse equivalente toma formas mais elaboradas, desde x de mercadoria *A* = y de mercadoria *B* (como da forma valor simples), até z de *A* = w de *B*, ou = d de *C*, ou etc., quando se perde a possível casualidade da troca – forma valor desdobrada. Depois, temos *A* como equivalente universal, como igual a f de *B*, g de *C*, h de *D*, ... que expressa “os valores do mundo das mercadorias num único tipo de mercadoria, separada das outras”; “uma mercadoria se encontra, portanto, sob a forma da permutabilidade imediata com todas as outras mercadorias, ou em forma social imediata, porque e na medida que todas as outras mercadorias não se encontram sob ela” (*ibidem*, p. 136). Se essa mercadoria destacada é, historicamente, o ouro, temos a forma-dinheiro desvendada, finalmente, em seu mistério. De tal exclusão que o equivalente universal realiza, deduz-se que mutuamente as demais mercadorias, como formas relativas, a excluem: chega-se à contradição entre o dinheiro e as demais mercadorias, expressa fetichistamente no fato de aquele, como a divindade visível dotada do atributo de tudo possuir, fazer com que a mercadoria pareça expor nele o seu valor, e não o contrário; faz-se com que a troca apareça como “resultado do movimento do

dinheiro”, e não o contrário (Grespan, 2012, pp.65-67). Assim, retorna-se ao dinheiro aparente como da natureza do valor, uma vez olvidada a propriedade mística da forma equivalente, expressa desde sua forma mais elementar.

De tal modo a mercadoria, como forma fenomênica do valor e objetivação do trabalho¹⁰, adquire óbvia e inequivocamente uma identidade espectral; está “plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos”, privando-se de suas qualidades sensíveis. Entretanto, o “caráter místico da mercadoria não resulta [...] de seu valor de uso. Tampouco resulta do conteúdo das determinações de valor”, pois, neste, são sempre dispêndio de energia – de “nervos, músculos e cérebro”; mas é justamente deste mesmo termo que surge seu próprio enigma, visto que “a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho”, fetichizando a produção humana, portanto, como algo objetivo resultado da própria produção, em que “a relação social dos produtores com o trabalho total” manifesta-se como “uma relação social entre os objetos [produzidos], existente à margem dos produtores”. Desse modo, é “apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2013, p. 147). O capital é aqui o início e o fim do processo, como o próprio espírito hegeliano descido à terra. A mercadoria, internamente contradição entre valor e valor de uso, desdobra-se externamente na oposição citada anteriormente, entre mercadoria e dinheiro. Essa oposição sustenta a contradição entre a unidade e a indiferença entre os momentos da metamorfose da mercadoria, ou seja, da passagem do momento de venda (transformação da mercadoria em dinheiro) ao momento de compra (o contrário, transformação do dinheiro em mercadoria) no universo da circulação simples – mas que pressupõe já a reprodução ampliada. Dissocia-se, assim, M-D de D-M¹¹, evidenciando uma possibilidade formal de crise. Nesse momento, Grespan (2012) afirma que, pela possível invendabilidade de uma mercadoria em determinado intervalo de tempo, chega-se a “não realização de toda uma sequência de pagamentos”. Esta só pode ser, no entanto, uma interpretação fantasmática do caráter monetário, ao se situar os momentos de metamorfose da mercadoria numa linha temporal, abnegando a expressão simultânea da realização do momento da compra e da venda; ou melhor, a sucessão ocorre, mas como momento da

¹⁰ O valor, dessa forma, manifestamente mercadoria, mas essencialmente uma produção abstrata autorreferente.

¹¹ Cf. Marx *apud* Jappe, 2006, p. 166, nota 13. “Já no *Short outline* de 1858, Marx escrevia a Engels: ‘Nota apenas que a não-coincidência entre M-D e D-M é a forma mais abstracta e a mais superficial em que se exprime a possibilidade das crises’ (MEW 29/316)”.

simultâneo de um mesmo ato (Alfredo, 2013, p. 48):

D-M, a compra, é ao mesmo tempo venda, M-D; a última metamorfose de uma mercadoria é, por isso, simultaneamente, a primeira metamorfose de outra mercadoria [...] D-M, a fase final de M-D-M é, ao mesmo tempo, M-D, a primeira fase de M-D-M (Marx, 2013, p. 213).

Se essa possibilidade de crise é o que se encontra sob as formas mais elementares do valor, ela toma formas mais elaboradas conforme a complexificação da análise crítica do capital, atingindo mesmo o plano da necessidade, como se tornará explícito em nossa exposição. Entretanto, se desde o momento mais simples, a crise *imane*nte do valor nada tem a ver com o aparente poder alocador de valor intrínseco ao dinheiro, a crise só pode se revelar para o burguês como uma transcendência.

Quando o dinheiro deixa de ser simplesmente termo de uma circulação simples – como medida de valor e meio de circulação –, e se manifesta logicamente na reprodução ampliada como capital enquanto valorização do valor, o que se vale aos olhos é que dinheiro gera mais dinheiro, como condição e resultado de um processo: D-M-D' (Jappe, 2006); desvelado, o próprio dinheiro arrasta para o ralo a etiqueta que confere o preço das mercadorias: visto que do preço se extrai, se o torcermos, uma relação de valor – como grandeza de valor expressa numa determinada soma em dinheiro – cabe-se que a expressão dessa grandeza, como mística, “esconde a *crise imane*nte desta medida como condição objetiva da própria identidade do capital” (Alfredo, 2010, p. 39). O capital – e, assim, sua crise – é, destarte, a forma identitária dele mesmo: sua passagem formal pressupõe uma forma, aceita como o valor, que atravessa para outra forma, a forma-valor; sua identidade lógica entrona-a como “a égide da forma em detrimento do conteúdo”, em que o último se queda expresso, pois, somente em sua negatividade, como forma; “a forma é o conteúdo dela mesma, sendo o valor e sua valorização condição e resultado do processo social” (*ibidem*, p. 40)¹².

Da produção abstrata do capital, tautologia de uma busca por excedentes cada vez maiores, a troca entre mercadorias dá ao lucro que aí se manifesta o caráter fantasmático de excedente de preço; mas este não passa, em ato, de uma forma fenomênica da mais-valia. Deve-se seguir as pegadas deixadas pelo primeiro termo para se chegar ao segundo, já que “o

¹² Esta é a própria potência destrutiva do valor: “a forma é completamente diferente em face do conteúdo, porque para ela este último não existe. O conteúdo dos trabalhos concretos desaparece porque estes se alienam no trabalho geral, no qual a particularidade de cada trabalho ‘se apaga completamente’” (Jappe, 2006, p. 57).

lucro do capitalista provém de que ele tem algo para vender que não pagou”; em outras palavras, há uma taxa de mais-valia implícita na mercadoria, a despeito de que o custo consista, para o capitalista, apenas da parte do trabalho paga. Isso vale globalmente – considerando-se o capital global como resultado do capital variável somado ao capital constante –, pois a “mais-valia, qualquer que seja sua origem, é [...] um excedente sobre o capital global adiantado” (Marx, 1988, IV, p. 32). A mais-valia tem sua origem no processo de produção, mas realiza-se somente na circulação, situando-a como movente e global:

O capitalista que produz o mais-valor, isto é, que suga trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, decerto, o primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário desse mais-valor. Ele tem ainda que dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção social, como o proprietário fundiário etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes (Marx, 2013, p. 639).

Interessa-nos que, no processo de distribuição, uma de suas formas é o lucro (Marx, 1982). Intrinsecamente a esse processo, mas em oportunidade outra, Marx define que a *taxa* de mais-valia é ela mesma denominada segundo o capital variável; segundo o capital global, por sua vez, é ela designada como taxa de lucro. São duas medições diferentes da mesma grandeza, que expressam sobre essa última, ao mesmo tempo, diferentes proporções ou relações (Marx, 1988, IV, p. 32).

Envolve o mercado, assim, o lucro enquanto o véu cobertor da mais-valia, como o que é exposto na superfície dos fenômenos. O elemento encoberto emerge travestido como fruto da concorrência, como mero aflorar-se resultado do processo de circulação, como se sua realização tomasse o lugar de seu surgimento. Ora, “se uma mercadoria é vendida acima ou abaixo de seu valor, só ocorre uma outra repartição da mais-valia”, que já está lá, mas que depende das flutuações do mercado para se realizar. Naturalmente, a exploração do trabalho, manifesta como tempo de trabalho apropriado pelo capitalista, junta-se ao tempo de circulação “como fator que limita a massa de mais-valia realizável em determinado intervalo de tempo”, de tal modo que se torna cada vez mais difícil os distinguirem: ambos se entrecruzam e

parecem determinar por igual a mais-valia; a forma original, em que capital e trabalho assalariado se defrontam, é disfarçada pela intromissão de relações aparentemente independentes dela; a própria mais-valia não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo e por isso este último facilmente

se apresenta como seu verdadeiro valor, de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias acima de seu valor imanente (*ibidem*, p. 33).

Por fim, Marx reafirma tal raciocínio e arrebatada:

Se a taxa de mais-valia é conhecida e sua grandeza é dada, a taxa de lucro expressa apenas o que ela de fato é, outra mensuração da mais-valia, sua mensuração segundo o valor do capital global em vez de segundo o valor da parte do capital da qual, por seu intercâmbio com trabalho, ele se origina diretamente. Mas, na realidade (isto é, no mundo dos fenômenos), a coisa aparece às avessas. A mais-valia é dada, mas dada como excedente do preço de venda da mercadoria sobre seu preço de custo; continua misterioso saber de onde provém esse excedente: da exploração do trabalho no processo de produção, da extração de vantagens do comprador no processo de circulação, ou de ambas (*ibidem*, p. 35).

Aqui, a mais-valia é o que está sob a relação do capital para consigo mesmo, “uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto” (*ibidem*, p. 36).

1.2. Acumulação do capital como perpetuação da crise

Uma breve nota seja posta no papel. O dito processo de *produção* da mais-valia, como foi de se notar, é global, pressupondo-se-o igualmente como *realização*, amalgamando estes dois momentos como partes constitutivas do mesmo processo (Marx, 1982). No processo de circularidade do capital, portanto, o que se torna visível é a perpetuação de sua realização, situando, em qualquer modo, capital como início e fim do processo.

Definindo-se de então um ciclo, este deve ser, primeiramente, o movimento realizado por certa quantidade de valor que deve funcionar como capital; ou seja, de transformar um quantum de dinheiro em maquinário e matéria-prima e em força de trabalho¹³; tal modificação age, por sua vez, na esfera de circulação, no mercado. Em seguida, como movimento de

¹³ Cf. Gaudemar (1977), em sua explanação da função da força de trabalho para o processo de valorização do valor, ou seja, para a determinação do capital através do trabalho produtivo (conjugação pelo trabalho como produtor e assegurador da produção de mais-valia e assegurador da transformação, enfim, da mais-valia em capital).

produção, os meios de produção estão convertidos em mercadorias com um valor acrescido de mais-valia; esta última gerada, assim, nesse processo. Enfim, as mercadorias devem se lançar novamente para o universo da circulação, objetivando serem vendidas para realizarem seu valor em dinheiro e convertê-lo novamente em capital, para então retornar ao primeiro momento. Uma vez que as mercadorias são vendidas pelo capitalista e são reconvertidas em capital, assim como se é realizado sem problemas, o *processo de circulação perpetuado constitui-se como processo de acumulação do capital* (Marx, 2013, p. 639). Isto aparece como a ânsia do capitalismo, como seu desejo – antes ser sua pulsão de morte; o “impulso [para a acumulação] se expressa, principalmente, no processo produtivo, por meio da criação da mais-valia absoluta e relativa”, criação essa de valor dependente da realização pela circulação (Harvey, 2013, p. 70).

Sucedese uma clara dimensão geográfica desse processo; como positividade, apreende-se que o desenvolvimento capitalista situa o “espaço produzido [...] como ‘condição de reprodução’” (Moreira, 1988, p. 14); ademais o crescimento, desencadeando em acumulação através de uma reprodução ampliada, pode resultar unicamente em dinamismo e expansão. Em outras palavras, a “acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível” (Harvey, 2013, p. 48). Da realização do valor contido na mercadoria, “a produção e a circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista” (*ibidem*, p. 54); ora, o resultado histórico é a *criação de um mercado mundial* que, se antes foi condição da formação do modo de produção capitalista, é agora por este subsumido¹⁴. Este processo resulta numa e é resultado de uma divisão territorial do trabalho que configura uma relação centro-periferia própria.

“Se a esfera da circulação não se expande, a acumulação para”, frisa-nos Harvey (2013, p. 71). Todavia, ocorre que a positividade da acumulação do capital necessita desnudar-se em sua negatividade: se o capital aparece como crescimento econômico através da expansão geográfica do mercado, ele pressupõe essa mesma expansão como *conditio sine qua non* de sua sobrevivência (a expansão da acumulação também ocorrendo na crise); o capital expande-se como via de transferência de suas contradições, encarnadas na busca de

¹⁴ “... a ampliação do comércio exterior, embora tenha sido na infância do modo de produção capitalista sua base, tornou-se, em seu progresso, pela necessidade intrínseca desse modo de produção, por sua necessidade de mercado sempre mais amplo, seu próprio produto” (Marx, 1988, IV, p. 171).

lucros acima da média como modo de reversão da crise em suas diversas determinações. Se o espaço se manifesta como condição da acumulação no tempo, negativamente ele é a revelação da simultaneidade da crise como supressão temporal, pela relação centro-periferia estabelecida. A expansão do capital só o é, em realidade, expansão de sua crise.

1.3. A expansão da crise do valor

Como aqui defendido, o desenvolvimento do modo de produção capitalista está totalmente assentado sobre uma condição contraditória entre o que se vê e o que há sob o olhar. Nos interlúdios do crescimento das forças produtivas e da automensuração do capital, habita igualmente, como voz velada, a própria crise do processo, levantando dois termos que correspondem ao mesmo fenômeno: o aparente é o desenvolvimento, o essencial é a crise; como lei do movimento, a queda da taxa de lucro fora percebida por Marx como a face abnegada do capital, expressão da crise que contém e que está no contida no valor. É nesse estágio, de reprodução global do capital que, nas palavras de Grespan (2012), a crise se torna necessária; é quando adquire sua “determinação plena” e as “condições de sua realização efetiva”, cuja *expressão fundamental* é o próprio declínio da taxa de lucro.

De acordo com a lei geral do desenvolvimento capitalista, a expansão da produção consiste necessariamente num decréscimo do capital variável *em relação* ao capital constante e, assim, em relação ao capital global posto em movimento; significa, pois, que a mesma quantidade de força de trabalho consome e processa um volume sempre crescente de capital fixo e circulante. Em outros termos, o trabalho pretérito aumenta em relação ao trabalho vivo, refletindo em um aumento da composição orgânica do capital social. Sucede-se, por conseguinte, que sua expressão, como progressivo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho, implica num maior número de matérias-primas transformadas em produtos pelo mesmo número de operários com menos trabalho; as mercadorias realizadas, contendo soma menor de trabalho, são agora mais baratas que anteriormente. A consequência imediata é que tal tendência,

com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de

lucro em queda contínua (Marx, 1988, IV, p. 155);

a taxa de mais-valia, assim, pode crescer relacionado ao trabalhador individual, mas decresce relacionado ao capital global aplicado; a massa de mais-valia, mesmo que cresça em termos absolutos, é decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado¹⁵. Essa mudança ocorre desigualmente em todas as esferas da produção.

No universo nebuloso da economia política, sem embargo, a lei jamais fora decifrada: as diferenças entre capital constante e variável ou a divisão de mais-valia e lucro (vista na seção 1.1), da divisão do lucro em suas variegadas formas, ou mesmo da formação da taxa de lucro enquanto tal, escondem-se sob um enigma indecifrável, acobertado pelo crescimento material do capital. É característica dessa progressão, no entanto, que ela se desdobre menos em gastos com trabalho vivo que com maquinário e matérias-primas; o capital global absorve, em proporção à sua grandeza, cada vez menos mais-valia, ainda que nisso se expresse um crescimento da parcela não remunerada do trabalho empregado – um aumento da taxa de mais-valia. A força de trabalho, dito também a massa de lucro, pode se ampliar, mas somente em termos absolutos; relativamente – já que menor que o capital constante – tem de se expressar na queda da taxa de lucro; as “mesmas leis [de crescimento da massa de capital global] produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro”, destarte de mais-valia, “e uma taxa decrescente de lucro” (*ibidem*, p. 159). Fenomenicamente: “Como tudo na concorrência, e portanto na consciência dos agentes da concorrência, se apresenta invertido, assim também essa lei, quero dizer, essa correlação íntima e necessária entre duas coisas que aparentam contradizer-se” (*ibidem*, p. 163).

A queda da taxa de lucro tem sua forma objetivada na própria mercadoria, como corolário do trabalho humano apropriado expresso na mais-valia desdobrada em lucro. O desenvolvimento das forças produtivas leva a um aumento da massa de lucro na venda das

¹⁵ É visível que, do mesmo modo, Marx assevera da esfera de produção imediata de capital, como forma da crise. Grespan assinalaria que é nesse momento, de reciprocidade entre produção e circulação, conformando o processo de produção global do capital, que a crise se apresentaria enquanto *efetividade*, pressuposta suas formas mais “simples”, desde a separação do dinheiro das demais mercadorias até contradição entre o aumento da taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital e, por fim, a desmedida entre os dois departamentos da economia. Uma crítica a essa visão exigiria um estudo aprofundado da teoria de Marx, mas cabe notar uma certa linha evolutiva da crise do valor em Grespan – ainda que a necessidade da crise seja relativa; ademais, de um olhar global sobre *O Negativo do capital* (2012), denota-se certa positividade do *tempo como solucionador das contradições*.

mercadorias, pois produz-se mais; ao mesmo tempo, uma diminuição da quantidade de trabalho contida numa mercadoria individual – “menos trabalho vivo objetivado” –, desencadeia no barateamento do produto final: há menor massa de lucro sobre cada mercadoria individual¹⁶. Isso quer dizer que “dado quantum de trabalho se realiza numa massa maior de mercadorias, contendo, portanto, cada mercadoria individual menos trabalho que antes” (*ibidem*, p. 164). Para o capitalista, novamente, o processo se expõe às avessas, como se ele, por sua livre vontade, adicionasse menos lucro à mercadoria, já que a produz em maior escala; capital torna-se espectralmente o ponto de partida e o de chegada: expresso em lucro e personificado no capitalista, nas zonas abissais do fenômeno compreendemos que o capital é expressão de sua própria crise, em que se apresenta como uma negatividade para consigo mesmo.

Podemos pontuar, desse modo mais acertadamente, que acumulação e crise são dois momentos do mesmo processo dialético. Marx aponta que “a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é [...] apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho” (*ibidem*, p. 155). O crescimento da massa global de capital implica em uma menor dimensão do trabalho vivo, ao passo que quanto mais aquele se desenvolve, como lei do modo de produção capitalista, “uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente”, gerando, consequentemente, “uma superpopulação trabalhadora permanente e excedente” (*ibidem*, p. 162); nesse estágio, uma diminuição pela metade do trabalho vivo precisaria de um crescimento quatro vezes maior do capital global, se comparado a um valor original igual a 1. Logo, se o

pressuposto do capital em investir em forças produtivas é ampliar a massa de mais-valia, devido, contraditoriamente, ao aumento da taxa de mais-valia, isto é, de sua produtividade que dispensa trabalho, toda expansão das relações de produção do capital são já uma negatividade do trabalho, o que torna a produção de mais-valia mesmo uma impossibilidade ao capital. Todo investimento, seja infraestrutural, seja na base de investimentos financeiros, se coloca como mera promessa de trabalho (Alfredo, 2010, p. 45).

O próprio trabalho, condição do desenvolvimento do capital, é por este negado como parte de seu desenvolvimento contraditório, em que a busca por mais-valia, pressuposto de sua

¹⁶ “...na mesma proporção em que a massa de lucro sobre o produto individual decresce, cresce o número dos produtos” (Marx, 1988, IV, p. 166).

expansão, torna-se-lhe algo irrealizável. O fetichismo, porém, se revela quando de certas possibilidades de crescimento da taxa de lucro, escamoteada sua negatividade enquanto crise – do trabalho e, assim, do capital – que não é meramente momento histórico, uma vez que *imane*nte: ora, reiterando, as condições de expansão pressupõem, como sua *forma lógica identitária e negativa*, a crise. Nesse sentido, “se expansão do capital é fundamentada pela crise”, crise e expansão são faces de uma só unidade; “a simultaneidade, como negação do tempo, é a forma espacial de ser do capital enquanto forma da contradição” (*ibidem*, p. 46).

Sob o modo de produção capitalista, o tempo é expresso justamente como linearidade e uniformidade, e, visto que o capital é negatividade de si mesmo, como abstração tautológica da produção pela produção; o capital, do mesmo modo dinheiro, torna-se um fim em si mesmo. Kurz chama a atenção, em tal sentido, para o fato de que o capital inverte mesmo a relação entre abstrato e concreto, conforme apontamos anteriormente; em tal seara, as atividades humanas encontram-se subsumidas à abstração do dinheiro, “que possibilitou converter a produção em trabalho geral e abstrato, cuja medida é o tempo” (2004, p. 215). A abstração do tempo de trabalho social, assim manifesta como *tempo médio* de produção de uma mercadoria, é concomitantemente crise dos tempos de trabalho individuais empregados na produção, ou seja, crise do trabalho concreto – sobretudo os menos produtivos (o abstrato regendo o concreto). Na automensuração do valor, a posição de tal média, como metamorfoseante, é portanto crítica, sendo constantemente o “alicerçar contraditório de um novo padrão de crise da própria medida [de tempo de trabalho], visto que os capitais que se realizaram enquanto tais se o fazem retirando os tempos de trabalho individuais menos produtivos que contribuíram na formação da última média”. Forma-se nova média – que permite a troca como equalização dos tempos de trabalho socialmente necessários para a produção das diferentes mercadorias, distinguindo-se somente a grandeza do valor nelas contidas – novamente como desconhecida, e tanto, como crise (crise do valor), promoverá a formação de uma mais nova média, como “redução do tempo social médio para a produção posto como necessidade da reprodução ampliada do capital”; isto é, deve-se produzir mais em menor tempo (Alfredo, 2010, p. 41). O progresso da produção, não obstante, é decretado por essa média, posta portanto como *negatividade temporal*. Desse modo, a crise é imanência, expressa logicamente pela forma identitária e antitética do tempo, o *espaço*, como *simultaneidade da crise*. No tempo, crise aparece como acumulação, negado seu par dialético, o espaço. Todavia, somente “suprimindo o tempo, pondo crise e acumulação como simultaneidades contraditórias e espaciais, é que se torna possível considerar a crítica ao

capital” (*ibidem*, p. 42). É preciso, assim, partir do espaço como *método*, visando desmistificar o fetichismo do tempo como tempo irrefreável de acumulação do capital, em que a crise se lhe é manifesta como externalidade¹⁷.

Sob a aparente surpresa da crise para os economistas, um primeiro mergulho à base sobre a qual esta flutua revela a própria acumulação. Isto é uma tautologia, não quer dizer nada. O que se quer, na realidade, é descobrir o que leva à crise, o que há por trás da queda da taxa de lucro, para se saber por onde se deve agarrá-lo – para repetirmos Marx. Ora, deve-se ir ao próprio valor como o fundante da crise, como fizemos; porém, é imperativo desdobrá-lo em elementos que dizem respeito ao processo global de produção e circulação do capital imbricados, postando as *flutuações históricas da taxa de lucro*. O caminho a se seguir, contudo nebuloso, leva a uma interpretação simplista do fato; isto é, além de analisarem os “problemas decorrentes da ruptura de equilíbrio com instrumentos para a análise do equilíbrio” (Mandel, 1982, p. 18), alguns analistas chegam a causas únicas como a origem da crise; Hilferding ou Bukharin, por exemplo, afirmavam simplesmente que o controle da “anarquia do mercado”, por parte do Estado, controlaria as crises¹⁸. Ernest Mandel, por outro lado, situa a crise como resultado de uma série de fatores amalgamados, dependente da análise de todas as leis básicas do desenvolvimento capitalista: assim, não se vale só da composição orgânica do capital – relação entre o capital constate e o variável –, mas do que lhe é relacionado: distribuição do capital constante entre capital fixo e circulante (incluindo volume de capital e sua distribuição entre os variegados setores), desenvolvimento da taxa de mais-valia e da taxa de acumulação, desenvolvimento do tempo de rotação do capital e, finalmente, relação de troca entre os dois departamentos da economia, incluída a tendência ao desenvolvimento desigual das várias esferas da produção. É decifrado mais um enigma como

¹⁷ Note-se bem, espaço como método, não como objeto. Portanto, não se quer retroceder analiticamente e amputar a historicidade do espaço; ademais, isso é inegável após Lefebvre (2004), que o define como constructo social, ou melhor, como condição e resultado da *reprodução das relações sociais de produção*. Massimo Quaini (2012) prossegue, por outras vias, com o mesmo raciocínio: o autor situa o espaço como resultado histórico do trabalho alienado, uma vez que a propriedade se põe como a mediação necessária da reprodução das relações sociais de produção. Tais considerações aparecerão, de forma mais ou menos clara, por todo este trabalho.

¹⁸ Vale conferir a análise de Mandel (1982) dos autores que efetuam análises “monocausalísticas” da crise: perpassa-se desde Rosa Luxemburgo e Otto Bauer a mesmo Kalecki. Cf. pp. 18-25. Por outro lado, vale-se de uma crítica: não se trata de problema de “ruptura de equilíbrio”, senão como um fetiche; essa análise é, entretanto, um avanço perante a visão das crises “com os instrumentos para a análise do equilíbrio”.

o banal.

Se antes afirmamos que se sucedem certas possibilidades de crescimento da taxa de lucro, isso é menos verdadeiro que dizer que, de fato, a despeito da queda da taxa de lucro, existem causas contrariantes que retardam seu efeito, definindo-a como uma tendência¹⁹. É nisso em que se agarram os economistas, tomando a exceção como regra, confusos em explicar o porquê da crise, tomando-a às avessas como exceção; regra e exceção, esses dois termos, invertem-se. Na trilha seguida por tal crescimento, uma novidade no processo produtivo dá a um capitalista a possibilidade de um lucro acima da média; o capitalista, que nesse momento

emprega modos de produção mais aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, vende [a mercadoria (forma fenomênica do valor e sobre a qual se expressa o lucro)] abaixo do preço de mercado, mas acima de seu preço de produção individual; assim, a taxa de lucro sobe para ele até que a concorrência tenha equalizado isso (Marx, 1988, IV, p. 167).

Isto é: no fim do processo, com a acessibilidade geral da tecnologia utilizada na produção, por parte dos diversos setores (o que transforma a ciência em força produtiva), a taxa de lucro novamente decai²⁰. Acrescente-se que outras causas entram em jogo, que possibilitam ao capital seguir sua trajetória cambaleante. Marx as enumera: elevação do grau de exploração do trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, aumento do capital por ações e, finalmente, comércio exterior, sobre o qual nos debruçaremos – devido sua espacialidade explícita²¹.

¹⁹ “Essencial, entretanto, é identificar as forças de ação contrária, a fim de que o curso real dos acontecimentos surja como resultado lógico e consistente da interação de forças favoráveis e contrárias” (Baran e Sweezy, 1974, p. 218).

²⁰ Por outro lado, Engels completa, há condições em que essa lei não é aplicável: algumas vezes não vale para o capitalista inovar e transformar em ferro-velho seu maquinário, uma vez que não aumentará sua taxa de lucro a curto prazo (Marx, 1988, IV, p. 188).

²¹ “O comércio exterior, que, inevitavelmente, surge com a expansão da acumulação, apenas ‘transfere as contradições a uma esfera mais ampla, dando-lhes maior latitude’”, e aprofundando a crise (Harvey, 2013, p. 53). Da geografia do processo, basta reiterar que a “produção e circulação capitalista [assim, acumulação (v. nota 15)], tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista. No processo, certos países talvez estabeleçam monopólio sobre a produção de determinadas mercadorias, enquanto as relações centro-periferia se produzirão numa escala global”, como será visto em breve (*ibidem*, p. 54).

Há uma geografia que situa inovação tecnológica e expansão do comércio exterior, do mercado, como equivalentes, visto que “o que é válido para diversos estágios de desenvolvimento num país [entre diferentes setores e indústrias] vale para diferentes estágios de desenvolvimento existentes lado a lado, simultaneamente, em diferentes países” (*ibidem*, p. 156). Tais comportamentos são expressões da busca por lucros acima da média – *superlucros*, numa terminologia mandeliana²² –, algo verossímil mas meramente efêmero, e que se fetichiza sobre infundáveis cálculos de desenvolvimento histórico das forças produtivas.

Nos países menos desenvolvidos, segundo Marx, o trabalho é mais improdutivo, pois, em uma jornada de trabalho, mais tempo é despendido para subsistência e menos tempo é empregado na geração de mais-valia. Sem embargo, a despeito de uma extração menor de mais-valia *per capita*, a taxa de mais-valia é maior na periferia, visto que a quantidade de capital variável empregado é maior. Este fato torna-se um ensejo para os países e empresas centrais elevarem sua taxa de lucro: dado seu maior desenvolvimento, a mercadoria individual é aí mais barata que na periferia, o que os permite vendê-las acima de seu valor, mas ainda mais baratas que nas colônias. Assim, à “medida que o trabalho do país mais adiantado é valorizado aqui como trabalho de peso específico mais elevado, a taxa de lucro sobe, pois o trabalho que não é pago como qualitativamente mais elevado é vendido como tal”. Isso só é possível porque o centro, em relação à periferia, atua como a fábrica pioneira em certa tecnologia. A situação se repete quanto aos capitais investidos: “eles podem proporcionar taxas de lucro mais elevadas” porque na colônia, em geral, “a taxa de lucro é mais alta, assim como é mais alta a exploração do trabalho graças ao emprego de escravos, cules etc.” (*ibidem*, p. 172), o que resulta em escoamento constante de excedente de capital; adiantando-se, a crítica periferia paga a crise do centro.

Salientamos um período histórico específico, que se configura por um relevo maior dado à exportação de excedentes de capitais ao invés simplesmente de mercadorias, consequência da tendência observável de uma fusão do capital industrial ao bancário, com uma oligarquia financeira sobressalente. Obviamente, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, observamos aqui uma concentração e uma centralização da produção e dos capitais efetuadas em altíssimo grau, gerando monopólios na forma de trustes, holdings ou

²² O autor utiliza esse conceito em vez da “maximização dos lucros” de Marx. No capitalismo monopolista, essa tese impede que a interpretação seja predominantemente tecnológica, o que faria voltar ao “monocausalismo”. Veremos que a “caça ao superlucro explica a expansão geográfica do capitalismo e os resultados do imperialismo...” (Singer, 1982, p. XV).

cartéis. A partir de então, formam-se associações monopolistas internacionais, “que dividem o mundo entre si”, chegando-se à “conclusão da divisão territorial de todo o mundo entre as grandes potências capitalistas”. Trata-se do imperialismo (Lenin, 2012, pp. 123-125), que por sinal leva o capitalismo a um novo estágio de acumulação e de crise. Nesse espectro, em que se manifesta a simultaneidade da crise como a revelação do segredo da acumulação no centro, desenvolve-se o processo de escoamento de capitais aqui descrito. Veremos, em nosso contexto, como a Ford Motor Company, buscando fugir do cartel da borracha estabelecido pela Inglaterra, unir-se-á a um outro monopólio com vistas à exploração gomífera; Fordlândia surge como igual oportunidade de defluência de capitais estadunidenses, a partir da construção de toda uma infraestrutura de abastecimento do mercado automobilístico mundial. Nesse momento, entretanto, cabe problematizar como esse escoamento do capital se sucede ainda num nível mais abstrato.

Em Harvey (2013), as crises se “resolvem” por meio de um *ajuste espacial*, no qual o centro se expande através de uma ação imperialista que busca resolver suas contradições internas. Parte-se de tal discussão como fundada por Hegel, e do tratamento dado por Marx²³; para aquele, a sociedade civil burguesa, em sua contradição captada, gera tanto riqueza quanto pobreza, como próprio de seu desenvolvimento. Movendo-se por sua “dialética interna”, a sociedade civil impele-se para o exterior, buscando mercados “em outros países, deficientes nos bens que superproduziu e atrasados no setor industrial” (p. 98). Para Marx, na terminologia de Harvey, “o ajuste espacial é nada mais que a projeção violenta das contradições do capitalismo sobre o palco mundial”. Harvey insere em seu argumento a noção de luta de classes e da concorrência como forçosas do ajuste tecnológico – aí, então, causa contrariante da queda tendencial da taxa de lucro –, o que “destrói” a “possibilidade relativa à acumulação equilibrada, e, desse modo, ameaçam a reprodução tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora” (*ibidem*, p. 112). Ora, esse suposto “equilíbrio” só pode ser um fetiche, ao qual o autor parece cair; ademais, a luta de classes, vê-se hoje, manifesta-se enquanto oposição somente no sentido de que leva a uma superação constante do capital por ele mesmo²⁴. De qualquer modo, a superacumulação daí resultante obriga a ações

²³ Tal como por Von Thünen, o qual, para efeitos práticos, deixaremos de lado.

²⁴ No sentido preconizado por Kurz (1997) de que a luta de classes apenas serviu, em seu desenvolvimento, para que o capitalismo se livrasse de seus resquícios pré-capitalistas. Diz Jappe: “os partidos e os sindicatos operários contribuíram para integração da classe operária na sociedade capitalista, libertando assim a própria sociedade capitalista de muitos dos seus anacronismos e deficiências estruturais” (2006, p. 9)

que possam remediá-la. Primeiramente, da expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva, a partir das colônias, que exaltam o papel do excedente de força de trabalho na busca do ajuste espacial; sobre esse ponto havendo de se pensar: a acumulação primitiva é mesmo um processo contínuo? Em segundo lugar, a expansão para mercados externos, cujo sucesso depende da dita “natureza não capitalista” e da capacidade de absorção de excedentes do país periférico receptor. Por fim, a conhecida exportação de capital excedente, visando novos recursos produtivos nos países periféricos: daí, um crescimento temporário do lucro, simultaneamente crise como superacumulação, como excesso de capital em relação a oportunidade de empregá-lo rentavelmente; por outro lado, face do mesmo processo, uma outra contradição se erige, como constituinte dos impasses de tal escoamento: sucede-se o risco da desvalorização dos capitais de uma nação desenvolvida, mediante a competição internacional fruto do possível crescimento desimpedido da colônia; porém, o desenvolvimento restringido no exterior limita essa mesma competição, o que pode ser vantajoso para o imperialista, mas impede o dinamismo que permite a exportação rentável do capital. Por outras vias, não obstante, chegaremos a esses mesmos três termos, visando suprasumir a visão harveyniana.

A designada expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva exige uma análise que a problematize. É possível ler a acumulação primitiva como contínua, realizada toda vez que se procura expandir o capital como causa refreadora da queda tendencial da taxa de lucro; permite-se a troca metabólica entre o processo descrito por Marx e o processo de acumulação de capital propriamente dito, a partir da exploração das colônias pelo excedente de força de trabalho na busca do denominado ajuste espacial – justificando mesmo a pertinência do capítulo 25 do livro primeiro de *O capital*. Nesse sentido, vê-se como as interpretações de Harvey e Mandel podem em tal ponto ser combinadas. Essa abordagem, não obstante, é passível de queda no mesmo problema da fantasmagoria que circundaria o setor que não atravessou o processo de acumulação, isto é, do setor “não capitalista”; acontece que, quando se fala da modernidade na periferia, esta é determinada pela modernização vigorante no centro (ver capítulo 3). O que se nos cabe é evidenciar o processo único de acumulação primitiva: desse modo, a industrialização inglesa pressupõe, como simultaneidade e como base de seu progresso, o escravismo mantido nas colônias, tratadas como não capitalistas; a colônia – aqui com Marx – revelaria o segredo da metrópole. Incrivelmente, esta mesma tese é utilizada por Harvey, ao tratar da política de Wakefield (Austrália), em que apreende a violência explícita na periferia como revelação da concomitante violência velada

do centro, da separação do trabalhador dos meios de produção.

A denominada “superacumulação” pressupõe, em sua base, superprodução: de meios de produção, na medida em que “estes funcionam como capital” e que, portanto, devem, “em relação ao valor inflado em função de sua massa inflada, implicar uma valorização desse valor, gerar um valor adicional”. Tanto redundaria em superprodução, uma vez que resultaria numa queda do grau de exploração da força de trabalho. Igualmente se o é, por conseguinte, geração contínua de uma superpopulação relativa, e que coexiste com o capital: aquela não é entretanto empregada pela parcela excedente deste, devido, como se vê, ao baixo grau de exploração do trabalho – o que proporcionaria lucros pífios. O capital é, nessa medida, exportado, por conferir maior taxa de lucro:

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (Marx, 1988, IV, p. 184).

Por fim, o sucesso da exportação de capitais, expressos ou não em mercadorias, dependeria, para certa gama de autores, da dita “natureza não capitalista” da nação receptora de bens, o que possibilitaria a realização da mais-valia reproduzida; para Rosa Luxemburgo, este é o ponto nevrálgico do modo de produção capitalista, cuja dificuldade de execução, à qual se soma a “necessidade subsequente de absorver um número crescente de esferas do mundo não-capitalista na circulação capitalista de mercadorias”, conduziria a crises e ao colapso (Mandel, 1982, pp. 19-22). Excluída a simplicidade ou o grau de veracidade da tese no que tange à Geena capitalista, é compreensível que o capital, dependendo da capacidade de consumo da colônia, cria um entrave a si mesmo: o crescimento abstrato, assim no tempo, da produção, da valorização do valor, choca-se como contradição com os meios de produção, com a valorização do valor do capital existente; o capital cria suas próprias barreiras, que lhe são imanes, como parte de sua identidade negativa para consigo mesmo, superando-se unicamente na medida em que esses estorvos lhes são repostos²⁵.

²⁵ “A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são *imanes*, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Marx, 1988, IV, p. 180, grifo meu).

Acerca da relação centro-periferia estabelecida, Luxemburgo e Harvey asseveram da “natureza não capitalista” da colônia. Mandel, por sua vez, sustenta que o movimento do capital começa e se mantém em consonância com relações não-capitalistas, como “troca constante, exploradora, metabólica”, embora se reponha o capitalismo como último termo; para o autor, “a economia mundial capitalista é um *sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial*” (*ibidem*, p. 32); essa relação expressa, entre outras formas, entre acumulação primitiva na periferia e acumulação de capital propriamente dita no centro. Tais compreensões, temerariamente, podem dar margem a um engodo fetichista, dada a suposta independência de um termo perante o outro, como se fosse possível autonomizar periferia de centro – como se não fossem momentos contraditórios do mesmo processo –, ontologizando aquela como o locus da revolução. Do mesmo modo, situar os subdesenvolvidos como semi ou não-capitalistas pode escapar da captação de suas contradições internas: pois, primeiro, Mandel lhe atribui um papel meramente passivo no processo. Segundo, o autor atribui uma acumulação primitiva constante da periferia, sendo que, na realidade, esta só se realiza uma única vez, na aurora do modo de produção, enquanto negatividade da acumulação dos países centrais. Em último lugar, certas relações tomadas como contraditórias não a são sob o ponto de vista lógico, o que desmistifica o fetiche pregado do “pré-capitalista”. Vale lembrar que o pressuposto, as relações capitalistas, estão sob a aparente forma da circulação simples, como algo “não-capitalista”; aquelas estão lá, embora não postas (Fausto, 1997). Voltaremos a essa problemática no terceiro capítulo, acerca da modernização periférica. O que nos interessa por enquanto é mostrar que existe uma relação, aparente como metabólica, desnudada como exploração imperialista, entre um setor menos desenvolvido e o seu contrário, em âmbito econômico – de distintos setores da indústria – e geográfico – de regiões de um país e entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Tais diferenças se constituem como as fontes do superlucro para as nações imperialistas, realizados como processo de transferência constante de valor por parte das periferias (Mandel, p. 62 e ss.). A conta da crise do centro, paga pelo subdesenvolvido, revela-se um pouco mais em seu mistério.

É necessária, dessa forma, essa distinção geográfica como a fonte de sustento dos lucros acima da média; ora, em escala internacional, isso ocorre como uma grande diferença de salários, de preços de produção e de taxas de lucro. Dada a heterogeneidade, o que se configura nesse momento como o *mercado mundial* é um sistema diferenciado, não-uniforme,

de preços de produção nacionais variáveis e preços unificados no mercado, que passa a intensificar as desigualdades nacionais no que tange à composição orgânica do capital e do nível da taxa de lucro (*ibidem*, p. 57). A característica vital desse mercado que se objetiva assimilar é a de um centro e uma periferia em crises, como simultaneidades espaciais do processo global de reprodução do capital. Enquanto expressão dessa negatividade está posta às claras as associações monopolísticas sedentas por superlucros no setor gomífero e – por trás – automobilístico, buscada uma efêmera escapatória para aumento da taxa de lucro; assim como de uma periferia crítica que funda seu processo de acumulação nacional somente como seu negativo, a não-acumulação. Nessa conjuntura, Henry Ford e seus assessores, os barões da borracha, Estado e imprensa, são todos os passageiros honrosos do capital, viajantes a bordo do Ford T pela mata.

CAPÍTULO 2

NOS INTERLÚDIOS DO MUNDO DOS SONHOS

Sob o expansionismo do capital estadunidense

*“Disseram na calçada
‘cor –
passou pelo pneus
reio.’*

*A cidade desatarraxou de súbito.
Um bêbado se arrastou para os chapéus.
Os anúncios boquiabriram-se de susto.”*
– Vladimir Maiakóvski, *No automóvel*.

*“E tanto pela manhã quanto a noite e nos sonhos da
madrugada agitava-se nessa rua um tráfego cada vez mais
intenso que, visto de cima, aparecia como uma mistura de
figuras humanas deformadas e tetos de veículos de toda a
espécie que se fundiam continuamente uns com os outros, na
qual se elevava uma confusão ainda maior e mais selvagem,
formada por ruídos, poeira e cheiros.”*

– Franz Kafka, *O desaparecido ou Amerika*.

2.1. Mercado mundial e economia norte-americana

Como os feixes de luzes que iluminam a Times Square, em suntuoso espetáculo, a sociedade americana aparece em meio à economia mundial retratada em imagem invejável, entronada como o ideal de civilização a ser alcançado. Um Ford T que corre pela Quinta Avenida, iluminando com seu farol o caminho a ser seguido direciona, não importa por onde

passa, a visão áurea da vida nos subúrbios, dos musicais da *Broadway* e dos passeios em família nos fins de semana. No movimento da expansão das forças produtivas e da definição do cidadão médio do *American dream* é, entretanto, violentamente arrastado para um plano abissal a crise imanente do valor; a miséria colonial é ofuscada pelo brilhantismo burguês. Se é desejável estabelecer um recorte histórico específico, o período de 1915 a 1929 levanta-se como o mais sintomático desta fantasmagoria do progresso, edificada em um plano endógeno e um externo. Respectivamente, “quer no que se refere à ampliação e utilização de sua capacidade produtiva interna e incremento do produto gerado, quer no que tange ao fortalecimento de suas posições no mercado externo relativamente à exportação de manufaturas e capitais” (Costa, 1981, p. 7).

Uma vez utilizada as lentes da geografia, o que se atesta de tal realidade é nada menos que um modo desigual de realização do valor no espaço, constituinte de um *mercado mundial*, tal qual o explicitado por Mandel (1982). Sucede-se-o, em tal período, pela formação de um sistema imperialista calcado na competição entre grandes grupos empresariais monopolísticos, disputando as diversas porções do globo como modo de barateamento do capital constante circulante e busca por superlucros. Desse modo, a distinção geográfica centro-periferia como supressão temporal repõe estas categorias como necessidade de escoamento de capitais por parte da metrópole e formação de um mercado interno consumidor periférico, ao passo que posto como negatividade determinada pelo moderno já estabelecido (Alfredo, 2008); acrescentando, a periferia tem seu desenvolvimento interno dado por suas próprias condições, mas que se constituem a partir de relações com o mercado mundial como um todo²⁶. A supracitada disputa por mercados estabelece outrossim um crescente processo de *concentração*, responsável por uma cada vez maior *centralização* dos capitais; ou seja, aquele processo de concentração da força de trabalho, meios de produção, etc. sob um mesmo território cede lugar a um cenário em que a prevalecente concorrência entre os diferentes capitais leva a uma voraz absorção dos setores e indústrias menos produtivos. Chega-se a um punhado de empresas associadas em trustes, holdings ou cartéis, estabelecendo seus acordos de preço e determinando uma expansão necessária do mercado para além de seus limites

²⁶ Reiterando, metrópole e colônia, como simultaneidade, “são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, parte do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações” (Franco, 1976).

nacionais: “As dificuldades para continuar expandindo os mercados internos, decorrentes da monopolização dos principais pontos de venda internos, especialmente da indústria pesada, forçou cada vez mais o capital a tomar a rota internacional (Mandel, 1982, p. 221). A partir de então, a concentração e a centralização dos capitais, externamente, põem em pé de disputa os diferentes monopólios compatriotas, ao passo que, internamente, as empresas se mantêm unidas sob a égide de um mesmo Estado; por exemplo, a General Motors e a Ford Motor Company, concorrentes no palco mundial, correspondem-se como interesses em comum da indústria automobilística norte-americana, como um truste único (cf. Bukharin, 1984).

Esta marcha histórica de tendência ao crescimento do monopólio “gera forte tendência ao crescimento do excedente sem que, ao mesmo tempo, se proporcione um mecanismo adequado para sua absorção” (Baran e Sweezy, 1974, p. 218). Por conseguinte, amalgama-se a não-absorção ao fetichismo de uma não-produção dos excedentes, que está contido pressuposta como potencialidade manifesta nas estatísticas de desemprego, não em gráficos e tabelas acerca de lucros e investimentos. Estender-se-á pelos meados da década de 1920 um crescimento da capacidade ociosa na economia dos Estados Unidos, cujo *boom* estará no *crack* da bolsa em outubro de 1929; sabemos que a depressão se configura como surpresa apenas para os economistas, que paranoicamente apontam para o baixo volume de investimentos realizados pelos empresários²⁷. No entanto, superando-se a positividade do tempo histórico como processo de automensuração do valor, o período do pós-I Grande Guerra é de apenas uma causa contrariante das determinações da crise. Seguindo a trilha de Marx, vislumbramos o comércio exterior e a inovação tecnológica, enquanto termos correspondentes, como os “estímulos” que barraram os “efeitos depressivos” do desenvolvimento do capital monopolista norte-americano²⁸, possibilitando uma absorção dos excedentes. Nesse contexto, a novidade do processo produtivo, que permite lucros acima da

²⁷ “os economistas burgueses em geral, não tinham absolutamente teoria alguma que deslindasse um fenômeno que, tanto quanto qualquer outro que se queira indicar, determinou o curso inteiro da história durante a segunda terça parte do século XX [...] O que os economistas persistem em considerar como um desvio constituiu, de fato, a concretização prática da norma teórica em cuja direção o sistema está sempre tendendo” (Baran e Sweezy, 1974, p. 239).

²⁸ De acordo com Baran e Sweezy (1974), a guerra também desempenha papel fundamental enquanto estímulo externo de refreamento da estagnação econômica. É de suma importância salientar que o crescimento do mercado automobilístico se dá pelas possibilidades abertas pela I Guerra Mundial. Acerca da inovação tecnológica, não a pensamos como dissociada de seu fator geográfico, como expansão do mercado. Cf., neste estudo, pp. 28-29.

média por parte de uma nação específica, é a indústria automobilística; como método de produção inovador, por sua vez, o fordismo permite uma transferência de valor dos setores que se lhe estão atrelados como atrasados. Em outros termos, como “invenção que marcou época”, o automobilismo abala amplamente “toda a estrutura da economia, criando, além do capital que absorve diretamente, vastos mercados para investimentos” (*ibidem*, p. 219). Produz-se “uma alteração radical na geografia econômica”, mas que é inconsciente; esses constantes revolucionamentos no processo produtivo não ocorrem pela vontade racional do capitalista, que, posto no turbilhão da concorrência, é obrigado a vender seus produtos abaixo de seu preço de produção até atualizar sua planta industrial (cf. Marx, 1988, IV). Neste ínterim, o fordismo se estabelece como a novidade que garante os superlucros e que levará os demais capitalistas a se inserir no mercado como propagadores destes mesmos métodos.

Nesse sentido, estabelecem-se os termos da contradição entre o fordismo como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e a indústria automobilística e todos os serviços e indústrias que lhe estão relacionados direta ou indiretamente. A forma identitária e antitética das relações de produção visualiza-se: através de oficinas e motéis construídos; do desenvolvimento da indústria do petróleo, do vidro e da borracha; finalmente, da reconfiguração dos padrões urbanísticos: a cidade passava a ser concebida como via de circulação para os carros (Baran e Sweezy, 1974, p. 220), marcando realmente um novo modo de vida:

Em torno do núcleo da indústria automobilística desenvolveu-se rapidamente todo um anel mágico de indústrias, que começaram a imitar esse exemplo. Formaram-se, então, as indústrias de eletrodomésticos e de aparelhos eletrônicos, bem como as indústrias de alimentos, as grandes lojas de departamentos e supermercados. Não devemos esquecer que também o sistema de crédito ao consumidor e o pagamento em prestações foram criados nos EUA. Além disso, a agricultura foi reestruturada, em todo lugar, segundo os moldes fordistas (Kurz, 1997, p. 360).

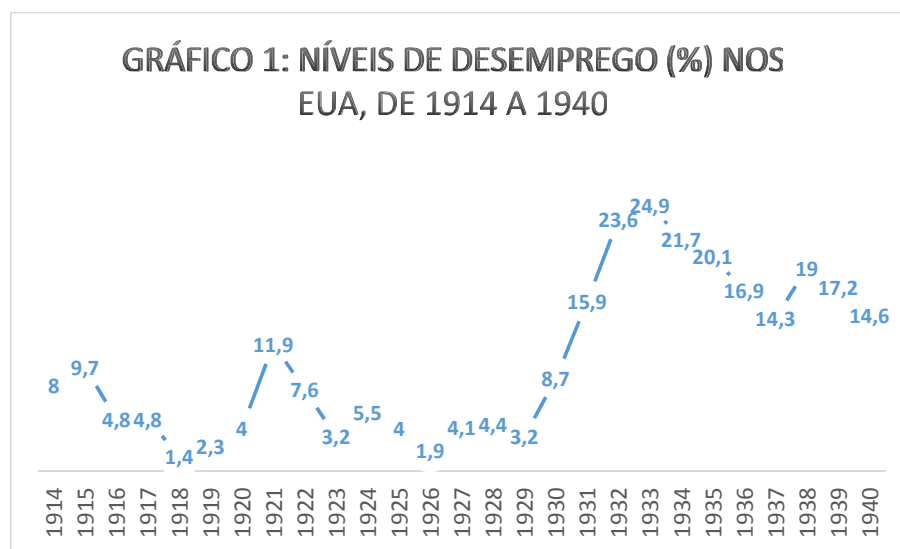
Extravasando uma economia nacional, tal processo de crescimento-crise é global, uma vez que obviamente o capital se realiza mundialmente; não obstante, na forma particular da expansão do mercado norte-americano, o capital se realiza, primeiramente, na

busca agressiva por mercados para os manufaturados [...]. Segundo, [na] pressão sobre o estoque interno de matérias-primas e elevação do nível de obtenção externa desses pressupostos da manufatura. Terceiro, [n]a expansão dos investimentos no estrangeiro como forma de estimular as exportações e garantir o controle sobre fontes essenciais de matérias-primas” (Costa, 1981, p. 9).

Por outro lado, a aplicação de uma produção racionalizada nos EUA pressupõe outrossim uma organização racionalizada do processo produtivo que tem a periferia como mercado de produção de matérias-primas, visando a redução dos custos de produção; em tal conjuntura, confirma-se a exportação de látex para a confecção dos pneus dos veículos, estabelecendo os termos de uma divisão campo-cidade a nível mundial e uma contradição agrário-urbana própria da colônia (ver capítulo 3). Mais especificamente, se o sistema de linha de produção se desenvolve nas fábricas de Michigan, isto é a condição mesma de sua realização negativa no resto do planeta; isto é, tal método de produção se realiza como impossibilidade de uma produção em série tal qual a da Ford, mas se generaliza inegavelmente – ainda que de modo desigual – como mentalidade. O que se vislumbra, em última instância, é a *constituição (inconsciente) de um mercado mundial regulado pelo fordismo, pelos termos de uma relação espaço-temporal própria*: o tempo tautológico da produção, já exclamado por Kurz (2004, p. 219), aprofunda-se ainda mais enquanto linearidade abstrata, posta como racionalização do processo produtivo e da vida, inculcados no corpo social; o espaço se condensa neste fluxo temporal como mera via de passagem. Observamos como tal mentalidade decerto sustenta aquela realidade fantasmagórica que, colocando o tempo como positividade abstrata, escamoteia o espaço como revelador da simultaneidade da crise.

O crescimento da economia estadunidense, como parcela privilegiada do capital global, apoia-se, pois, no surto automobilístico verificado após 1915: desse ano até 1929 observamos um aumento de dez vezes no número de emplacamentos (de 2,3 para 23 milhões), assim como no ano do *crack* atinge-se o número de 4,5 milhões de veículos produzidos. Porém, desenha-se desde meados da década de 1920 os traços originais que caracterizariam a Grande Depressão; os aspectos da imanência da crise sutilmente se revelariam. A despeito de uma uniformidade dos níveis de desemprego mantidos por baixo de 1922 a 1929 (gráfico 1) – atestando até certo ponto a absorção de seus excedentes –, a utilização da capacidade produtiva declina constantemente desde 1925, atingindo a cifra de apenas 66% em 1930 (Baran e Sweezy, 1974). Em outras palavras, desvela-se como simultaneidade o crescimento da capacidade de produção ociosa como a forma lógica negativa do processo de elevação da capacidade produtiva, que passa a demandar uma inversão de capitais cada vez maior para empregar a mesma quantidade de trabalho. A consequência é a manutenção contínua e sempre crescente de uma superpopulação excedente relativa coexistente com as exportações dos excedentes de capitais norte-americanos, para uma temerária garantia de taxas de lucro mais elevadas (cf. Marx, 1988, IV); basta conferir o gráfico 2. Da mesma maneira, poderíamos

acrescentar que mesmo os altos níveis de emprego da produção na primeira metade do decênio de 1920 sustentam-se, em maior ou menor grau, na manutenção simultânea de um amplo exército industrial de reserva na periferia. Trotsky (s/d [1936]), em famoso panfleto a respeito da crise de 29, afirma que os Estados Unidos não poderia manter sua posição sem arrastar para o colapso as massas que explora direta ou indiretamente em outras regiões americanas ou do mundo. Desse modo, o país “introduz em seus próprios fundamentos a instabilidade do sistema capitalista mundial. A economia e a política dos Estados Unidos dependem das crises, das guerras e das revoluções em todas as partes do mundo”.



Fonte: Baran e Sweezy, 1974. Organizado por Daniel Nunes Leal.

Note-se que o crack de 1929, como crise de superprodução aparente como crise de subconsumo (Alfredo, 2013), positivamente necessitava de um mercado consumidor que até então só existia enquanto negatividade. O valor, posto como negatividade de si enquanto processo de autovalorização *ad infinitum*, impõe-se como a perda de sua própria medida no processo de crescimento da composição orgânica do capital; isto se sucede uma vez que ele passa a reproduzir de modo desmedido seu próprio fundamento de autovalorização nos circuitos seguintes da acumulação, expressando-se finalmente em uma crise de superprodução. Logo, a desmedida é a medida do capital. Tornam-se expostas as veias de circulação do capital, evidenciando os limites internos por ele mesmo posto como a pedra fundamental de sua crise (Grespan, 2012). Se esta não-realização do mundo do automóvel nas décadas de 1920 e 1930 manifesta-se como uma barreira que impede o consumo, é ela apenas

a expressão fetichista do próprio processo de superprodução.

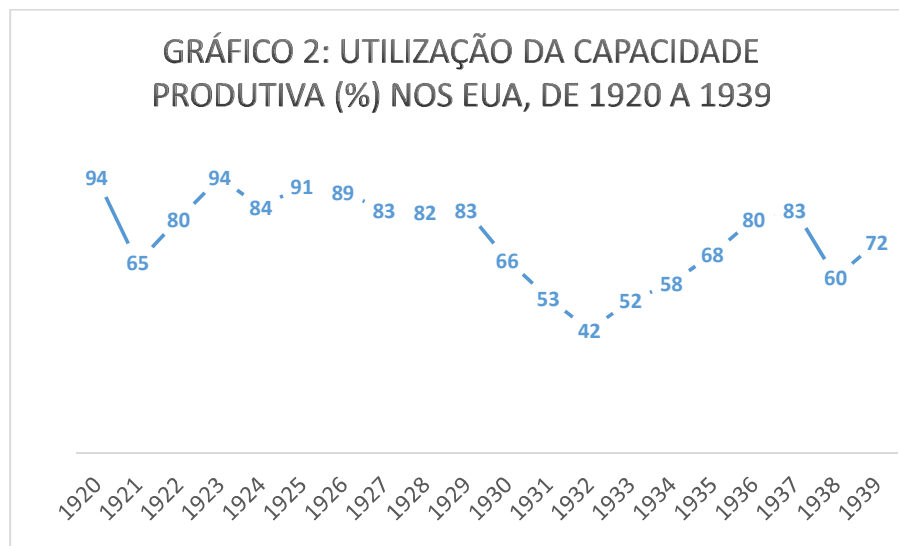
A expansão do fordismo, enquanto impossibilidade de sua realização por todo o planeta, impede a criação de um grande mercado consumidor de automóveis: na Europa, por exemplo, a produção de carros ainda ocorria a nível semi-artesanal – excetuando-se o caso da Fiat em Turim –, e todo aquele modo de vida pautado no consumo e na configuração de um urbanismo pensado sobre uma rede de fluxos constante apenas se concretizaria após 1945. Ou seja, depois da Segunda Guerra Mundial, superando as vicissitudes da Grande Depressão, é que se verifica um novo surto industrial na esfera civil²⁹: o sucesso do Plano Marshall, enquanto escoamento de excedentes de capital, permitiria igualmente a defluência em massa de mercadorias ociosas dos Estados Unidos. No Brasil, por sua vez, a condição dada era a de um espaço de expansão de capitais para a organização da produção de matérias-primas em larga escala por parte dos norte-americanos; o país emergiria igualmente como mercado consumidor só nos anos 1950, a partir do conhecido plano quinquenal de Kubitschek, e reproduziria os padrões da produção em série tão-somente após 1970. Uma vez que o fordismo não se define simplesmente pela produção e consumo de automóveis, mas por todo um modo de vida que se pauta numa racionalização da produção e no consumo de massa, cabe-nos perscrutá-lo. Vimos como tal momento se realiza desigualmente no espaço; os Estados Unidos serão o caso a ser analisado, não por ser o modelo a ser seguido, mas por se estabelecer como o pioneiro, do mesmo modo que a Inglaterra o é quando da acumulação primitiva.

2.2. O novo homem no espelho

As características fundamentais do fordismo, uma vez que a indústria automobilística espalhou-se enquanto inovação tecnológica por diversos outros ramos da economia, definiram-se pelo método produtivo racional estendido para toda a vida do trabalhador. A forma corporativa da produção e a racionalização das tecnologias, associadas a uma rígida divisão do trabalho não eram, contudo, novidade; esta “ciência do trabalho” já havia sido

²⁹ Condizendo com o movimento de expansão do capital estimulado pela economia de guerra. Durante os conflitos de 1939-1945 o crescimento se verifica pelo desenvolvimento industrial bélico; após o ocorrido, o mercado de capitais permanece próspero, agora pela conversão de capitais da indústria de guerra para a indústria civil (Baran e Sweezy, 1974).

desenvolvida nos *Princípios de administração científica* de Taylor, e já encontrava algum sucesso nos Estados Unidos e na Europa – donde a obra *Administração industrial e geral*, de Henri Fayol. Henry Ford introduzira no chão da fábrica a reciclagem de equipamentos, a separação entre os momentos de concepção e execução das tarefas, o princípio da redução permanente dos custos – racionalização dos gastos –, a esteira e a padronização dos elementos de produção, ditando um tempo rígido e único de trabalho (Kurz, 1997). Todavia, seu grande *insight* fora o de notar que “produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de produção da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, *um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista*” (Harvey, 2012, p. 121, grifo meu); significava um “novo homem”, como trabalhador “adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (Gramsci, 1999, p. 248). Certo autor diz que “o Sr. Ford põe para fora de sua fábrica cerca de 1500 carros por dia apenas para se livrar deles. Eles são subprodutos de seu principal negócio, que é a formação de homens” (Leonard *apud* Grandin, p. 48). De tal maneira,



Fonte: Baran e Sweezy, 1974. Organizado por Daniel Nunes Leal.

o propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que

as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores (Harvey, 2012, p. 122).

Este novo trabalhador, afeito aos ditames do trabalho e dedicando para tanto sua existência, assemelhava-se mesmo mais a uma máquina: não consumia bebidas alcoólicas, apenas o que lhe fosse “útil” – no sentido de uma economia marginalista; tinha sua atividade sexual controlada, visando a reprodução familiar para o trabalho; reproduzia tout court os padrões da moralidade capitalista. Gramsci chamaria a esta nova racionalidade *economia programática*:

o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática (1999, p. 241).

As vicissitudes de uma incorporação do tempo linear abstrato no mundo do trabalho agora abarcaria o chamado tempo do ócio: se antes este se relacionava externamente com o trabalho, agora, como *tempo livre* (ou “lazer”), está “acorrentado a seu oposto”. Os termos se indiferenciam ao passo que produção e consumo relacionar-se-iam, como identitários, ainda mais profundamente; o não-trabalho não é mais nada que o próprio trabalho como tautologia da valorização do valor, ainda que fantasmagoricamente tratado como liberdade binariamente oposta à produção: neste “prolongam-se as formas de vida social organizada segundo o regime do lucro” (Adorno, 2009b, p. 64; Kurz, 2004). Para Ford, ao contrário, somente essa reificação é que permitiria os altos salários e o padrão de consumo de massa da população laboriosa. Tal “engrenagem de produção, renda monetária, venda e consumo, também foi denominada ‘sistematização fordista’” (Kurz, 1997, p. 360, grifo meu).

Vimos como a economia programática, vivenciada primeiramente nos EUA até meados da década de 1930, é a situação mesma de sua não-efetivação no restante do planeta, apresentando-se neste último como uma impossibilidade. Ainda que de modo diferenciado, algumas condições podem ser apontadas como as responsáveis por essa constituição negativa do fordismo – nesse caso – na Europa, para além de sua irrealização enquanto mercado de consumo e de um urbanismo que não seguia os pressupostos daquele modelo de suburbanização idealizado por Lloyd Wright. Motivaria isso Gramsci a analisar a situação italiana e as condições necessárias para o desenvolvimento “efetivo”, mas particular, do fordismo em seu país; necessitar-se-ia de mudanças profundas em sua estrutura econômica e social, superando os tradicionais hábitos das classes ociosas: inclui-se uma substituição das camadas plutocráticas por uma acumulação industrial e financeira, a questão sexual voltada ao

mundo do trabalho serial, a necessidade de aumentar os salários visando o consumo, a possibilidade de intervenção jurídica do Estado para respaldo do fordismo, etc. Tornam-se claras as divergências entre Estados Unidos e não só Itália, mas o restante do globo. Para se ter noção, enquanto na Europa

ainda se produziam anualmente apenas alguns milhares de unidades, a Ford aumentava a produção e a venda para mais de 30 mil carros no ano de 1911. Em 1914, já se produziu o fantástico número de 248 mil carros, que também foram vendidos. O famoso modelo "T", produzido em série padronizada ininterruptamente até 1927, experimentou, até aquele ano, uma produção total de 15 milhões. Essa representou uma abertura histórica, não só da própria produção tecnológica em massa, como também de um modo de vida tecnológico e massificado... (Kurz, 1997, p. 354).

Ademais, enquanto na Itália um terço da população ainda praticava o incesto, nos Estados Unidos a vida sexual considerada “promíscua” buscava ser substituída pela ininterrupta atenção ao trabalho.

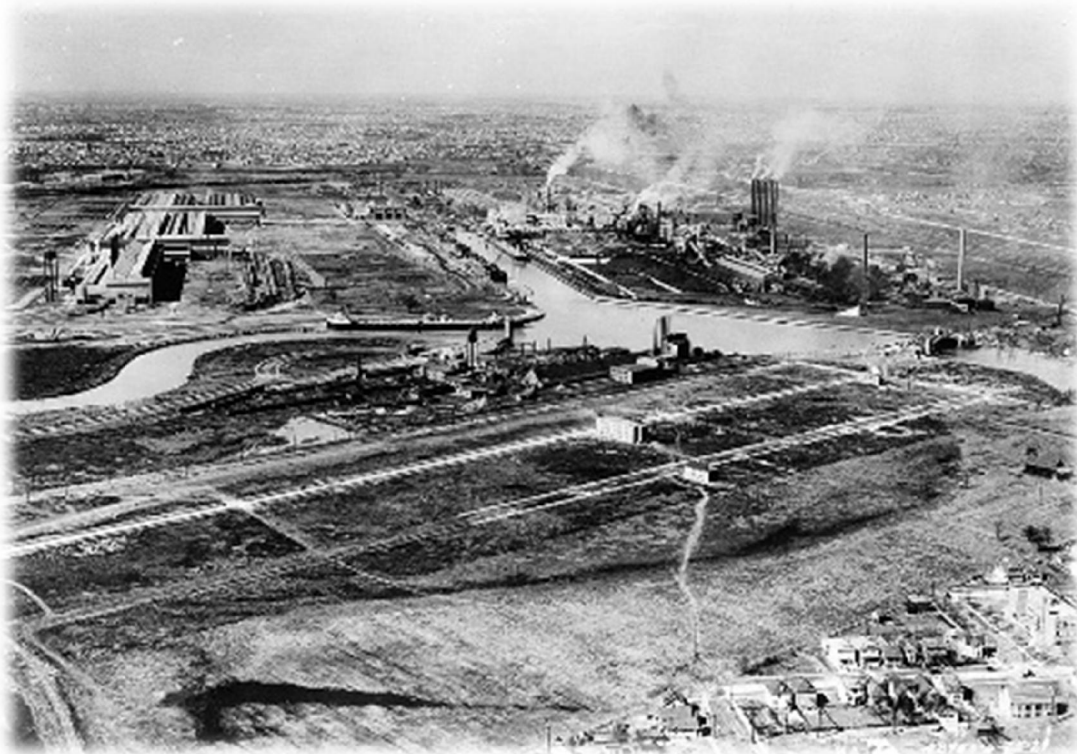


Imagem 1: Foto aérea da fábrica da Ford em River Rouge, 1927. **Fonte:**

http://mediad.publicbroadcasting.net/p/michigan/files/styles/medium/public/201108/River_Rouge_aerial_4a25915r.jpg. Acesso em: 26 de dezembro de 2014.

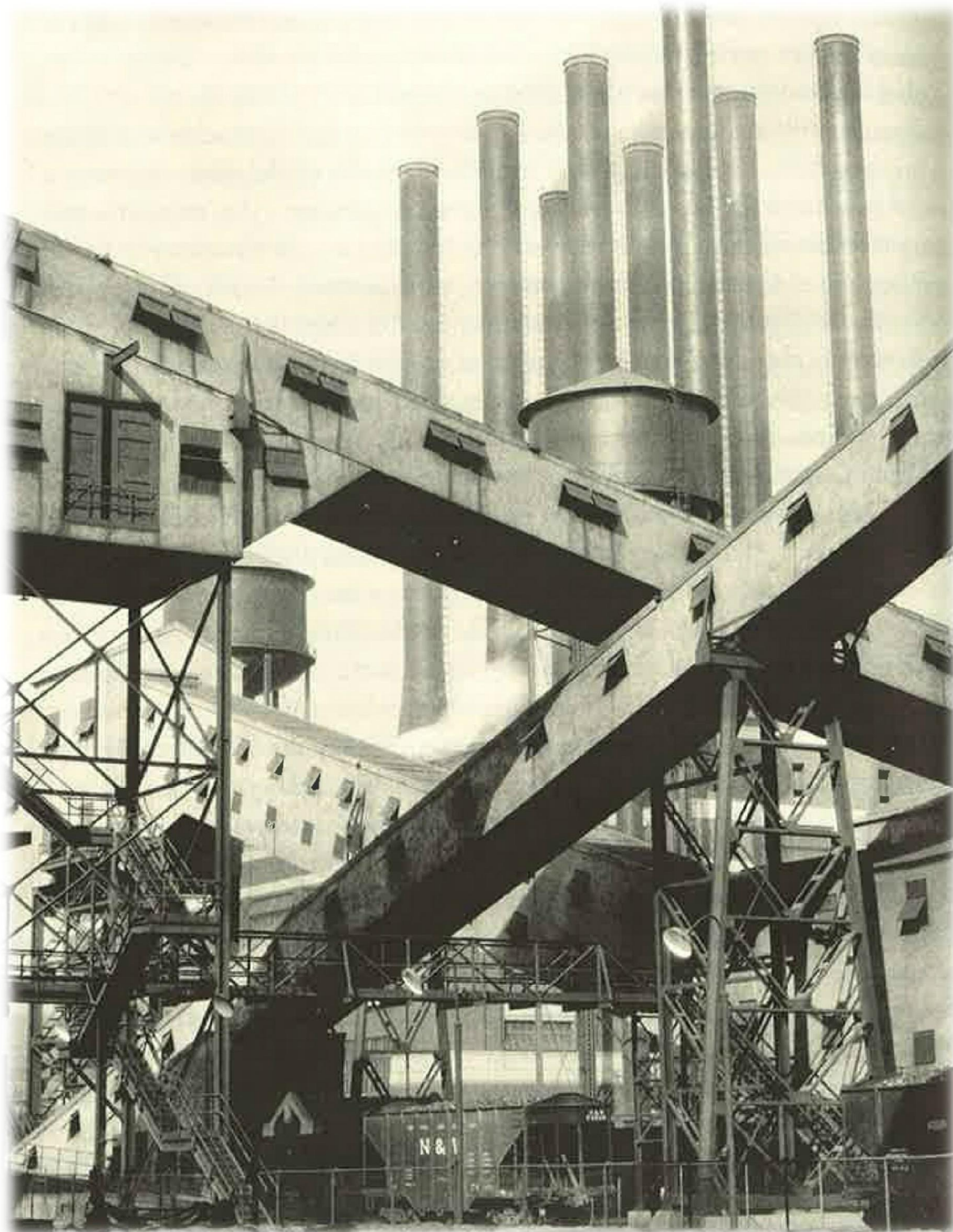


Imagem 2: A fábrica de River Rouge vista de perto, suntuosa e labiríntica. **Fonte:** Grandin, 2012.

A grande expressão de tal método produtivo está nas fábricas da Ford em Highland Park, – na Península Superior – e, sobretudo, em River Rouge, onde reinavam a produção em série. As leis de desenvolvimento das forças produtivas estariam de encontro com o aumento da composição orgânica do capital; no período 1913-1914, por exemplo, enquanto a produção de carros dobrou, a força de trabalho diminuiu de 14 336 para 12 880 homens. Isso se deve não somente a uma lei objetiva do capitalismo; a taxa de rotatividade da mão-de-obra era realmente enorme até que a cobiça por altos salários e pelo consumo de massa se tornasse a mentalidade dominante: a taxa anual de rotatividade beirava os 380%, enquanto se verificava um absenteísmo diário da ordem dos 10%. Foi necessário que Ford implantasse uma disciplina rígida, buscando um aumento da velocidade de execução do capital, para que suas ideias rendessem frutos. O empresário construiu escolas, como forma de moldar os operários ao mundo do trabalho, mas sobretudo impugnou um rigoroso sistema de inspeção da vida de seus funcionários, através da manutenção de um Departamento Sociológico. Os inspetores queriam saber

se os trabalhadores tinham seguro e como gastavam seu dinheiro e seu tempo livre. Eles tinham contas bancárias? Quantas dívidas tinham? Quantas vezes se casaram? Enviavam dinheiro para a família? Sociólogos iam às casas deles não uma vez, mas duas, três ou quatro vezes para entrevistar familiares, amigos e senhores e assegurar que os relatórios prévios de probidade eram exatos. É claro que eles desencorajavam beber, fumar e jogar e estimulavam poupar, ter bons hábitos de vida, manter as moscas longe da comida, manter a casa limpa e dormir em camas. (Grandin, 2012, p. 51-52).

Enfim, o empresário acreditava que “sua mistura de trabalho árduo, altos salários e vida moral poderia ser universalmente aplicada, independentemente do país ou crença” (*ibidem*, p. 66).

A consolidação do fordismo consiste, segundo Harvey, na relação estabelecida entre o trabalho e o capital, e certas condições foram necessárias para sua efetivação. Primeiramente, seria preciso enfrentar o problema da mão-de-obra: haveria um mal costume do trabalhador àquele monótono regime de trabalho, despontando numa grande rotatividade da força de trabalho. Apesar da disciplina e do consumo nos Estados Unidos, a produção em massa estendia-se de forma muito tímida para a Europa, onde o desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, a mobilidade da força de trabalho – que inclui não somente a migração – ocorriam em grau menos elevado (cf. Gaudemar, 1977):

a organização do trabalho e as tradições artesanais eram simplesmente muito fortes, e a imigração muito fraca, para permitir ao fordismo ou ao taylorismo qualquer facilidade de produção, embora os princípios gerais da administração científica fossem amplamente aceitos e aplicados (Harvey, 2012, p. 123).

Em segundo lugar, a ação estatal precisaria ser reformulada: para se livrar das vicissitudes da crise de 1929, era imperativo recorrer a um novo modo de intervenção que garantisse a continuidade da acumulação e superasse o aparente subconsumo. Isso se desdobrou, por um lado, nos regimes totalitários e, por outro, no *New Deal* de Roosevelt, que entronaria o keynesianismo como o modelo político e econômico por excelência do fordismo. A economia programática estaria aparentemente consolidada após 1945, na figura de um Estado garantidor dos “bens mínimos necessários ao cidadão”. A atuação estatista é parte mesmo do próprio processo de configuração das crises, uma vez que elemento constitutivo e imanente ao capital; o *New Deal* não deve ser visto em ponto algum como dissociado da dinâmica capitalista clássica, embora o pareça; o totalitarismo, pelo contrário, é apenas a expressão antitética e identitária do liberalismo e da própria racionalidade moderna (Adorno, 2006). Podemos defender, pois, um movimento em que constantemente se revezam e se interpenetram elementos que Kurz (1992) denominaria *estatistas e monetaristas*.

O desenvolvimento industrial de massa e a reconstrução dos países arrasados pela guerra (com o estabelecimento de um novo traçado urbano) amalgamar-se-iam, assim, a uma reorganização do capital, do Estado e do trabalho, expressos, primeiramente, na derrota do movimento operário em sua possível capacidade revolucionária (Harvey, 2012). Basta-se ver a ação dos sindicatos, limitadas em suas demandas por aumento salarial e pela filiação dos líderes dos trabalhadores aos interesses de seus patrões – ainda que amiúde por pressão³⁰ – desmistificando a luta de classes como o motor do desenvolvimento do capital em sua tarefa de se livrar de seus entraves (Kurz, 1997). Outrossim, a própria edificação do *Welfare State* ofuscava, como fetiche, sua relação lógica com a crise. Esta se revelaria, contudo, desde os fins dos anos de 1960, efetivando-se no chamado capitalismo tardio (Mandel, 1982).

³⁰ Exercida por vezes de forma ilegal; era comum a associação dos grandes empresários à máfia em sua política do terror. Nesse caso, Henry Ford tinha como fiel aliado Harry Bennett, ex-boxeador da marinha e o estereótipo do bon vivant. O medo impingido por Bennett sobre os operários, através de ameaças e trabalhos “sujos”, muito se assemelha à prática de um jagunço de um coronel, no quadro de disputas por lealdade dentro da empresa. Isto é assunto para o capítulo 4.

2.3. Monopólio e mercado da borracha: Os interesses de Ford na selva

Sabemos que nos anos áureos da economia estadunidense, o crescimento vertiginoso da produção e do consumo do látex inegavelmente encontra seu respaldo na indústria automobilística. Entre 1915 e 1921, o consumo mundial de tal matéria-prima atinge a cifra de 1 717 040 toneladas, ao passo que se produz 1 958 340t. Obviamente, reassentam-se os termos de uma formação periférica constituída a partir da produção de gêneros exportáveis; por outro lado, o que se vislumbra é uma organização sistemática de tal produção por parte do centro. A passageira crise de recuperação do pós-I Guerra, verificada em 1921 (vide-o no gráfico 1), assume-se, todavia, no armazenamento de 86% da produção mundial de borracha; no mesmo ano, sua cotação cai para apenas 16,35 centavos de dólar por tonelada. Enquanto em 1916 a taxa de lucro por acre era de 40%, após 1919 ela cai para míseros 5%. No período, o mercado sustentava-se sobretudo na borracha cultivada racionalmente nos seringais do sudeste asiático, com a Inglaterra como o produtor majoritário: em 1915, o país controlava 84% da produção oriental e 57% da produção mundial; em 1921, 73%, mas com participação global elevada em dez pontos (ver quadro 1). Por outro lado, a borracha silvestre da África e da América do Sul decresce sua participação de 32% em 1915 para apenas 8 em 1921 (Costa, 1981). De tal modo, o que se verificaria como crise de superprodução de bens de consumo duráveis nos EUA somente após 1929, já se desenvolvia como ociosidade de uma certa matéria-prima desde o início da década; a queda da taxa de lucro expressando-se como expressão da crise.

A elevação dos estoques, a retração nos preços e a queda da taxa de lucro começaram entretanto a preocupar os ingleses. Em 1917, as companhias, reunidas em torno da Rubber Growers Association, propuseram um plano de limitação das exportações para o ano seguinte. Em 1921, a partir daquela baixa histórica do preço da goma, o governo toma a atitude de reunir oito membros com vistas a traçar um projeto sistemático para o controle da produção; buscar-se-ia “reduzir os excessos de estoques existentes e regularizar os fornecimentos futuros, no intuito de estabelecer um equilíbrio entre a oferta e procura e estabilizar a indústria” (*ibidem*, p. 12). No ano seguinte entraria em vigor o *British Rubber Restriction Act*, conhecido como *Plano Stevenson*: “o plano propunha agir sobre o preço internacional do produto ou pela redução absoluta da oferta ou pela manutenção ou ampliação dessa oferta a preços crescentes, pelas taxações progressivas, ou pela conjugação destas duas coisas”

(*ibidem*, p. 13).

O presente cartel, não obstante, desagradaria em demasia os industriais norte-americanos que, seguros dos ideais do liberalismo, promulgavam aos berros os ideais da livre iniciativa: a produção de carros traria lucros muito menores, uma vez que postos contra a indústria automobilística inglesa. O livre mercado sonhado era nada mais que uma competição interimperialista voraz em seu processo de concentração e – sobretudo – centralização de capitais.

Quadro 1: Lucro total por acre plantado e como participação do capital investido – Companhias de plantação de borracha no sudeste asiático –, 1915-1922

Ano	Nº de cias da amostra	Acre plantados	Capital investido	Lucro líquido		
				Total em £	Por acre plantado	% do capital
1915	49	101795	5266754	1694312	16,6	32
1916	50	106295	5401818	2155593	20,3	40
1917	50	110339	5417818	1900286	17,2	35
1918	51	115379	5817101	882736	7,7	15
1919	51	118595	6143153	1823490	15,4	30
1920	51	122045	7760820	641610	5,3	8
1921	52	126569	8285572	417109	3,3	5
1922	52	130966	8344456	516008	3,9	6

Fonte: Costa, 1981.

Em fevereiro de 1923, Harvey Firestone convoca diversos outros compatriotas – entre eles Henry Ford, Thomas Edison e Herbert Hoover – com o intuito de debater o Plano Stevenson e suplantá-lo com uma borracha “sob uma bandeira americana”. Firestone alegava uma elevação em cerca de 150 milhões de dólares no valor das importações de borracha naquele ano, e uma possível ascensão dos preços, de 0, 20 para 1, 20 dólares a libra. Este objetivaria, uma discussão a respeito da necessidade de se estabelecer uma cultura de borracha sob controle dos EUA. Os reunidos não conquistam uma reclamação formal junto ao Estado, mas adquirem uma verba de meio milhão de dólares para pesquisar a possibilidade de se desenvolver plantações em série de seringueiras nas Filipinas e na América Latina (Costa, 1981). Durante a reunião, fora apresentada também a possibilidade do cultivo na África, especificamente na Libéria; Firestone, anos depois, fundará aí uma colônia; Ford, entretanto,

descartará tal possibilidade, muito por seu racismo³¹ e pelo de seus executivos – no caso, Ernest Liebold. O assessor define a Libéria como um “país instável”, “composto por negros cujas mentalidade e possibilidade intelectuais são relativamente baixas. A borracha deve ser cultivada na sua origem” (Grandin, 2012, p. 40). No mesmo ano, efetivar-se-ia a *American Rubber Mission* enquanto comissão científica chefiada por Hoover e que afundaria seus pés na Amazônia, ora conjugando, ora colidindo seus interesses contra os da decadente elite da borracha, ainda imersa em seus devaneios do início do século. Em tal cenário, a Ford Motor Company entrevê um horizonte possível de investimentos.

³¹ Ford não era só racista. Sob sua ideologia reacionária, além da contrariedade à organização dos trabalhadores, havia profundos traços de antissemitismo. O empresário publicara certa vez no *Dearborn Independent*, jornal de sua empresa: “Os sindicatos são organizados por financistas judeus, não pelos trabalhadores. O objetivo deles é eliminar a concorrência para reduzir a renda dos trabalhadores e finalmente provocar guerras. As pessoas só podem ser manipuladas quando estão organizadas” (*apud* Grandin, 2012, p. 83). As relações entre a produção fordista e o Nacional-Socialismo são inegáveis: em primeiro lugar, o livro *O Judeu Internacional*, de Ford, teve ampla aceitação na Alemanha nazista. Segundo, o próprio *modus operandi* do fordismo revela-se, olhe só, na organização dos campos de concentração! A *sistematização fordista* aponta para uma única concepção totalitária do tempo de produção, distinguido formalmente nas consciências fascista, liberal e do comunismo soviético. Cf. Kurz, 1997.

CAPÍTULO 3

O *OUTRO* DO AUTOMÓVEL

A formação da economia periférica brasileira

“E, tendo sentido que estou hoje num progresso grande do que fui, pergunto onde está o progresso se então era o mesmo que hoje sou.”

– Fernando Pessoa, *Livro do desassossego*.

“É que, realmente, nas paragens exuberantes das heveas e castilloas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.”

– Euclides da Cunha, *À margem da História*.

3.1. A espacialidade desigual

A heterogeneidade do mercado mundial, conformadora de uma divisão territorial do trabalho como a que descrevemos anteriormente, é igualmente responsável pelo estabelecimento de formações socioespaciais próprias como expressões da desigual forma de realização do valor pelo espaço. Desse modo, o Brasil efetiva um processo de modernização particular, mas que não se encerra por si mesmo; por outro lado como parte deste mercado, o país tem seu processo de acumulação capitalista determinado “por processos mundiais já

estabelecidos” (Alfredo, 2008)³². A acumulação capitalista se realiza mundialmente, correspondendo sempre a uma *simultaneidade*: se se acumula no centro, isso é a condição mesma da acumulação negativa na periferia; trata-se de um desenvolvimento desigual e combinado. Considerações historicizantes, com a construção de modelos a priori de desenvolvimento econômico, devem assim ser descartadas.

Sob tal querela, a crítica de Caio Prado Jr. à visão fetichista de Rostow é emblemática: o problema, para aquele, “deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado”. No caso de nosso país, subdesenvolvido, observa-se inexistir, em suas instituições, as formas clássicas ou acabadas do capitalismo (1989, p. 16). Nesse sentido, a condição periférica é expressão negativa do desenvolvimento da metrópole; na verdade, não há incompletude, mas apenas uma forma de ser das instituições como resultado dos movimentos do mercado mundial. Refuta-se, assim, a visão de Rostow (1964), que concebe o desenvolvimento como uma condição inevitável, como se todas as nações tivessem obrigatoriamente de caminhar pela estrada aberta pelos países avançados. Atravessando-se os ciclos econômicos, cruza-se de uma “sociedade tradicional” à “era do consumo” – ou pós-consumo –, perpassando o arranco (industrialização); preconiza-se, dessa forma, que os países pobres o são porque não alcançaram o “padrão” dos ricos. Chega-se a afirmar que, para a dita “decolagem”, a taxa de reinvestimentos de um país deve estar entre 5 e 10% de seu PIB. O autor simplesmente encaixa seu modelo a um local, excluindo sua história se for preciso:

Servem ainda os fatos históricos [...] para se confrontar com eles, *a posteriori*, o comportamento do modelo. Ficando todavia entendido que no caso de o confronto revelar discrepância entre a realidade histórica e o modelo, não é este último e seu sistema que se incriminará, e sim eventuais obstáculos, que se tratará de descobrir, e que teriam perturbado o ‘normal’ comportamento, logicamente previsto, do mesmo modelo (Prado Jr., 1989, p. 22).

³² A acumulação periférica se estabeleceria, portanto, enquanto negatividade, uma vez que para Mandel (1982) é ocorrida não pelas classes dominantes locais, mas pela exportação de capital dos países centrais; a periferia passando por um processo contínuo de expropriação devido a ação do capital estrangeiro. As oligarquias, por sua vez, estariam aliadas ao imperialismo, e prefeririam se manter como sócios menores no capitalismo mundial em nome da manutenção de seus privilégios. No entanto, essa análise apresenta um papel meramente passivo para a periferia, supostamente colocando-a como sucessão temporal da metrópole e desconsiderando as condições internas de seu desenvolvimento. Para além da dependência, é preciso ver as condições históricas internas do desenvolvimento da periferia como definidoras de sua crise e de sua miséria.

À tal maneira, Gerschenkron (1961) analisa como variam os processos de industrialização segundo as variegadas parcelas do globo, tomando como base as industrializações que se seguiram à Inglaterra – na qual esta não é o modelo teórico, embora a nível prático fosse útil como um sistema a ser, com ressalvas, imitado. O autor peca ao frisar os “diferentes níveis de atraso econômico” de países diversos, determinando uma escala ascendente. Em geral, a industrialização dos ditos “retardatários” sucedeu-se como rápido processo³³, apoiado na atuação do Estado em diversos sentidos: na criação de instituições próprias que garantissem a reprodução do novo modo de acumulação, no advento de um banco de investimentos para a concessão de créditos a longo prazo e na necessidade de uma ideologia particular de açambarcamento da sociedade – como o saint-simonianismo francês e o nacionalismo alemão. Ao exemplo brasileiro, os grandes projetos de modernização estimulados pela máquina estatal se nos apresentam.

Destarte, o que se tomou como o exemplo clássico do desenvolvimento econômico capitalista, a Inglaterra, tem seu processo de acumulação primitiva particular definido a partir da relação com suas colônias; apesar de pioneira, a Inglaterra não é o “modelo correto” da acumulação primitiva e das expropriações que se lhe equivale. No capítulo 24 do livro 1 d’*O capital*, Marx descreve o papel das colônias para a acumulação capitalista inglesa, situando o processo como ocorrido em escala mundial: a Inglaterra passa pelas conhecidas *enclosures*, arrematando a separação brutal – mas depois velada como naturalidade – entre o trabalhador e seus meios de produção, e mantém, na periferia, ou um regime escravocrata, ou uma colonização assentada no trabalho livre do colonato posto como uma obrigação explicitamente bestial – vista no capítulo 25 pela política de Wakefield. Acrescente-se que

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o *globo terrestre como palco* (Marx, 2013, p. 821, grifos meus).

Mais especificamente,

³³ Ou seja, “*pulam-se etapas*”, uma vez que essa modernização, “*ocorrida aos saltos*”, se dá pelas determinações de um moderno já estabelecido (cf. Alfredo, 2013; Oliveira, 2013).

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica [...] Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, *dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista* [conformando a ascensão do capitalista industrial] (Marx, 2013, p. 821, grifos meus).

Tomando-se a violência como base, há uma geografia da acumulação primitiva que revela a “hierarquização dos espaços, objetivando a espacialidade diferencial necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção”; nesse momento, o centro diferencia-se de sua área de expansão (Moraes, 2000, p. 51), visto que as diferentes regiões europeias empreitarão suas próprias vias de desenvolvimento do capitalismo. Acerca dessa espacialidade diferencial, ao passo que simultânea, define-se que não há anormalidade alguma “na convivência e associação de sistemas na órbita da expansão europeia” (*ibidem*, p. 52); o sistema escravista não é estranho ao sistema salarial que se constitui no caso inglês: eles são termos de um mesmo processo. Entre outros modos, basta ver que a conhecida Via Prussiana mantém, em sua base, relações servis³⁴. A condição econômica periférica, todavia, é apresentada como atraso histórico, externa à metrópole. Certamente, o desenvolvimento do centro somente ocorre sobre a manutenção concomitante de relações ditas “arcaicas” na periferia; o mesmo vale para o interior de cada nacionalidade – aí incluindo-se as “disparidades regionais” no Brasil – e para os diferentes ramos da produção. É essa diferença mesma que, como necessária, garantirá a geração de superlucros pela transferência de valor das regiões e setores menos produtivos para os mais desenvolvidos, vista como transferência de capitais ociosos do centro para as colônias (Mandel, 1982). Esses momentos distintos da relação centro-periferia, pensados como imanência da crise de reprodução do capital, desnuda como fetichismo o crescimento das forças produtivas no centro, no qual a periferia, ao cumprir determinado programa, colheria os louros do desenvolvimento. A dimensão temporal deve ser suprimida como negatividade, evidenciando os diferentes termos como uma dialética, e usurpando o pensamento dualista existente mesmo na Cepal:

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal

³⁴ O termo “vias de desenvolvimento” fora elaborado por Lenin, em sua análise da condição russa. Sobre a Via Prussiana, cf. Moraes (1989). O texto (Moraes, 2000) que utilizamos como base desse parágrafo aponta, em seguida, para a acumulação primitiva desigual ocorrida em países como a Holanda, França, Espanha e leste europeu.

de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, mas em quase todos os períodos (Oliveira, 2013, p. 32);

atestando a diferenciação geográfica necessária frisada em qualquer formação territorial. Pouco importa se os “atrasados” desenvolver-se-ão igual ou diferentemente do centro, uma vez que ambos se submetem a um projeto histórico de desenvolvimento capitalista ilusoriamente calcado no centro como o modelo externo a ser seguido; nesse sentido, tanto Rostow quanto Celso Furtado são tributários da economia política. O que lhes valem aos olhos é que realmente a periferia, o Brasil, é uma “terra de contrastes”; é tomada *formalmente*, no estereótipo do “atrasado” que convive “contraditoriamente com o moderno”, no mesmo espaço; é um caos a ser solucionado.

O que se nos cabe, reiterando, é que se constitui na periferia uma espacialidade diferencial, submetida à valorização capitalista do espaço como uma *forma capitalista específica* de valorização do espaço (Moraes, 2011), ainda que se o apareça como não-capitalista. Concordar com a ideia de que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Martins, 1979, p. 20), é válido somente no sentido em que o que se repõe é o próprio capital. Essa relação lógica distingue o “não-capitalista” como tão somente uma forma aparente do “capitalismo propriamente dito”. O primeiro termo outrossim não caracteriza nem mesmo um modo de produção à margem do capitalismo... como se pudéssemos definir tal categoria analiticamente. O “modo de produção” não-capitalista é, na verdade, uma circularidade incorporada na reprodução ampliada, repondo magicamente o capital como negatividade de si mesmo; a categoria é, assim, histórica (Giannotti, 1985)³⁵.

³⁵ “Dessa ótica, ‘modo de produção’ designa a forma objetiva pela qual os homens entabulam relações sociais por meio de suas atividades produtivas” (Giannotti, 1985, p. 48). Refuta-se, desse modo, o fetichismo estruturalista que toma os diferentes modos de produção como modelos analíticos em que se encaixa o concreto. Althusser e Jacob Gorender, este na sua definição de modo de produção escravista-colonial para o Brasil, são nossos alvos. Vale conferir Moraes (2011).

3.2. Modernização e contradição agrário-urbana na periferia

Aparece como consenso para infindável número de autores o ano de 1930 como o marco do processo da modernização brasileira, realizada politicamente a partir de uma revolução burguesa. Esta não pode ser, contudo, uma data-fetichê, como se meramente as condições da industrialização se encontrassem em germe que necessariamente se reproduziria após a crise do café e a constituição de uma tecnocracia e do Estado nacional. Uma interpretação alternativa, seguindo os termos de Martins (1979), é possivelmente a mais lúcida, desviando do processo negativo de industrialização periférica seu encerramento numa data, na substituição das importações e na difusão da habilidade empresarial; o café não perde sua importância, mas deixa de ser o fator preponderante do movimento, como se a indústria dependesse inevitavelmente de um único produto: ora, se o fosse, a própria cana já teria se estabelecido como a atividade comercial necessária à acumulação, ou mesmo a borracha, uma vez que igualmente assentada sobre um regime de trabalho assalariado. Em outras palavras, a industrialização compete a relações complexas que não se podem reduzir ao “binômio café-indústria” (p. 106). Adiantemos que, na realidade, tal processo já ocorria, num certo sentido, desde fins do século XIX, respondendo a estímulos internos – ainda que estes sejam resultado da organização do mercado mundial; 1930, quando considerado, deve inevitavelmente se relacionar aos decênios anteriores, como responsáveis pela configuração de uma contradição agrário-urbana própria, com a apresentação de novas classes em um palco soerguido por novos interesses quanto à necessidade de acumulação interna e externa³⁶. Desse modo, se o café tem sua participação no

desenvolvimento da industrialização, esta não foi suficiente para estabelecer uma troca entre as economias mundiais que repusesse uma acumulação interna que não fosse tributária da capacidade de investimento e consequente transferência de riqueza para as nações do centro do capitalismo mundial (Alfredo, 2008, p. 1).

Tal processo, destarte, não se desvencilha de sua dimensão espacial. Se se ocorre a insuficiência do posto e reposto dos pressupostos de uma industrialização “propriamente dita”, como dos países centrais, isso é corolário da simultaneidade da crise do capital. É

³⁶ Cabe um panorama político-cultural da década de 1920, por exemplo, exposto na obra “A década de 1920 e as origens do Brasil moderno” (1997). Seguindo o vocabulário de Caio Prado Jr. (1971), no entanto discordamos de sua análise; os *surtos* ou *ensaios de industrialização* não se diferenciam do processo de modernização propriamente dita.

negatividade “da própria formação temporal das categorias da realidade econômica interna brasileira” (*ibidem*, p. 11); ou seja, a negatividade categorial da periferia desnuda o fetichismo das ideias temporais de *atraso* ou necessidade que rondam a cabeça dos economistas. No entanto, vale-se de uma problematização das interpretações tradicionais.

Uma vez que se parte das oscilações do café, os autores divergem entre as possibilidades por isso abertas: Warren Dean defende que os lucros gerados pela expansão das exportações permitiram a industrialização, levantando-se-nos a dúvida de se os importadores ou os cafeicultores é que se tornaram industriais (Suzigan, 2000); nesse primeiro caso, as empresas importadoras passariam a produzir por conta própria antes mesmo da I Grande Guerra (Martins, 1979). Simonsen presenciara tal fato num momento de crise, pela imbricação do processo de desvalorização com o aumento da demanda por importados – logrando o cafeicultor a ação industrial (Suzigan, 2000); em outras palavras, sucede-se a industrialização por substituição de importações. Celso Furtado (1984), por sua vez, compõe o seguinte quadro: a busca de se manter elevado o preço do café gerava um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura, observada no período da crise de 1929, reclamando aí uma solução; simultaneamente, a produção doravante crescia, e a política da compra dos excedentes via empréstimos externos não encontrava amparo; uma ação efetiva do Estado concretizar-se-ia pois “num verdadeiro programa de fomento da renda nacional”, por meio da “socialização das perdas”. A ulterior recuperação da economia, assim,

não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros. [...] A acumulação de café financiada do exterior se assemelha portanto a uma exportação (p. 193).

No mais, a situação econômica – caracterizada, em geral, pela diminuição das importações e do preço do café, aumento do preço dos produtos importados e desvalorização do poder aquisitivo da moeda no exterior – reflete, “até certo ponto, o esforço feito pela estrutura econômica para corrigir o desequilíbrio externo criado pela manutenção de um elevado nível de atividade dentro do país” (*ibidem*, p. 196). O resultado sendo a complexificação interna da economia, que passa a ser estimulada pela industrialização – visto, novamente, o aumento da demanda e as dificuldades de importação. Ademais, por meio do crédito interno, a sociedade inteira fora obrigada a pagar pelas perdas. Furtado amalgama as visões de Dean e Simonsen: pelo lado da desvalorização, uma indústria ergueu-se visando a substituição dos importados; a valorização se distinguiu, por sua vez, ao passo que permitiu e estimulou a aquisição de

capital morto. Entrementes, há uma dinâmica cíclica desse processo, que varia entre estas duas situações (Suzigan, 2000).

Caio Prado Jr. (1971) confere à indústria uma atuação já nos fins do Império, como *surto industrial* efetivando-se como modernização crítica somente após 1930. As dificuldades para a industrialização residiriam, para o autor, na carência da base manufatureira que lhe possibilitaria, assim como na exiguidade das fontes siderúrgicas e energéticas e na grande fragmentação territorial; por outro lado, atuariam em seu favor a dificuldade de se pagar no estrangeiro as manufaturas de que se necessitava, as altas tarifas alfandegárias, a incipiente indústria têxtil e o baixo preço de reprodução da mão-de-obra local. Tais surtos seriam altamente dependentes, no entanto, do balanço comercial exterior: primeiramente, tendo o Censo de 1907 como base, verifica-se a atuação de empresas estrangeiras principalmente no setor energético e na exportação de maquinário para São Paulo – pelos lucros do café; seguidamente, a I Guerra Mundial obrigará a ocorrência de atividades para substituição das importações, somente possibilitadas pela poupança forçada dos trabalhadores e pelos lucros advindos da indústria e do comércio presentes. No entanto, de 1924 a 1930, a coloração é de fracasso ou simples subsistência para o campo industrial. Efetiva-se pelo período pós-guerra um grande número de indústrias subsidiárias de empresas estrangeiras: é nesse contexto que a Ford Motor Company se instala no país, seja para a montagem de automóveis em São Paulo, seja para o fornecimento de látex para os pneus na Amazônia; Fordlândia efetivar-se-ia como realidade da atuação do capital externo. Desse modo, o “aparelhamento moderno de base com que contaria a economia brasileira até as vésperas da II Grande Guerra, foi quase todo ele fruto do capital financeiro internacional” (p. 282). Caio Prado afirma que a vida econômica brasileira não se define por si mesma; ela

não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel (*ibidem*, p. 279).

Está colocada a ação imperialista na configuração da situação econômica periférica. Contudo, o desenvolvimento encontrado no Brasil não pode ser tomado como simples papel que voa

sob a vontade dos ventos soprados pelos países centrais; vale-se que a história nacional é, na realidade, história mundial, mas que tem seu processo de desenvolvimento estimulado por suas próprias condições.

Todos os autores citados, portanto, “referem-se ao fato de que a indústria veio socorrer a economia, substituindo importações, mas ocorre que essa indústria já existia”. Esta, na realidade, nasce não para substituir importações, mas para “*substituir a pequena produção intersticial*” (Martins, 1979, p. 106, grifo meu); comprova-se-o desde o Censo industrial de 1907. Observamo-la, pelo menos, desde o encilhamento, quando a modernização paulista ocorre para substituir a produção industrial doméstica e clandestina por empresas industriais até certo ponto diversificadas. O processo não se encerra, nesse momento, na capital; o desenvolvimento da cidade de São Paulo não sendo, assim, tão determinante quanto se parece: no início do século XX existia no interior do estado mesmo atividades bancárias e industriais (cf. Saes *in* Lorenzo e Costa, 1997). O que se o motiva, igualmente, não é o café:

a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, à margem e contra o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. Assim, a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e de falta de crise (Martins, 1979, p. 106).

O estímulo necessário está, na realidade, relacionado a momentos anteriores, na libertação da escravidão: inequivocamente, trata-se da *liberação do capital*, antes preso na figura do cativo, e da produção do empresário que assume a racionalidade desse capital. O fazendeiro, em tal processo, foi quem liberou seu capital imobilizado no escravo, e não o escravo quem se libertou do fazendeiro, ainda que este *nem sempre tivesse se tornado um empreendedor*³⁷. A modernização, em última instância, assenta-se na *formação de uma renda capitalizada na propriedade da terra* (Martins, 1979), como fundamento último de uma contradição agrário-urbana ocorrida *sui generis*. Em outras palavras, a industrialização ocorre em contradição com o campo, reproduzindo este a partir da reprodução da indústria sobre a renda da terra (Alfredo, 2013).

³⁷ Fernando Henrique Cardoso (1961), em sua análise das condições sociais da industrialização de São Paulo, situa a formação do empresariado nacional como resultado, mas relativo, dos lucros e das necessidades por parte do setor cafeeiro, pois “não existem dados suficientes para que se avalie a importância da participação direta dos fazendeiros nos primórdios da indústria paulista” (p. 42).

Repõe-se a modernização brasileira como periferia do capital, visto que se expressa, aí, como “negatividade identitária da produção e realização do valor mundial” (Alfredo, 2008, p. 6). A expansão empresarial é, nos termos de Martins, fruto de rupturas internas da economia, que englobam relações externas (1979); para Francisco de Oliveira, “as relações de produção vigentes continham *em si* a possibilidade de reestruturação global do sistema” (2013, p. 62), ainda que se considere as relações externas. Afirma-se, assim, que o país não é mero instrumento passivo das flutuações do mercado ocorridas no centro; isso não exclui – pelo contrário – a atuação das finanças internacionais elegendo espaços e determinando um processo produtivo ainda pautado, mas em nova roupagem, na exportação de bens primários. É, na realidade, quando o comércio externo ganha maior relevo, destacando-se, ao lado do café, a própria borracha. Segundo Caio Prado Jr. (1971), tal período se caracteriza, num primeiro momento, pela grande dependência do mercado externo, seja na importação de bens de consumo, seja na recorrência a inversões de capitais estrangeiros para cá evacuados; algo bastante sintomático na crise da economia gomífera. Seu ponto fundamental é que se “de um lado a transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país, doutro ela se revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária” (*ibidem*, p. 212). Em outros termos, temos desvelada a grande instabilidade de mão-de-obra pós-abolição – que caracterizará todo o período e que será um dos grandes fantasmas a rondar Fordlândia. Seguidamente, há uma grande transformação da estrutura agrária tradicional do país centralizando “a economia brasileira na produção de um pequeno número de gêneros exportáveis, com desprezo de tudo mais, desabrocha[ndo] em oposição uma evolução em sentido contrário, para tirar daqueles gêneros a exclusividade de que gozavam” (*ibidem*, p. 216).

Ou seja, o que se sucede, nesse último caso, é a tentativa de diferenciação das atividades que se encontra na incipiente indústria, porém estorvada no desequilíbrio das finanças externas do país e na exportação de bens primários. A forma da crise, para além do fetichismo do crescimento pelas flutuações temporais do preço do café, caracteriza-se pela própria espacialidade da economia periférica, categorial e conceitualmente “tributária da potência produtiva do centro”, e na qual o sistema agrário permanece fator determinante da contradição agrário-urbana que passa a se constituir. Assim, o crescimento das cidades que se verifica vertiginosamente arrastar pelos primeiros decênios do século passado se estabelece como impossibilidade de uma hegemonia urbano-industrial como a dos países centrais; igualmente, tal modernização trouxe como resultado a própria dependência do processo de

acumulação das economias externas:

a divisão social do trabalho daí oriunda permitiu estabelecer, sendo não a urbanização, mas a divisão entre campo e cidade os termos que explicitariam de um modo mais importante as determinações da modernização periférica brasileira a partir de um complexo agro-exportador (Alfredo, 2008, p. 2).

A modernização brasileira, como aprofundamento da produtividade por uma divisão social do trabalho, constitui-se por uma *relação agrário-urbana específica*, ocorrida a partir de determinações do próprio moderno já estabelecido nos países centrais. Aceitando-se os pressupostos de uma urbanização crítica como a colocada pelos termos de Damiani (2000)³⁸, o agrário atua como de importância sumária para a formação do mercado, passando “a constituir um momento necessário do próprio capital enquanto capital social”, e marcando uma industrialização estrita da periferia (Alfredo, 2008, p. 14). Do ponto de vista do mercado mundial, tal relação se definiria a partir de uma transferência massiva de matérias-primas da periferia para o centro, que escoaria seus capitais ociosos e atuaria na sorte da substituição, nas colônias, de uma organização primitiva do trabalho por métodos organizacionais mais desenvolvidos que atendessem as demandas da metrópole (Mandel, 1982).

A hegemonia urbano-industrial que se diz do pós-1930 só se realiza, assim, enquanto particularidade. A visão promulgada por Weffort, de ocorrida por um “pacto de classes” encarnado pela legislação trabalhista, e que se responsabiliza pelo “enterro” das classes rurais, é descartada (Oliveira, pp. 61-65). Vislumbra-se, na realidade, que tal hegemonia não se vale se não relacionada a sua forma antitética: a perpetuação desse urbano está intrinsecamente ligada por uma ressignificação contraditória – não o enterro – do rural; a própria dialética do processo sendo o fundamental da reposição do moderno, assim como a modernidade do centro que se pauta pela periferia criada como se esta última fosse o agrário. Em outros termos, concorda-se com Bukharin (1984), quando da consolidação de um mercado mundial baseado numa divisão cidade-campo, e com Mandel, da manutenção desses espaços desiguais como necessária fonte de superlucros (1982).

A acumulação interna uma vez determinada por si mesma, mas englobada pelo processo de acumulação internacional, realiza-se mesmo como negatividade identitária da

³⁸ Na qual o urbano – aí pela definição de Lefebvre, a respeito de uma sociabilidade de convivência com o Outro –, dada a negatividade da modernização, não seria possível para todos. Para além, essa é a própria forma de ser do urbano da periferia; por outro lado o centro, relacionado a seu mercado de expansão, teria a negatividade de seu urbano desvelada.

produção e da realização do valor mundial; a divisão social do trabalho interno decretando-se pelas dimensões mundiais do percurso de produção e realização do valor. Na bruma etérea da economia política, entretanto, tal forma lógica submerge sob o manto das interpretações históricas de atraso ou de que “faltara algo” para a concretização de nosso crescimento econômico, apresentando-se sob a ideologia desenvolvimentista amparada numa ideia de Estado-solucionador-das-contradições³⁹; fetichistamente, a produção do valor ocorrida na periferia se realiza somente no exterior como momento histórico ulterior:

a tênue ou mesmo inexistente capacidade de divisão social do trabalho a partir do escravismo não permitiu que a separação dos meios de produção e seus proprietários estabelecesse os termos de uma divisão social que fosse a clássica separação entre campo e cidade, de modo que o próprio trabalho produtor de mercadorias se reitera no campo seguindo e aprofundando os termos de uma economia exportadora primária (Alfredo, 2008, p. 10).

Atente-se, porém, que “a dupla forma de acumulação a que este trabalho estava sujeito” conformou mesmo “uma expropriação categorial que o próprio tempo desta formação foi expropriado enquanto tal”. Assim,

não se trata de uma formação incompleta, mas de uma realidade cuja dimensão temporal formativa tão somente se realizou como negatividade, sendo esta a forma característica de formação categorial do moderno no que se tem denominado de periferia da realidade da produção mundial do valor (ibidem, p. 11, grifo meu).

No terreno da superestrutura, o Estado nacional é a base política necessária sobre a qual se consolida a industrialização *sui generis* ocorrida no Brasil; ou melhor, Estado e modernização passam a se determinar mutuamente; mas na medida em que o nacional se assenta sobre a dinâmica internacional da economia escamoteando esta sua negação e fetichizando-se sob o crescimento econômico como sinônimo da riqueza social, o Estado só pode ser a manifestação fantasmagórica de um desenvolvimento não realizado, embora, fenomenicamente, esteja em vias de sê-lo (cf. *ibidem*, p. 2). Dentre outros modos, é em torno

³⁹ Esta temporalidade causal, em que a periferia é consequência das determinações do centro, é reclamada pelos autores, dualistas ou mesmo da teoria da dependência, em seus juízos de valor progressistas e atrelados ao Estado. A respeito dos primeiros, “toda a política a que serviram mundialmente foi a de promover a ‘modernização’, destruindo os bolsões de pobreza, identificados com o atraso”. Quanto aos segundos, “o próprio conceito de dependência se funda nessa apreensão dos fenômenos diversos e se exprime pela relação causal entre eles”, visando igualmente a modernização e os ideais das instituições burguesas (Franco, 1976).

de tal instituição que se agrupa toda uma miríade de representações que visam, sob o discurso da modernização, integrar o território em sua totalidade. Uma ordenação pela ocupação, pela incorporação dos fundos territoriais como o “elemento fundante da nação”, torna-se o projeto da modernidade brasileira. Este é o terreno da disputa pela palavra, assim competição pelo espaço: os discursos geográficos indiscutivelmente ganham corpo, discutindo o problema da unidade nacional, decorrendo-se a construção de uma identidade unitária e a formação do Estado-nação. Haveria um destino comum que “unificaria os interesses da pátria e que se objetivaria através da ação do Estado” (Moraes, 1991a, p. 168), subentendendo-se daí a submissão da população ao seu território: o “país deixa de ser um conjunto de pessoas, para transformar-se num espaço” (Moraes, 1991b, pp. 45-48).

Depreende-se o trinômio espaço-população-Estado. Aos moldes de Foucault, o poder exercido por tal instituição implica uma espacialização da política, visando a disciplina, a soberania e a gestão governamental, engendrando uma *governamentalidade* que tem “na população seu alvo principal, e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (2011, p. 292). Esta população aparece como instrumento e finalidade do governo, “consciente [...] daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (*ibidem*, p. 289). Um espaço fetichizado, construído intelectualmente e que rege o concreto, aparecendo autonomamente, logra velar o caráter de dominação através da constituição desta identidade realizada pelo espaço. A *intelligentsia* buscaria⁴⁰,

Num mesmo discurso, apresenta[r] um projeto para as elites, um horizonte referencial unificador de todo o ‘povo’ e também uma justificativa da unidade nacional (tornada projeto) que em si mesma legitima o Estado. E, ainda, coloca o ‘povo’ no seu devido lugar, qual seja, de subalterno: tudo isso envolto numa linguagem altamente cientificista, que apenas ‘constata’ pela observação empírica os ‘fatos’ presentes na superfície terrestre (Moraes, 1991a, p.168-169).

Trata-se igualmente da constituição material do Estado com um sentido muito bem definido, permitindo as condições para a realização do capital por todo o território nacional; sua “ossatura material” amalgamando os pontos vários do antigo arquipélago econômico e superando a deficiência dos mercados consumidores anteriormente existentes (Prado Jr.,

⁴⁰ Vale-se de uma extensa bibliografia acerca do papel da intelectualidade na construção da modernidade nacional, calcada nos ideais de uma missão civilizatória pela integração territorial e desenvolvimento econômico. Vislumbra-se, em geral, o discurso de conquista dos sertões, como espaço simbólico do Outro, por meio de uma ação que os integrariam ao Brasil litorâneo e moderno (Moraes, 2011, capítulo 6).

1971). O processo abarca manifestamente o empreendimento da dominação de uma classe a partir da *estatização* das relações sociais, pela criação de um conjunto de instituições que lhe serve como sustentáculo: um aparelho político coercitivo ergue-se sobre a planta baixa da fragilidade nos níveis econômico e, sobretudo, social (Draibe, 1985)⁴¹, a forma de ser própria da periferia. Vislumbra-se, destarte, uma nova correlação de forças sociais e a reformulação do aparelho e ação estatais, fundada na regulamentação de fatores que garantam a introdução de *um novo modo de acumulação* em que a empresa industrial seja a unidade-chave do sistema; necessita-se de uma atuação que destrua as relações internas anteriores, ou seja, que liquide os automatismos econômicos da antiga base, formulando as instituições que amparem essa mudança (Oliveira, 2013). Na realidade, como dito, trata-se de uma reorganização da economia, que ultrapassa a simplicidade de uma “fagocitose” do universo agrário: *a modernização nacional pauta-se, tout court, na perpetuação do capital rentista como condição de sua reprodução* (Martins, 1979; cf. Damiani, 2000, pp. 29-30). Os novos termos dessa relação agrário-urbana delegaram do mesmo modo novos papéis: a indústria redefine as relações agrárias, visto que esta última, não mais como centro da economia, passa a ter sua função não mais de servir para o pagamento de bens de consumo – como produto de exportação –, mas para suprir as necessidades de bens de capital e intermediário, assim como, internamente, deve fomentar as nascentes massas urbanas. Compreende-se uma industrialização voltada para a produção de bens de consumo não-duráveis para as classes populares – e não para as elites –, verificada a necessidade de manter por baixo o custo de reprodução da força de trabalho urbana, assim conservada, igualmente, pela formação de um grande setor de serviços como exigência do crescimento do setor Secundário. O Terciário inexoravelmente acompanha a industrialização, pois uma fração de seu valor é transferida para as “atividades de corte capitalista”; a terciarização ocorrendo como parte da urbanização (crítica), comportando-se assim não simplesmente como depósito do exército de reserva. Dessa forma,

O crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se

⁴¹ Há, entretanto, uma outra visão, colocada pela historiografia recente, de que não se havia uma passividade total das camadas populares no período getulista; pelo contrário, havia partidos bem consolidados e uma organização sindical bastante atuante. Os pontos supracitados incorporam-se ao texto de Wanderley Guilherme dos Santos (2006).

está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia (Oliveira, 2013, p. 54-55)⁴².

Ou seja, transfere-se valor do terceiro setor, menos produtivo, para as atividades industriais, “qualificadas”; um torna-se o pressuposto do outro.

Tomado o nacionalismo econômico do desenvolvimentismo, tem-se como intuito o “controle nacional sobre os recursos naturais” e o Estado como o agente financiador da industrialização, interventor em apoio ou não à iniciativa privada⁴³; para além, gera-se “a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida”, assim como se clama pela urgência da implantação de um setor industrial integrado (Bielschowsky, 1988). Sem embargo, não encontramos algo unívoco: se

é possível admitir que entre as equipes administrativas e técnicas superiores desses órgãos desenvolvia-se uma ideologia de industrialização, não se pode afirmar que se tenha gerado no período um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido (*ibidem*, p. 258)⁴⁴.

Pelo contrário, as ideias competiam entre si, lançando mão de uma luta simbólica articulada, amiúde, às classes a quem tais técnicos ou intelectuais estavam ligados.

Desnudada a negatividade temporal, frisamos novamente que os termos consolidados de um setor atrasado fundamentando a modernização periférica não pode ser pensada em termos históricos, mas como momentos lógicos da simultaneidade da crise, sendo a periferia definida por uma reposição das formas modernas do centro como forma de ser própria.

A simultaneidade desta realidade, portanto, permite que se estabeleça um processo de modernização não onde o atraso se constitui como parte integrante e componente do moderno, ou mesmo seu resultado, mas mais especificamente,

⁴² Desconstruindo a teoria da Cepal a respeito da inchação do setor terciário a partir de um enorme exército de reserva urbano.

⁴³ Obviamente, os autores socialistas da linha do PCB discordavam da combinação da ação estatal à iniciativa privada, apesar do reformismo da “aliança com a burguesia nacional”; a ideia, porém, ganha robustez entre muitos liberais, como Roberto Simonsen, que nesse momento veem a importância da instituição para o cumprimento de seus interesses de classe. Simonsen acreditava numa ação conjunta com o Estado e, em sua vida pessoal, foi criador de diversos órgãos incentivadores de uma indústria nacional, como o Fiesp (Bielschowsky, 1988).

⁴⁴ O autor verifica pelo menos cinco correntes de pensamento que se figuram em torno da questão, sendo três delas ligadas diretamente ao projeto desenvolvimentista. Ver tabela pp. 242-3.

onde a antecipação das formas de reprodução do moderno central (como forma de realização da própria periferia) e a formação de uma única realidade determinada pelo capital é, assim, a expropriação de sua condição categorial (Alfredo, 2008, p. 14).

Cabe-nos, nesse momento, observar que a diferenciação espacial que se define por uma contradição agrário-urbana a nível internacional e nacional estabelece, em termos concretos, um processo de transferência de valor ocorrido da Amazônia para São Paulo, assim como destes dois locais para a economia norte-americana – que por sua vez buscava mercados e áreas para produção de matérias-primas. Livrando-se de 1930 como uma data mágica, torna-se-nos possível considerar a produção gomífera verificada sobretudo entre 1890 e 1910 como conformadora da relação agrário-urbana especificamente brasileira; vislumbra-se o desenvolvimento do comércio externo responsável por uma acumulação capitalista que se constituiu regionalmente como negatividade, como condição de um enriquecimento dos grandes barões da borracha que não implicou numa industrialização como a de São Paulo ou dos países centrais. Investiga-se por que razões – apesar de defendermos uma industrialização calcada na substituição da pequena produção – a borracha, de níveis de produção que chegaram a se assemelhar ao café, configurou uma modernização às avessas da paulista. Em segundo momento, o contexto da produção gomífera *parece*, nesse caso, flutuar segundo os ditames da demanda internacional. Perde-se espaço para a produção em série verificada no sudeste asiático, atestando-se novamente a fragilidade do sistema agro-exportador brasileiro; reassenta-se o sentido da colonização, diria Caio Prado Jr. (1999). Terceiro, a selva se sobressairá como espaço eleito subsidiário da indústria monopolística de automóveis e congêneres: primeiramente em 1923, a partir de uma comissão estabelecida pelo capital estadunidense estudando as condições de seu escoamento; em seguida, em 1927, Fordlândia torna-se a expressão maior das contradições supracitadas.

3.3. A economia da borracha no contexto da modernização periférica

Desmistificada a exclusividade do café no processo de modernização brasileira, a teoria de Cano (1977) adquire nova coloração. São Paulo, ainda como polo concentrador da atividade econômica nacional, não se resolve sem que se direcione as lentes para o contexto amazônico e para o território nacional como um todo; todas as regiões teriam a expansão e a

retração de sua indústria em maior ou menor grau associada à dinâmica da economia paulista. Além disso, a modernização regional estaria condicionada pela demanda externa – uma produção voltada para o externo. As indústrias regionais são, por sinal, pouco dinâmicas, a despeito da aparência de porte nacional, e com produção determinada, em certa medida, por uma especialização natural. A “implantação das novas relações de produção no setor estratégico” no território paulista tenderia a perpetuar a Amazônia como periferia, fundando aí “um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente”⁴⁵, mas como singularidade:

A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (Oliveira, 2013, p. 69).

Desta maneira, São Paulo submete a Amazônia à sua lógica, assim como esta região é gargalo do escoamento do capital estadunidense: as atividades extrativas e a agricultura ficticiamente autônoma – sobretudo após a queda da produção gomífera –, financiam a reorganização do universo agrário e a industrialização. Para Oliveira, tal reconfiguração ocorre no sentido de produzir um “excedente não-reinvertível em si mesmo” para “baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades” (*ibidem*, p. 129); em outros termos, o processo consiste na redução dos custos de produção dos setores mais desenvolvidos da sociedade. A industrialização negativa amazônica é ainda simultaneidade tributária da dinâmica internacional, submersa em seu papel de fornecedora de matérias-primas. Mas isso é insuficiente como explicação, pois veta as distinções e variações internas e de classe de uma economia periférica. As condições intestinas do desenvolvimento regional negativo é que devem ser tomadas como nosso ponto de partida, de igual maneira englobando a dinâmica do modo de produção em sua totalidade, ao invés de se restringir a pura análise do mercado local. A partir de então, manifesta-se, à primeira vista como mistério, a realidade local: os lucros da borracha como instauradores de um padrão de consumo parasitário das elites, a carência de força de trabalho, os limites oferecidos pelo meio e a perpetuação da violência como o sustentáculo da reprodução capitalista local – pelo sistema de dívidas das casas de aviação – são os termos sobre os quais cabe se apoiar.

⁴⁵ Tomando-se nessa afirmação os devidos cuidados, desmitificando o fetichismo que lhe acompanharia; atente-se à seção 3.1 e ao fim da seção 1.3.

Roberto Santos (1980) estabelece uma periodização do crescimento econômico da Amazônia, a partir da borracha, tomando como base cálculos da renda per capita para distinguir cinco fases diferentes: de 1800 a 1840 presenciar-se-ia um período de baixa exportação, uma vez que os usos correntes do látex ainda não se tinham desenvolvido. De 1840 a 1910 ocorre a etapa áurea, com largo crescimento da produção. Entre este ano e 1920, o declínio estarrecedor. De 1920 a 1940 uma leve porém ilusória recuperação é posta, erguendo-se as cidades da Ford Motor Company como crença no desenvolvimento. Por fim, de 1940 a 1970 o crescimento moderado que se verifica não mais se relaciona com os seringais. Interessa-nos particularmente os três períodos intermediários, sobretudo entre 1877 e 1945: o primeiro ano definindo-se pela maciça migração nordestina que permitiu a elevação da produção, e o último apresentando a falência de Fordlândia e Belterra.

A oportunidade de uma exploração proveitosa da borracha dá-se somente em meados do século XIX: primeiramente pelo processo de vulcanização, desenvolvido em 1839 por Charles Goodyear; depois, pela invenção do pneumático, em 1890. Anteriormente, porém, em 1744, o explorador Charles Marie de La Condamine já descrevera sua possível utilidade, ao enfatizar a confecção de bolas e outros objetos pelos ameríndios (Dean, 1989): antes mesmo do desembarque dos europeus, os omaguas e cambebas já extraíam látex; os portugueses, por sua vez, já elaboravam seringas e botijas para o transporte de vinho. A Amazônia sendo o “território natural” da *Hevea brasiliensis*, era também a maior reserva mundial, colocando o país no circuito ampliado de exportação dessa mercadoria e imputando-lhe a crença em um látex de qualidade insubstituível. Provar-se-á, no entanto, o contrário.

Em 1876, são levadas do Amazonas para Londres cerca de 70 000 sementes de seringueira, por um suposto contrabando financiado por um certo Henry Wickham. As sementes seriam estudadas no jardim botânico de Kew e exibidas na Exposição Universal de 1876, como estereótipo da capacidade exótica e maravilhosa provinda da selva. Uma vez transportadas para Ceilão e Cingapura, as plantas originariam as imensas plantações racionalmente conduzidas e selecionadas do sudeste asiático, controladas sobretudo pela Inglaterra, mas também por França e Holanda. Suas primeiras aparições datam de 1900 (Prado Jr., 1971; Dean, 1989).

Limite-se ao apogeu do processo. Por este período, o crescimento da produção de látex no Brasil é vertiginoso: enquanto em 1827, num primeiro embarque, verifica-se a quantia de 31 toneladas, temos em 1887 o transporte de 17 000. Esta passa a ser a “matéria-prima de

procura em mais rápida expansão do mercado mundial” (Furtado, 1984, p. 130)⁴⁶. Em 1910 chega-se ao teto de preço de 639 libras por tonelada, e em 1912 temos o máximo de produção, de 42000t. No primeiro decênio do século XX, a média anual é de 34, 5 mil toneladas, atingindo a cifra de 220 mil contos e 28% das exportações do país. Primeiramente, a região do baixo Tapajós é a privilegiada, responsável por grande parte das exportações; no início do século XX, o território do Acre inserir-se-ia como outro local de suma importância, região que assiste a um crescimento populacional sem equivalente na história regional (Prado Jr., 1971). Todavia, não somente a demanda externa foi a responsável pelo incremento da exportação da goma, visto que o desenvolvimento de certas condições internas foram necessárias para que se a permitisse. Foi preciso, primeiramente, que o Amazonas conquistasse sua autonomia política como província, para que, desse modo, pudesse organizar sua própria produção. Em seguida, a introdução do navio a vapor tornou-se indispensável na bacia, resultando, como desenvolvimento das forças produtivas, na fundação da *Amazon Steam Navigation* e na abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira – o processo de monopolização da linha fluvial representado por esta companhia. Enfim, o ciclo da borracha foi possível porque houve um declínio da produção agrícola regional, voltando a população à extração gomífera e ao serviço militar na fronteira com a Guiana Francesa (Oliveira, 1983). Todos estes fatores relacionam-se, a escala nacional, a preocupação do Estado com a ocupação de territórios vazios, como fetiche da construção de uma identidade baseada no espaço, e não na população (Moraes, 1991a).

Quadro 2: Produção de borracha na Amazônia, 1827-1860

Ano	Kg	Ano	Kg	Ano	Kg	Ano	Kg
1827	31 365	1836	189 225	1846	673 725	1856	1 906 000
1830	156 060	1840	388 260	1850	1 446 550	1860	2 673 000

Fonte: Weinstein, 1993.

O desenvolvimento, estimulado seja pelo alargamento do consumo e ascensão dos preços, seja pelo afluxo constante de trabalhadores nordestinos após a grande seca de 1877 e

⁴⁶ Apesar disso, é errônea a interpretação do *boom* da produção: as exportações da borracha comparavam-se à do café, e permaneceram como atividade de suma importância por mais de cinco decênios (Cano, 1977).

1888-1889 (Prado Jr., 1971), solucionariam temporariamente o problema da carência de mão-de-obra numa região de escassa população. Aponta-se, igualmente, para o fato de que já existia no nordeste um suficiente reservatório de mão-de-obra, liberado, dentre outras causas, pela vinda dos europeus para as lavouras de café e pela queda da produção algodoeira sertaneja. Depois de iniciados os movimentos migratórios, tornava-se dificultoso para as elites locais contê-los: os sertanejos se viam estimulados pela propaganda das empresas gomíferas e do Estado (Prado, 2006). Neste processo, distinguem-se três formas de imigração (Santos, 1980; Oliveira, 1983). A primeira seria a chamada *imigração espontânea* para o trabalho nos seringais. Em seguida, a *imigração dirigida* pelo Estado, que se utilizaria de um fundo especial para o incentivo à colonização, que, por outro lado, se eximiu de um planejamento sistemático. A *imigração induzida*, por fim, consistiria na publicidade administrada pelos grandes aviadores e seringalistas, na pretensão de angariar força de trabalho como parte constitutiva de uma *mobilidade do trabalho*; os migrantes, aí, indiferentes ao conteúdo de suas atividades, fantasmagoricamente caracterizados como um constante afluxo de coisas manifestas pelo processo mundial da troca como um metamorfoseante tempo médio de trabalho – isto é, tempo sempre em crise (Gaudemar, 1977; Alfredo, 2013). Além da propaganda, que inculcava nos nordestinos a ilusão do rápido enriquecimento, e do transporte ocasionalmente subsidiado pelo Estado, a óbvia distância, e a preferência dos cafeicultores paulistas pelos europeus foram os fatores decisivos para o deslocamento de homens para a Amazônia. Inegável o pacto oligárquico que se observa, com seringalistas e Estado num processo mútuo de concessão de privilégios, baseados na informalidade.

A subsequente ampliação da demanda ditaria uma nova forma de exploração do seringal: o que primeiramente era evidenciado como cultivo móvel, sem a formação de propriedade, passa, com o auge da produção, a se desenhar sob um processo de apropriação individual da terra, condizente com a Lei de Terras que se estabelecia – o processo de “latifundização” adquirindo amparo por parte do Estado (Prado, 2006). Esta informalidade é a forma pela qual se caracteriza a modernização nacional, em que a política é gestada como interesse particular dos direitos pessoais em vez de pautada em “interesses objetivos”; em termos weberianos, este funcionário patrimonial opõe-se ao que seria o “puro burocrata” para Sérgio Buarque de Holanda (2010).

O crescimento da produção sucedeu-se pela apropriação da terra e pela maior quantidade de mão-de-obra empregada, mas as técnicas de exploração permaneciam, usualmente, as mesmas. Em contrapartida, a reprodução de padrões não-capitalistas de

produção no seio do modo de produção capitalista, como aparência, define uma complexificação do comércio amazônico em decorrência da elevação da produção. Destarte, em vez de “destruir as relações de produção existentes, o negócio da borracha amazônica levantou-se sobre elas, consolidando modos tradicionais de extração e de troca” como pressuposto de sua modernização (Weinstein, 1993, p. 30). Em outras palavras, a manutenção do sistema de aviamento é a condição necessária para a acumulação capitalista externa, simultaneamente negatividade da industrialização local. Se uma substituição da pequena produção intersticial – como modo de redução dos custos de produção e de reprodução da força de trabalho urbana – é o que ocorre na modernização paulista, esta indústria se vê fundada nos padrões modernos já estabelecidos pelo centro, que todavia não se permite competir no mercado mundial. Kurz (1992) assevera que

Desde o princípio, a industrialização foi apenas seletiva, limitando-se a algumas fábricas isoladas que produzem para o mercado mundial. O setor moderno, com a infraestrutura correspondente, sempre existiu apenas como corpo estranho numa sociedade que já não pôde penetrar inteiramente. *A maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo*, isto é, foram destruídas as estruturas tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse seu lugar (p. 194, grifo meu).

Na realidade, em vez de as estruturas tradicionais serem destruídas, elas se constituem enquanto uma contradição agrário-urbana, aqui expressa no sistema de aviamento. Segundo Oliveira, o aviamento é mesmo o corolário do contato da região com o capitalismo monopolista internacional (1983). Já do ponto de vista externo, a acumulação negativa se perfaz como pressuposto da acumulação estrangeira, via indústrias de produtos derivados da borracha (Weinstein, 1993).

Antes de mais nada, esse sistema, figurado na dívida do caboclo no seringal, desenvolveu-se como maneira de fixar o trabalhador à propriedade do rentista, uma vez que se carecia de força de trabalho e tornava-se possível, àquele, insatisfeito com sua condição, fugir sem maiores problemas. O mesmo havia se apresentado na lavoura cafeeira, e semelhante sistema desenvolveu-se; a diferença consistiu apenas que a renda, em vez de paga com produção, era paga em dinheiro. Em outras palavras, assalariado, ainda que o dinheiro lhe seja uma falta (uma ausência que pressupõe sua presença), o seringueiro é um trabalhador livre e poderia, em teoria, deslocar-se sempre que quisesse; a renda é imobilizada não neste, mas na terra que não lhe pertence. Foi preciso prendê-lo ao trabalho para “amansá-lo” por meio de um sistema creditício que sempre o impediria de exercer outra profissão.

Esta cadeia sobre a qual se assentava a economia gomífera contava como base com a figura do *seringueiro*. Este abria, usualmente, duas estradas, de aproximadamente cem seringueiras cada, no formato de uma bolsa. Sua jornada de dezesseis horas geralmente se iniciava através do talhe das seringueiras de uma determinada estrada, fixando nas árvores uma pequena tigela para coletar o látex secretado a partir do corte efetuado. Em, seguida, após esse demorado processo – pois as heveas eram distantes umas das outras –, o

seringueiro chegava finalmente de volta a sua cabana, onde normalmente comia a primeira refeição, ao meio-dia, e fazia uma sesta para fugir ao calor do sol a pino. A seguir, refazia o mesmo percurso para coletar o líquido que se acumulava nas tigelas e retornava à cabana para iniciar a etapa final de seu trabalho diário – a coagulação do látex (Weinstein, 1993, p. 31).

A coagulação, se bem realizada, resultaria em uma borracha de alta qualidade, a “Pará fina”; caso contrário, a borracha “cernambi” ou a “entrefina” apresentar-se-iam como o corolário do processo. O seringueiro, amiúde, era um migrante nordestino que chegava com sua família no seringal; apesar de lhe ser desaconselhável cultivar seus meios de subsistência – pois devia concentrar a atenção na extração do látex para o pagamento de sua dívida –, este geralmente o fazia:

Há registros, porém, de que por vezes havia um mandiocal ao lado das estradas de seringueiras, e é provável que essa dependência total ao barracão do seringalista, embora tenha ocorrido em quase toda a região amazônica durante o apogeu da borracha, não fosse, na verdade, uma regra geral. Provavelmente, alguns daqueles nordestinos que trouxeram suas famílias tiveram permissão, por parte de seus patrões, para cultivar um roçado, caçar e pescar, o mesmo devendo ter ocorrido em alguns grupos tribais cujos elementos forma engajados na extração do látex (Oliveira, 1983, p. 235).

A produção de subsistência como subsidiária da produção gomífera talvez trouxesse mais vantagens ao patrão, como ocorria com o café; apesar de o seringueiro deixar de comprar certos alimentos no barracão, sub-repticiamente acreditava estar produzindo para si mesmo, com a exploração da borracha lhe sendo a subsidiária, e não o contrário, desempenhando mais produtivamente suas tarefas e ainda assim endividando-se (cf. Martins, 1979)⁴⁷. Outras fontes

⁴⁷ Era permitido ao colono plantar outros gêneros entre as fileiras dos cafezais. Isso lhe dava a ilusão de realizar um trabalho de subsistência somente complementado com o trabalho para o fazendeiro. Desse modo aquele aceita sua desigualdade perante seu patrão, proprietário fundiário que controla o tempo de trabalho do colono em cada cultura; tal relação aparece, não obstante, como igualdade entre homens livres (Martins, 1979).

informam, por outro lado, que durante o auge do processo (1910-1912), era mais comum que o trabalhador migrasse para a Amazônia só, raramente exercendo algo que não fosse a extração do látex; a produtividade do trabalho era, assim, maior (Lourenço, 1999, p. 19). Sua situação não era outra senão a de sua total pauperização: o dinheiro era-lhe quase inexistente, e efêmero, pois precisava centrar suas energias no pagamento de suas dívidas com o barracão, no custeio de sua viagem, no financiamento dos instrumentos utilizados e de sua precária habitação. O isolamento do trabalhador em meio a insalubre floresta assemelhava-o ao boneco de Judas que confeccionava no Sábado de Aleluia: acabrunhado, em um breve momento de descontração (Cunha, 2005).

No fim da semana ou do mês, o seringueiro entregava sua produção ao proprietário da terra – em parte como pagamento de uma renda em produto, outra parte como resultado de seu trabalho como custeio de suas dívidas –, o *seringalista*, ou o *aviador*, o comerciante local que “controlava informalmente a produção e o comércio da borracha na área, negociando a produção dos seringueiros e mantendo-os abastecidos de ferramentas, víveres e quaisquer extravagâncias a que se pudessem dar ao luxo” (Weinstein, 1993, p. 33). Comerciantes brasileiros e sírio-libaneses eram quem usualmente “aviavam os produtores, entregando-lhes [ao seringueiro], a crédito, o material e os alimentos de que necessitavam para internarem-se no mato e, depois, recebendo como pagamento a matéria-prima coletada” (Oliveira, 1983, p. 229). Entregue a produção ao *patrão*, este lhe cobrava os eventuais custos de transporte e de mercado, taxando igualmente uma porcentagem sobre seu pagamento e lhe ofertando mercadorias a exorbitantes preços – raramente remunerando em dinheiro⁴⁸:

um seringueiro chegava a comprar os produtos por preços até cinco vezes maiores que os do Rio de Janeiro, se trabalhasse no rio Solimões, e até dez vezes maiores, se trabalhasse no rio Madeira. Além disso, os produtos consumidos eram de péssima qualidade, chegando a estar deteriorados (Lourenço, 1999, p. 19).

Mais especificamente, com a entrega da produção ao patrão, a mercadoria ou era embarcada diretamente a um posto comercial em Belém ou Manaus ou passava por um intermediário, o *aviador local*, para o caso de inexistir no seringal um ancoradouro ou congênere. Este aviador

⁴⁸ “O endividamento permanente do seringueiro significava que o patrão raramente remuneraria seus ‘clientes’ em dinheiro. Isso era indispensável, não só porque a maioria dos comerciantes carecia cronicamente de liquidez, como também porque um seringueiro com dinheiro no bolso teria condições de comprar mercadorias de outros aviadores, sem estar violando seu ‘acordo’ comercial com o patrão” (Weinstein, 1993, p. 39).

possuía um barracão de secos e molhados, e vendia seus artigos a crédito, pagos em borracha pelo patrão ou diretamente pelo seringueiro, configurando a cadeia necessária para a manutenção de um sistema de dívidas que restringe os elos mais baixos da corrente a uma situação de servidão. Portanto, mesmo o seringueiro proprietário “teria relações informais de dependência com um comerciante do vilarejo, ou com um vizinho mais rico”; todavia, tal relação seria “mais flexível e menos suscetível de coerção do que a existente entre o seringueiro não-proprietário e o seringalista” (Weinstein, 1993, p. 35). O dinheiro isenta-se da relação, mas é seu pressuposto; as dívidas, como perpetuação de uma política de juros, funcionam mesmo como uma forma de socialização do capital nestas paragens, situando este capital em sua reprodução global, definida pelo tempo médio de produção do trabalho. Isso permite a liquidez de lucros por parte do capitalista local (Marx, V, 1988).

Constituíam-se relações de favor entre o patrão e o empregado, tecido não de outro modo senão como “desdobramento da produção lucrativa do capitalismo” (Franco, 1976). Tratava-se de um modo de manter uma relação desigual entre homens livres, iguais, perante um acordo que favorecia apenas um dos lados. A dívida era vista pelo seringueiro como um dever moral a ser saldado, assim como ocorria no café⁴⁹. Num meio de escassez de dinheiro, o que toma a forma da troca é mesmo essa relação moral do favor, envolvendo ou não mercadorias, e que beneficia, em última instância, o patrão (Martins, 1990); pressupõe-se um momento da reprodução ampliada. Desse modo, classificar o aviamento como um meio arcaico no qual a industrialização lograva, é recair no fetichismo de que a Amazônia deveria ter tido as mesmas nuances históricas e econômicas que São Paulo

No momento seguinte do processo, a borracha é embarcada para Belém ou Manaus em um navio da Amazon Navigation Company ou de alguma outra grande empresa. Em uma *casa aviadora* da cidade, as peles de goma eram inspecionadas para a verificação de impurezas e transportadas à companhia importadora-exportadora. Este é o ponto mais importante do

⁴⁹ Weinstein frisa-nos um caso: “Quando um comerciante de relevo, sediado em Belém, anunciou seu afastamento dos negócios e o cancelamento de todos os débitos que seus representantes no interior tinham para com ele, este seu gesto magnânimo provocou uma reação indignada. Aqueles comerciantes locais reclamaram que ele não podia abandoná-los, depois de tantos anos de *fiéis serviços*; na verdade, estavam simplesmente ansiosos em continuar devendo, desde que lhes fosse assegurado que ele (ou seu sucessor) continuaria a supri-los de mercadorias para fornecerem a crédito aos seringueiros. Pelo que diziam, se aquele comerciante tivesse transferido as dívidas para outras firmas aviadoras, em vez de cancelá-las, eles teriam ficado extremamente agradecidos” (Weinstein, 1993, p. 40-41, grifo meu).

sistema, pois decide quando e a quem vender a borracha. Os grandes aviadores eram quem negociavam com as casas importadoras as mercadorias “a ser, a seguir, passadas ao negociante do vilarejo, ao ‘regatão’, ao seringalista e, finalmente, ao seringueiro. Era também a casa aviadora que providenciava o transporte e a distribuição nos seringais, e que atuava como representante legal e financeiro de seus clientes mais ricos residentes no interior” (Weinstein, 1993, p. 33-34). Ademais, tais locais contraíam créditos adicionais ou empréstimos a curto prazo dos bancos locais para suplementar a produção. Também enviavam ao interior representantes seus com seringueiros para instalar novos locais de trabalho ou para estabelecer contratos comerciais onde ainda não existiam.

Finalmente, a borracha era enviada às *casas exportadoras*, onde, pela primeira vez, a transação entre aviador e exportador ocorria em moeda sonante. Os estabelecimentos amiúde representavam firmas compradoras estrangeiras, informalmente operando como banco ou importadora⁵⁰; igualmente, era esta quem arcava os possíveis custos de exportação, e quem, finalmente, vendia o látex ao *fabricante estrangeiro*, determinando o preço final do produto. É portanto sobre a exploração do trabalho nos seringais que se moderniza parcela do Norte, como um sistema de dívidas e especulação sobre a borracha: Belém e Manaus monumentalizam-se, ao passo que uma oligarquia da borracha importa vertiginosas quantidades de bens de luxo, à maneira daquelas elites descritas por Celso Furtado. Constatase realmente uma *belle époque* amazônica, uma burguesia patriarcal que festeja ao estilo de um *bon vivant* (Daou, 2004).

⁵⁰ De tal maneira, torna-se inválida a aplicação da já criticada teoria de Dean de São Paulo para a Amazônia, acerca da transformação das casas importadoras nas primeiras indústrias (cf. seção 3.2; Suzigan, 2000).



Imagem 3: Peles de borracha dispostas em frente a um barracão. **Fonte:** noamazonaseassim.com.br/tudo-sobre-o-ciclo-da-borracha-dos-primordios-ate-1920. Acesso em 27 de maio de 2015.

Destarte, engendra-se uma ampla rede traçada do seringueiro ao revendedor estrangeiro, perpassando inúmeros intermediários; constitui-se um sistema de favorecimentos e de relações não-capitalísticas de produção como pressuposto de relações “propriamente modernas”. Essas condições, segundo Cano (1977, p. 88-92), impedem a formação de um “complexo econômico diversificado” da estrutura produtiva na região, evidenciando a atomização dos excedentes e impedindo mesmo a transformação do capital comercial em capital produtivo. Tal interpretação, não obstante, é calcada numa ilusão temporal que situa a periferia como um constante vir-a-ser do centro, que lamenta, como falta, pela não transformação do capital comercial da borracha em capital produtivo industrial; olvida-se que isto é, simultaneamente, condição de acumulação no centro da divisão territorial do trabalho.

A especulação sobre a borracha é aspecto definidor da *belle époque* amazônica. O

súbito aumento do custo de vida é, entretanto, comum nas economias em rápido crescimento. Tanto é verificado a partir de um rápido processo de crescimento das elites e empobrecimento das camadas mais pobres; é oportunidade de ação dos arrivistas característicos de um romance realista. Para além do comportamento mesquinho do burguês, a inflação de preços funcionava mais como uma forma de apropriação de um excedente adicional sobre o preço da borracha que como um seguro contra o revés financeiro, uma vez que tal excedente dificilmente era poupado pelo comerciante ou pelo seringalista (Weinstein, 1993). É este turbilhão desenfreado, que aparece na lógica temporal como crescimento econômico local, o que configura aquela “modernização aos saltos” da indústria nacional. Isto ocorre como ilusório crescimento pautado sobre as dívidas, não só do seringueiro, mas do Estado nacional sobre os países centrais (Kurz, 1992, p. 172).

Portanto temos, como consequência da expansão da economia gomífera: a ampliação do território nacional, via incorporação do Acre; a ocupação de novas terras e criação de novas vilas e povoados, por vezes a partir da fundação dos barracões de secos e molhados e de seringais; o desenvolvimento de Belém e Manaus com o enriquecimento de uma estreita camada de comerciantes e seringalistas; o estreitamento do território indígena; e, finalmente, a perpetuação e o fortalecimento do sistema de aviação (Oliveira, 1983).

A curva ascendente dos lucros da *Hevea* deixaria de sê-lo. A partir de 1900, a inserção da borracha asiática no mercado mundial, assentada numa produção racionalizada e monopolizada por Inglaterra e Holanda, deixando os EUA, e particularmente sua indústria automobilística, em desfavorável posição, levaria ao fracasso a borracha brasileira. Após pouco mais de uma década, a produção gomífera amazônica seria suplantada pela asiática, arruinando os sonhos das oligarquias locais. Qualquer tentativa de competição com a borracha do oriente, não obstante, malograria. Os senhores da borracha não se arriscariam em investir no cultivo de um produto que poderia ser extraído *in natura* e que, se vingasse, levaria severos anos para dar resultados. A instabilidade da força de trabalho, a despeito das tentativas de mantê-la junto à propriedade, era também um grande problema, assim como a carência de capital e a predominância de fatores ecológicos: o solo facilmente esgotável e as pragas – inexistentes na Ásia – desmitificariam qualquer crença na invencibilidade da borracha amazônica; óbices percebidos somente quando do colapso da sociedade da borracha (Weinstein, 1993).

Em 1912, idealizou-se um convênio entre o Pará e o Amazonas para emprestar

dinheiro do exterior e criar de dois bancos que financiassem a extração do látex, proposta que foi reprovada pela União. No mesmo ano, preconizar-se-ia o Plano de Defesa da Borracha, jamais executado: as iniciativas de incentivo à industrialização, o financiamento da produção e do transporte, da pesca, da agricultura e da pecuária, além do fomento à migração e à higiene não encontrariam respaldo na prática (Lourenço, 1999). Para se ter noção, em “1919, numa produção mundial de 423 000 toneladas, o Oriente contribuiria com 382 mil; ao Brasil não caberia mais que a modesta soma de 34 mil, valendo apenas 105 000 contos” (Prado Jr., 1971). O desemprego dos seringueiros e as migrações de retorno, a falência das casas aviadoras e a paralisação da frota fluvial configuraria a realidade que substituiria o brilho monumental das mansões e dos grandes teatros de Belém e Manaus. A Amazônia fora o pressuposto de uma acumulação internacional das indústrias dos derivados da borracha, mas não o foi quando da popularização do automóvel; outrossim, essas condições foram as mesmas que, através do sistema de aviação – conjugado a todo o contexto mundial – foram impeditivos da formação de uma classe trabalhadora que teria no seringueiro a imagem do trabalhador industrial assalariado, apesar deste ser livre, em seu duplo sentido. A ausência da mentalidade do empresário poderia se apresentar como estorvo; contudo, não é porque ocorre uma capitalização da renda na propriedade da terra que necessariamente aparecerá um “empresário da selva”, à maneira de um *Fitzcarraldo*. Ou melhor, poderíamos dizer que esta personagem simultaneamente aparece como corolário da transferência inter-regional de valor em São Paulo. Diante deste contexto, as elites da borracha formulariam uma solução paliativa na entrada do capital estrangeiro. Para elas, o Estado não seria capaz de soerguer a Amazônia⁵¹.

Entre os recursos adotados pela União encontrar-se-ia os grandes projetos arquitetônicos – sobretudo a construção de ferrovias – para a atração de trabalhadores. No Pará, remediaria os problemas a isenção de impostos para incentivar a entrada do capital estrangeiro e a concessão de terras para quem tivesse o interesse de utilizá-las produtivamente – inclusive entrando em competição com o governo federal pela capitalização desses negócios.

É nesta conjuntura que esbarrará a Ford, buscando fugir do cartel inglês sobre a

⁵¹ Essa era a visão que se propagava na época, que, no entanto, não deixava de estar correta: sabemos da fraca institucionalização do Estado no período pré-1930 e da arbitrariedade das oligarquias regionais; os interesses dos barões da borracha esbarraram na hegemonia cafeeira.

borracha, em contrapartida alimentando os sonhos das oligarquias locais em retornarem aos seus tempos áureos (Lourenço, 1999). Trata-se de “um momento do processo de concentração e centralização do capital empreendido pela Ford Motor Company enquanto parcela individual do capital global”, na medida em que se testemunha o projeto em terras brasileiras como uma “forma específica de materialização deste processo”. A Companhia aventura-se pela Amazônia à procura de látex para produção de pneus, objetivando libertar-se do Plano Stevenson: tal medida se lhe apresenta como um grande entrave, visto que age sobre o preço da borracha “ou pela redução absoluta da oferta”, ou “pela manutenção ou ampliação dessa oferta a preços crescentes”, ou pela conjugação de ambos os fatores (Costa, 1981, p. 13). Nesse sentido, viria a calhar a ação da *American Rubber Mission*, em 1923, seguida de um relatório que aponta para a viabilidade da produção de seringueiras no Brasil, mas que alerta para dois problemas cabais: a ocorrência do *mal-das-folhas* (*Microcyclus ulei*), fungo responsável pela corrosão das folhas da *Hevea brasiliensis*, e a carência de força de trabalho, sobre a qual se sugere a migração de nordestinos (ver seção 2.3.). Estão já plantados os germes da ruína de Ford.

Sob o citado plano de concessão de terras por parte do governo paraense, e ao saber da missão de Hoover, o governador do Pará Dionysio Bentes decreta que José Custódio Alves de Lima – o representante consular do Brasil em Michigan – contatasse Henry Ford. Após dois anos de insistências e convencimentos da parte do diplomata, Ford resolve estabelecer comunicação em 1925 (Dean, 1989). Durante a conversa entre Ford e Lima, depois “que eles discutiram os aspectos básicos da questão, quanta terra o Brasil estava disposto a conceder à empresa automotiva, juntamente com questões ligadas a impostos e tarifas, Ford ficou expansivo” (Grandin, 2012, p. 91); este, ao saber da situação da classe trabalhadora brasileira, propõe-se a pagar o conhecido salário de cinco dólares/dia, interessado no aumento da produtividade. Contudo, a diferença entre as moedas e o preço menor de reprodução da força de trabalho nacional, na empreitada americana de redução de custos de produção, obviamente dispensariam qualquer remuneração próxima desta cifra; pelo contrário, afirma-se uma diferença de salários da ordem de até quinze vezes entre as duas nações. O cônsul, por sua vez, manifestaria no oferecimento a Ford de “incentivos especiais” os anseios das elites paraenses.

Os desdobramentos se seguiriam até o Rio de Janeiro, onde o empresário Jorge Dumont Villares adquiriria, do governo, a concessão de terras em sete pontos diferentes da margem direita do rio Tapajós, na bacia do rio Cupari (Lourenço, 1999, p. 25). Villares, por

sua vez, fora aconselhado por William Schurz, adido comercial dos EUA no Rio de Janeiro, que estava na expedição de 1923. Estes se juntariam ao inglês Maurice Greite para finalmente retificar suas posses junto ao Estado em setembro de 1926. Os três fraudadores dirigem-se primeiramente a Firestone para vender suas concessões; sem sucesso, recorrem a Ford e seus executivos, W. L. Reeves Blakeley, William McCullough e Ernest Liebold, para efetivarem seu plano. Schurz, como adido comercial, “tinha acesso à pesquisa sobre a borracha realizada com recursos do governo americano, que ele repassou a Liebold antes que o Departamento de Comércio pudesse processá-la e colocá-la à disposição de outros possíveis investidores” (Grandin, 2012, p. 94). Villares garantiu-lhes plenos direitos de exploração, e mentiu a respeito das terras, ocultando a possibilidade de aquisição de qualquer outro terreno. Ele escreve a Blakeley:

Quando você esteve aqui percebeu uma coisa curiosa: “A fé que todos têm em Ford?” A magia desse nome penetrou nos corações dos mais humildes e também no meu. Eles têm fé em Ford e eu também. Milhares esperam por sua vinda; ele virá (*apud* Grandin, 2012, p. 94).

Eis os *homens cordiais* no melhor de seu desempenho. Henry Ford ainda estava indeciso, e envia no mesmo ano Carl D. La Rue, que também estivera na comissão de 1923, ao Pará. O botânico descrevera diversos locais adequados ao empreendimento, mas, se elogiava o terreno, por outro lado retratava a vida na região como uma “visão do inferno”: maldisse a miséria do caboclo através de sua submissão a eterna dívida e o sucumbir à malária e aos vermes:

Alguns desses homens são espécimes magníficos, mas há entre eles muitos tomados pela febre. Muitos também têm ferimentos horríveis nas pernas e nos pés. Estão sempre seminus. Cobertos apenas por farrapos que parecem ter sido remendados até que as roupas se parecessem colchas de retalhos cheios de furos (*apud ibidem*, p. 99).

As condições gerais do relatório no entanto convenceram Ford, que, em junho de 1927, encaminha a Belém Blakeley e O. Z. Ide, e determina, na mesma cidade, a inauguração de um escritório. A despeito das desconfianças de Ide acerca da conduta de Blakeley (cf. *ibidem*, p.110-117), estes, conjugados a Villares e a McCullough, redigem os termos do contrato que gestaria Fordlândia. A empresa se isentaria de quaisquer impostos sobre exportação – de todos os seus produtos – e teria plenos poderes de atuação no local, podendo inclusive edificar escolas, construir estradas, explorar minérios e efetuar operações bancárias e de crédito (cf.

Lourenço, 1999, p. 27). Estaria fundada a Companhia Ford Industrial do Brasil, em 30 de setembro de 1927. Sinteticamente,

o estado do Pará cedeu a Ford pouco mais de um milhão de hectares [...] Metade dele provinha da reivindicação de Villares, pela qual Ford deveria pagar US\$ 125 mil, uma ninharia considerando-se a enorme riqueza da família. A outra metade era de terras públicas, que Ford recebeu de graça (Grandin, 2012, p. 117).

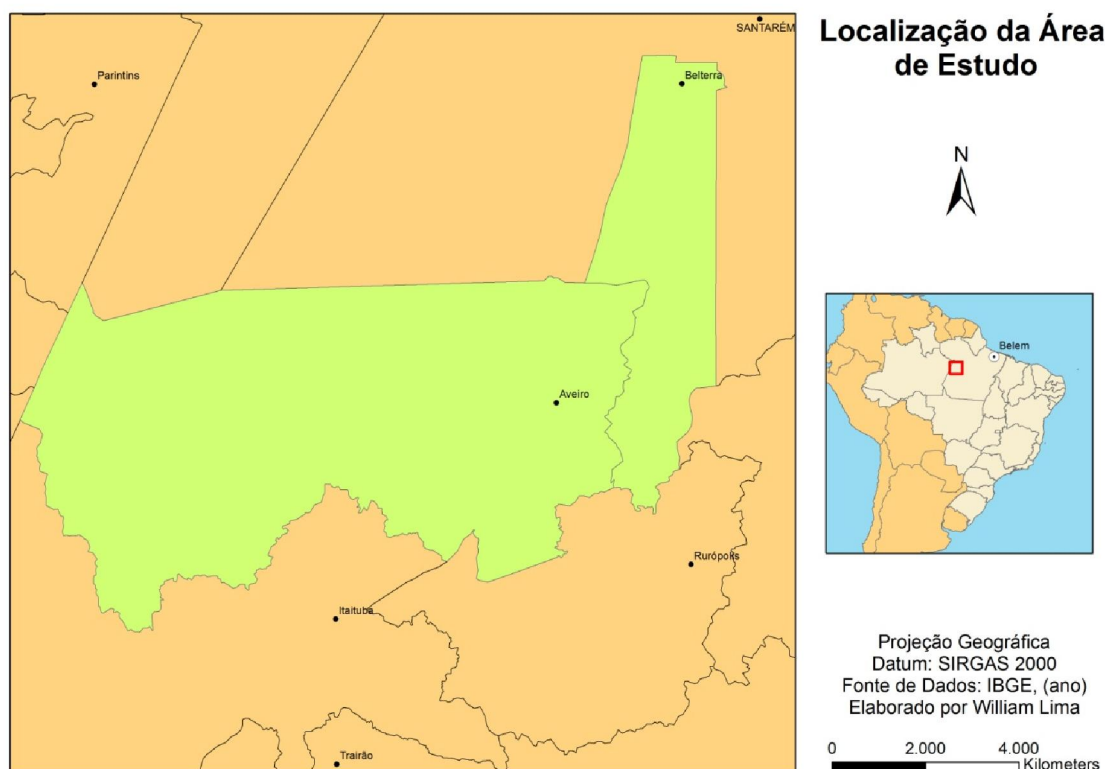


Imagem 4: Localização de Aveiro (município onde se situa Fordlândia) e Belterra. Organizado por William Pereira Lima (2015).

A reação dos brasileiros é de euforia: para além das esperanças das oligarquias, os intelectuais em geral e a imprensa viam o evento com bons olhos. O “Dr. Piaba”, através do jornal santareno *A Cidade*, exclama: “De extramuros há chegado gente com o intuito, louvável por sinal, de arranjar um osso quando chegar o Ford...” (Lourenço, 1999, p.37); Álvaro Maia, futuro interventor do Amazonas no governo Vargas, distingue uma missão civilizatória no processo:

[enquanto] raça superior e dominadora, ensinará a gente a ter higiene, a querer, a

fazer economia, e erguerá núcleos modelares de atividade, aproveitando os recursos da natureza que serão transformados em cidades do amanhã. Mas, o americano, que é mais forte pela raça e pelo dinheiro, com direitos incontestáveis de senhor, explorará o mais fraco, embora exercendo uma soberania benéfica, melhor talvez que a atual para o seringueiro, e faz muito bem. Dessa forma, a civilização penetrará no Amazonas por processos singulares, mas enfim penetrará (*apud* Costa, 1981, p. 37).

Ao chegar ao vilarejo de Boa Vista no início de 1928, entre os municípios de Aveiro e Itaituba, Blakeley pensava em um local onde o rio atingiria considerável profundidade, para que fosse possível a descarga dos materiais pesados. Entretanto, o futuro gerente do empreendimento não enxergaria as péssimas condições geográficas do local: o povoado localizava-se a quatro dias de barco de Belém e possuía uma topografia acidentada, somada a um solo não muito rico; chovia de modo desregulado, e a área de várzea tornava o ambiente insalubre; finalmente, os níveis baixos do rio à época de seca impediam a entrada de navios. Era isso o que Dean (1989) chamaria de um “mau começo”, mas que ainda não se revelaria enquanto tal.

CAPÍTULO 4

HENRY FORD ENTRE A CASA-GRANDE E O CHÃO DA FÁBRICA

Fordlândia e Belterra como expressões da crise do capital

*“Noite. Está reclinado o Guesa Errante,
Olhando, — as grandes selvas se aclararam
À fogueira que acesa foi distante...
— Gritam das ruínas! as soidões gritaram”*
— Sousândrade, *O guesa errante*.

*“Não há pontos de referência, e não há nada que identifique o
progresso. Amanhã e depois de amanhã será a mesma história
de ontem e anteontem”*
— Kenneth Grubb, *Amazon and Andes*.

4.1. Os primeiros anos do projeto

No raiar de 1928, a Ford Motor Company, com os olhos voltados para a Amazônia, prepara os equipamentos que meses depois se acoplarão ao solo brasileiro e configurarão aí um verdadeiro empreendimento americano. Tomados pelo espírito de uma missão civilizatória, o que os assessores da companhia procuram é empreender sobre o vazio da selva as luzes da modernidade, por meio da disciplina do trabalho e do lazer voltado ao consumo, transmutando o lânguido caboclo no homem do *American dream* dos trópicos. O sopro vital da iniciativa fordista ocorre quando as embarcações *Lake Ormoc* e *Lake Farge* deixam o porto de Dearborn, no dia 26 de julho:

Vagões ferroviários começaram a se deslocar em Rouge e guindastes e guinchos começaram a encher os porões do *Ormoc* e do *Farge* com o maquinário e os materiais necessários para iniciar e manter a plantação [...], inclusive ‘uma enorme quantidade de carne congelada ‘e legumes para ‘evitar a necessidade de recorrer a uma dieta tropical nativa’. Havia até uma ferrovia – locomotiva, trilhos e conexões – recuperada das operações de Ford na serraria na Península Superior [...] No total, um milhão de dólares em produtos (Grandin, 2012, p.134-135).

A Ford fora pioneira no processo de reciclagem industrial, como redução dos custos de produção: além do reaproveitamento da ferrovia, o próprio *Lake Ormoc* fora antes utilizado pela marinha mercante. Reformado, o navio recebera novo motor a diesel e uma casa de máquinas; com a reformulação da embarcação, a quantidade de homens necessários para operá-lo também fora reduzido, a obedecer aos ditames do desenvolvimento das forças produtivas: de 24 para 6. O *Farge*, por sua sorte, era um rebocador construído especialmente para transportar os componentes de Fordlândia pelo rio Tapajós.

O soar dos apitos do Ormoc nas docas de Rouge causara um alvoroço na imprensa estadunidense e brasileira. Segundo o *Detroit News*, o Brasil aguardava ansiosamente pelos navios “carregados com ‘ciência, cérebro e dinheiro’” (*ibidem*, p. 136). Vislumbrava-se uma oportunidade para o desenvolvimento e a integração da Amazônia, tornada também possibilidade de riqueza para aventureiros. Os jornais brasileiros personalizavam *ad nauseum* a figura de Henry Ford, associando-o à sua empresa: “*Quando chegar o Ford... esse é o refrão da moda*”; é o “*multimilionário yankee*”; concomitantemente, os trabalhadores vão “*prá Fór*”⁵²; Monteiro Lobato caracteriza o empresário “o Jesus Cristo da indústria”.

O *Ormoc* e o *Farge* contam, no total, com 14 passageiros, entre gerentes, engenheiros e médicos. Em setembro, aporta-se em Santarém. Os técnicos da companhia, todavia, esqueceram-se de considerar o clima local: o Pará passava por sua estação seca, e um leito de pedra se formava próximo a Fordlândia, impedindo qualquer tentativa de desembarque dos equipamentos até dezembro; o capitão norueguês Eimar Oxholm gastara 130 mil dólares para descarregar as 3 800 toneladas de mercadorias dos navios, que só partiram no desfecho de janeiro.

A *Company town* deveria ser completa, minimizando as insuficiências estruturais da

⁵² Lourenço (1999). As denominações a Ford encontram-se nos jornais da época, pesquisados pela autora, do qual *A Cidade*, de Santarém, é o principal.

Amazônia para a obtenção de um mínimo de lucro: dever-se-ia modernizá-la como um ditame da acumulação capitalista global. Não obstante, a periferia se manifesta enquanto a negatividade da mundialização do valor, pois é constantemente expropriada de suas possibilidades de acumulação, por intermédio do centro, na organização do mercado: o Brasil, nesse sentido, responde tão somente à exportação de capitais ociosos dos países centrais, enquanto que Fordlândia se apresentaria como um *corpo estranho* que parasita a miséria colonial (cf. Mandel, 1982; Kurz, 1992). Costa (1981) descreve os elementos requisitados pela Ford nas necessidades do escoamento de seus capitais e redução dos custos de produção: primeiramente, os meios de produção deveriam ser constituídos quase que por inteiro, desde portos e usinas de força ao próprio seringal. Em segundo lugar, a força de trabalho local deveria ser submetida ao assalariamento ou ao regime de colonato, num contexto em que o mercado de terras ainda não havia se cristalizado como monopólio de uma classe; isso impede a formação de um mercado de trabalho e impele ou à dependência do labor do caboclo local ou à necessidade da companhia mobilizar mão-de-obra externa. Ademais, a quantidade de operários necessária deveria, no mínimo, ser o suficiente para gerar lucros e evitar a instabilidade do preço da borracha; caso contrário, o empreendimento seria inviável.

Para atender a tais demandas, a cidade é suntuosamente edificada, como materialização dos ideais do progresso. A população encontra-se pasma

com aquela soberba infraestrutura, sem rival em milhares de quilômetros, em qualquer direção. As casas de madeira bem alinhadas, os alojamentos, armazéns e refeitórios arrancaram elogios de visitantes brasileiros e muito contribuíram para tirar Ford de suas dificuldades políticas anteriores [de efetivação e regularização do empreendimento] (Dean, 1989, p. 114).

Apenas Belém se comparava àquela grandeza exprimida. Seu traçado urbano segue o plano das cidades estadunidenses: o planejamento seria, realmente, o de uma “cidade *na* floresta”, associado às demandas externas e contraposto à um outro em que os habitantes desfrutariam de uma relação íntima com seu entorno (Trindade Jr., 2010). Fordlândia (e, em 1934, Belterra) ergueram-se

em áreas onde inicialmente predominava a floresta, e tinham traçados bastante lineares, dividindo o espaço em três partes distintas: aquele ocupado pelas casas dos trabalhadores; o que se destinava aos equipamentos, tais como oficinas, usina de tratamento de água e de fornecimento de energia elétrica; e o terceiro onde se localizavam as casas destinadas aos membros da direção [...] Os equipamentos de lazer também dispunham de quadras de esportes e de cinema, enquanto os

membros da direção dispunham de um clube para seu uso exclusivo (Lourenço, 1999, p. 90).

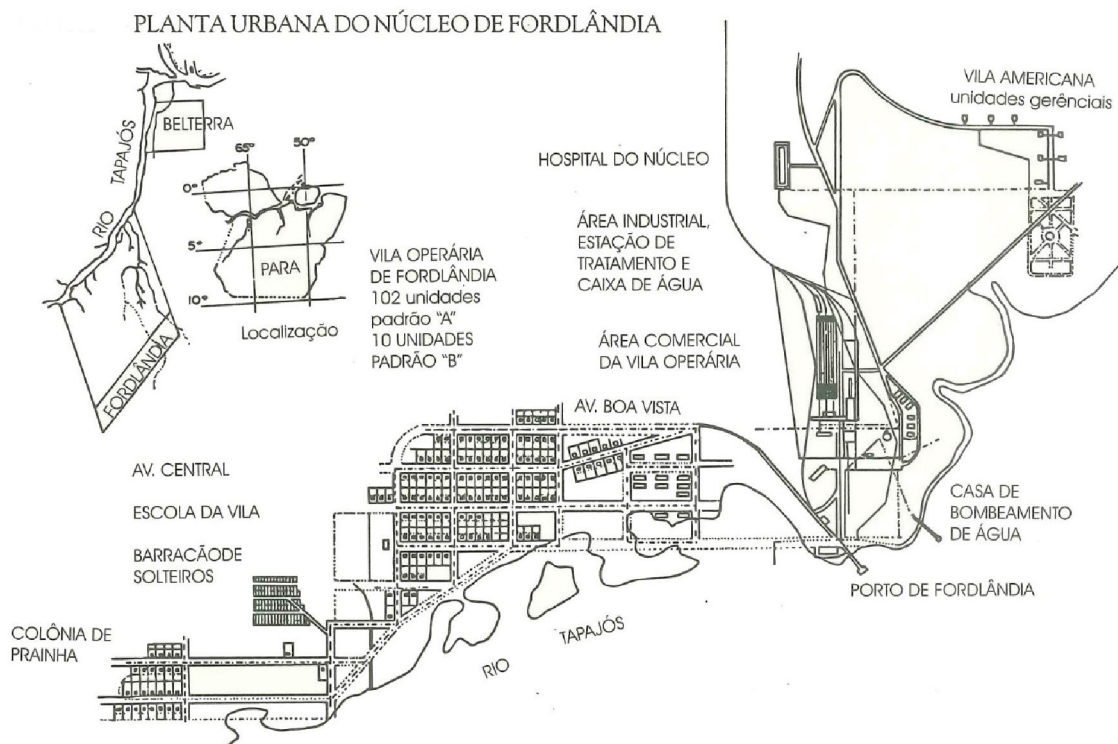


Imagem 5: Planta de Fordlândia. **Fonte:** Vicentini, 2006.

Logo se inicia a derrubada das matas para a fixação do capital no espaço. A construção da caixa d'água, um símbolo de 5 700 litros, é seguida pela implantação de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água. Ergue-se o barracão central e mais de 2 mil casas destinadas aos dirigentes americanos e funcionários em geral; um hospital, o almoxarifado, dois portos e a serraria, com estações de rádio, telefonia e de geração de energia elétrica preenchem o cenário, atendendo a todas as exigências dos sanitaristas. Setenta quilômetros de estrada foram abertos e seis escolas edificadas, acompanhadas do refeitório e de mercearias e alfaaiarias (Costa, 1981)⁵³. Contudo, nem todos os elementos da cidade lá estavam em 1928; alguns eventos, a serem descritos mais tarde, precisaram ocorrer. No início, a estrutura habitacional e a alimentação eram sobremaneira precárias, e sem direito a reclamações dos

⁵³ O valor dos meios infraestruturais equivalia a 65% de todo ativo imobilizado da Companhia. Os salários correspondiam a 22% dos custos da empresa (Costa, 1981).

trabalhadores: ecoava pelas ruas de Fordlândia a fama de autocrata de Reeves Blakeley, o mesmo que participara do caso Villares, e que agora geria a Companhia. Abrindo o ano de 1929, todavia, as notícias de suborno chegam à imprensa: o pagamento por fora ao governador Dionísio Bentes, as “táticas pueris” de Schurz e Villares e o superfaturamento dos pagamentos dos funcionários. O boato que se espalhava era o de que os diretores da concessão embolsavam 50 dos 80 centavos de dólar pagos diariamente aos empregados, o que causou a demissão sumária de Blakeley por Henry Ford, mas não ajudou a limpar a história de que este fora passado para trás por um cordial grupo de provincianos (Grandin, 2012).



Imagem 6: Queimada de terrenos em Fordlândia, em 1929, para a formação do seringal. **Fonte:** www.fordlandia.com.br/Fordlandia/Fotos_antigas.html. Acesso em 19 de maio de 2015.

O escândalo atingira Bentes em cheio: a despeito deste, para se livrar do problema, renunciar ao governo do Pará, as denúncias acabaram com sua carreira política. Ocuparia o cargo, em fevereiro, Eurico de Freitas Valle, que busca taxar a concessão por qualquer

equipamento que não respondesse diretamente ao cultivo de seringueiras⁵⁴. O ato ia contra os termos do contrato assinado pela Companhia em outubro de 1927. Constava no documento plenos direitos de usufruto e a isenção de impostos de qualquer natureza por cinquenta anos. Era permitido o plantio de quaisquer espécies vegetais, a exploração de petróleo e minérios e a construção de estradas, edifícios, portos e estabelecimentos comerciais e bancários, além do traçado urbano que fosse conveniente:

o estatuto de criação da Companhia revela também que este investimento se enquadra nos moldes daquilo que era pretendido pelos grupos dominantes da Amazônia: atrair os capitais estrangeiros como forma de reverter a estagnação gerada com a decadência da exploração da borracha sem opor-lhes qualquer espécie de obstáculo, ou seja, permitindo-lhes amplas possibilidades de atuação tanto no setor agrícola, como no mineral, facilitando, ainda, a intervenção nas áreas de transporte e comunicações (Lourenço, 1999, p. 29).

Desnecessário repetir como isso expressa a imbricação das aspirações daquela decadente oligarquia da borracha com a da burguesia norte-americana, retratada nos foros do progresso⁵⁵. Tratava-se, sem dúvida, de um empreendimento americano em terras brasileiras, e dessa forma seria gerenciado. Para se ter noção, em toda a equipe em Fordlândia não havia um técnico especializado em botânica tropical.

A abertura dos terrenos veio acompanhada da venda da madeira derrubada. Mal havia dado partida, a empreitada já fracassou: as árvores começaram a ser queimadas na estação úmida, demandando muito mais querosene e prejudicando a camada mais superficial do solo – o que afetaria sua capacidade de nutrir as futuras mudas de seringueiras. A variedade de árvores presente em um mesmo espaço, por sua vez, impossibilitaria qualquer exploração rentável com fins à indústria madeireira⁵⁶; é óbvia a abnegação das características da flora

⁵⁴ As taxações se iniciaram ainda na gestão Bentes, para que este pudesse, publicamente, dissociar-se das fraldas que envolveram a aquisição do povoado de Boa Vista. A situação reverteu-se somente quando Vargas assumiu o poder, em 1930. Derrubando o sistema federalista, o presidente pôs fim às taxas de importação e exportação que estorvavam Ford (Dean, 1989).

⁵⁵ Por outro lado, para alguns, “os investimentos da Companhia Ford na Amazônia representavam uma quebra da hegemonia das oligarquias cafeeiras do sul do país e, ao mesmo tempo, uma ameaça à imunidade das oligarquias amazonenses e a seu sistema de trabalho. As discussões travadas por lideranças nacionais apontavam, ainda, a questão da formação de um enclave territorial na Amazônia” (Vicentini, 2006, p. 137). As querelas entre a Ford e o patronato amazônico serão discutidos na seção 4.3.

⁵⁶ “... supondo que encontrasse um mercado e que a serraria pudesse produzir 1 300 mil metros lineares de

equatorial. O novo gerente, o capitão Oxholm, tinha pressa para cumprir os prazos da empresa: deveria, até julho de 1929, plantar 404 hectares; assim, enviou os trabalhadores para os terrenos e tratou de já decretar a semeadura dos campos. Quantidade infindável de madeira fora desperdiçada, visto que repousavam sob as chuvas constantes e apodreciam; por vezes não eram serradas, devido dimensões ou consistência dos troncos, que podiam quebrar as máquinas; o lamaçal atolava os tratores e tornava o transporte lento e custoso (Grandin, 2012). Oxholm buscava perfazer os termos do *General Plan*, impostos pela Ford: 21 mil hectares de seringal deveriam se fixar ao solo até 1935; com a empresa funcionando a pleno vapor, 200 000ha deveriam produzir 300 000t de borracha (Costa, 1981).



Imagem 7: Jorge Dumont Villares e trabalhadores no trato dos seringais. **Fonte:** Grandin, 2012.

As coisas iam mal. Até o início de 1929, a empresa gastara mais de um milhão e meio de dólares, com ínfimos retornos. A quantidade de casas construídas era ainda insignificante, o hospital apresentava rachaduras, não havia hospedaria para os visitantes, a umidade dos edifícios tornava-os insalubres e não havia como refrigerar os alimentos. A Ford realizou

tábuas por ano, o prejuízo ainda seria de USS12 mil por mês” (Grandin, 2012, p. 300).

pesquisas com fins à prospecção de petróleo, em parceria com a Standard Oil, além de cogitar a construção de um aeroporto e de uma ferrovia. Deram com os “burros n’água”: sobretudo quanto a ferrovia, que precisava alterar seu trajeto toda vez que se derrubava uma nova área. (Nesse caso, porém, pode ser que a própria companhia não desejasse uma ligação entre a concessão e as grandes cidades). Foi também proposta a edificação de uma fábrica de câmaras de ar em Belém, mas a Depressão afundou o projeto. Cerca de cem operários lotavam diariamente a enfermaria, afligidos pela malária, filariose, sífilis ou beribéri – doenças muitas vezes contraídas antes de trabalharem em Fordlândia. O cemitério da cidade contava com 270 covas em fins de 1930, e, amiúde, as refeições eram servidas estragadas. Por fim, o fungo *Microcyclus ulei* acometia as poucas seringueiras plantadas, e a mão-de-obra era extremamente instável (Dean, 1989; Grandin, 2012).

Oxholm tinha sérios problemas para contratar novos trabalhadores. A despeito do crescimento do capital variável em fins de 1929, a plantação não trazia grandes retornos financeiros; os equipamentos urbanos estavam num estágio incipiente: os trabalhadores solteiros se amontoavam nos barracões e os casados improvisavam moradias com restos de materiais. Reter a força de trabalho era uma dor de cabeça para o capitão norueguês, que carecia de homens para limpar e nivelar o terreno da concessão; para se ter noção, saíam três vezes mais operários do que aqueles que eram admitidos. Os americanos perceberam que, assim que os empregados recebiam algum dinheiro, sumiam de Fordlândia; interpretaram a situação como própria da cultura do caboclo: a abundância da selva, com tudo o que proporciona, impediria a fixação do amazônida à disciplina do labor. Ele

estava acostumado a uma vida de pobreza, raramente dispondo de alguma quantia de dinheiro. Quando este, após três meses de trabalho, adquiria de trinta e cinco a quarenta dólares, ‘provavelmente representado mais dinheiro do que ele já tinha visto em toda sua vida’, seu primeiro impulso era dirigir-se à cidade para gastá-lo, retornando em grande parte dos casos (Lourenço, 1999, p. 113).

A explicação para o abandono dos postos de trabalho era aparentemente óbvia: não havia qualquer lugar onde gastar o dinheiro, e as condições salariais e alimentares eram péssimas. Era muito mais fácil sujeitar-se àquelas tarefas que não exigissem o cumprimento de horários fixos; o tempo linear do relógio manifestava-se somente como seu outro, o tempo cíclico da selva:

Em vez do trabalho constante que a Fordlândia estava oferecendo, os moradores locais preferiam trabalhos sazonais, como extrair látex ou colher nozes em

expedições financiadas por comerciantes locais. Em sua maioria, eles mostravam “pouco interesse pela Fordlândia, alegando que as passagens eram muito caras, que a área ficava longe demais de suas casas e que o custo de vida era alto demais” (Grandin, 2012, p. 163).

Amiúde, o dinheiro era gasto no vilarejo de Pau d’Água, de uma de família de senhores locais – a família Franco, que lá se estabelecera em fins do século XIX –, em bebidas e nos bordéis, a despeito da lei seca que vigorava na concessão. Os recrutadores de mão-de-obra desciam o Tapajós a procura de candidatos, mas o processo era demorado e trazia poucos retornos.

Para contornar tal empecilho, logra-se a contratação de caribenhos, mas uma confusão logo fez a Ford abortar o projeto. Em junho de 1929, na fila do pagamento, um trabalhador de Santa Lúcia e um brasileiro iniciam uma discussão: Joseph Hippolyte esfaqueia o brasileiro, seus amigos revidam e espancam o caribenho até próximo da morte (Grandin, 2012). Oxholm atribui a causa da briga ao racismo brasileiro, não obstante os assessores sabem da incompetência do capitão, que ainda se debateu contra uma paralisação em agosto. No dia 13, 10% dos trabalhadores da *Company town* interromperam suas atividades, reclamando por melhor comida e pelo aumento do salário de 5 para 8 mil réis diários. Não se sabe o que aqui separa verdade de mentira: a autoridade policial local dissera aos diretores da companhia que convencera os operários a retomarem seus serviços utilizando-se unicamente da conversa (Lourenço, 1999).

Oxholm finalmente deixa a cidade em 1930, com a chegada de Victor Perini e sua família⁵⁷. O italiano naturalizado vem acompanhado do madeireiro – homem de confiança de Ford – Matt Mulrooney e do médico patologista Dr. Smith. A cidade ganha nova feição, com tubulações, estação de esgoto e sistemas elétricos; uma pequena ferrovia que liga os acampamentos da concessão é concluída. Um dos novos assessores, William Cowling, designa maiores poderes ao engenheiro Archilaus Weeks, que passa a ajudar Perini em seu novo trabalho; o dinamarquês Kaj Ostfeldt, por sua vez, é escolhido responsável pela folha de pagamento dos funcionários; o madeireiro John Rogge completa a equipe de postos avançados. Os americanos, todavia, estão nada habituados à vida nos trópicos: a umidade, a insalubridade, os mosquitos, o calor, tudo contribui para torná-los doravante moribundos. Rogge contrai malária três vezes! Cowling fica extremamente abatido com o clima, e Perini, com as pernas inchadas e deprimido, retorna a Dearborn após dois meses de estadia na selva. Rogge torna-se o novo gerente da plantação.

⁵⁷ Não há dados que comprovem se o norueguês fora ou não demitido por Perini.

Os estrangeiros pareciam não saber mesmo o que estavam fazendo aqui. O tempo do relógio que caracteriza a linha de produção parecia encontrar problemas ao se encaixar na rotina do caboclo, que realizava suas atividades de acordo com o passar dos dias; este vivia o tempo, não o media; nunca tinha ouvido sequer o sino da igreja, quem dirá o apito de uma fábrica (Grandin, 2012, p. 227). Em contrapartida, os diretores tentavam incutir em seus empregados “boas maneiras”, incentivando exames médicos e hábitos de higiene. A alimentação amazônica fora substituída pela dieta americana: a farinha de mandioca e a aguardente, agora proibidos, deram lugar ao arroz integral e ao espinafre; ainda compunha o prato o peixe, embora por vezes estragado. No início de dezembro de 1930, censurou-se aos solteiros o direito de comerem fora do refeitório, uma vez que as refeições seriam deduzidas de seus salários. No dia 22, na fila para o almoço, um estopim: o pedreiro Manuel Caetano de Jesus, impaciente com a demora, força a entrada no restaurante e embate-se contra Ostensfeld, que o manda novamente para fora. Inconformados com a atitude do dinamarquês, os operários iniciam um motim.

“O Brasil para os brasileiros! Matem todos os americanos!”, bradavam.

Depois de demolir o refeitório, destruíram “tudo que pudesse ser quebrado que estivesse no seu caminho, o que os levou ao prédio do escritório, à usina de força, à serraria, à garagem, à estação de rádio e ao prédio de recepção”. Cortaram as luzes do resto da plantação, quebraram janelas, atiraram uma carga de caminhão de carne no rio e inutilizaram medidores de pressão (*ibidem*, p. 234).

Um grupo tentou arrancar os pilares do píer, enquanto outros queimaram os arquivos da companhia e atearam fogo à oficina. Os revoltosos quebraram os carros, tratores e caminhões da Ford e dilaceraram os relógios de ponto. Em seguida, uns dirigiram-se a Pau d'Água enquanto outros procuraram incitar novos manifestantes. Rogge, tentando averiguar a situação, é agraciado com a resposta: “não somos garçons!”. Sobejou aos americanos fugirem de barco para Santarém, enquanto assistiam pelo Tapajós a cidade em chamas.

De repente, no meio do idílio, o primeiro imprevisto. Os caboclos, aquela gente mansa e humilde, viram bichos. Começam por quebrar toda a cafeteria, arrasam tudo. Era um motim. Os funcionários da Ford Motor Company, com suas famílias, transidos de medo, correm para os cargueiros surtos no porto. Os caboclos, armados de varapaus, tais como os franceses na tomada da Bastilha, encaminham-se para os redutos da elite rotativa e dirigente, bradando qualquer coisa ininteligível aos ouvidos de bordo. Que é que eles ganham com tanta raiva? Será 'abaixo Mr. Ford'? Será 'abaixo a Ford Motor Company'? Não era nada disso.

Parecia que se tratava de um caso pessoal com o marinheiro Poppey. O que os caboclos bradavam era: Abaixo o espinafre! Chega de espinafre! (Moog, 1965, p. 41).

O exército desembarca no local dois dias depois, recebido por um representante dos trabalhadores. O líder portava um papel com certas exigências: os operários queriam a demissão de Ostenfeld e o direito de comerem e beberem o que quisessem e onde quisessem. Na mesma semana, o diário *Estado do Pará* ouve mais queixas: reclamavam da comida de péssima qualidade, da desorganização no pagamento e dos relógios de ponto, que se encontravam demasiado longe dos postos de trabalho. A Ford fora atenciosa com seus empregados, demitindo centenas deles, adquirindo e interditando Pau d'Água e permitindo a instalação de uma delegacia de polícia na cidade (Grandin, 2012; Lourenço, 1999).

O “quebra panelas”, como ficou conhecido tal motim, parece ter-se sucedido por motivos que ultrapassam a reivindicação salarial, ganhando os contornos de uma larga divergência entre a cultura estadunidense e brasileira. Os gerentes da companhia limitavam todos os hábitos do caboclo, impondo violentamente o cardápio de River Rouge e a rígida disciplina no uso do tempo e nos bens a serem consumidos. Uma análise desatenta poderia apontar para a existência de duas culturas substancialmente distintas que, em conflito, gerariam transtornos irreparáveis – como a alta rotatividade da força de trabalho –, a desencadear no próprio fim de Fordlândia. Todavia, a diferença entre dois modos de vida responde tão somente à expressão fenomênica de uma única essencialidade, a saber: a do processo crítico de valorização do valor. Adiantemos que a concepção de tempo do amazônida, fundamentalmente, já não é mais a do tempo cíclico, embora assim o pareça: o tempo de sua reprodução enquanto sujeito⁵⁸ consiste simplesmente na reprodução de um tempo médio *socialmente* regulado pela abstração do trabalho. Sua inadaptabilidade a uma jornada de trabalho, destarte, é apenas *expressão* identitária e antitética de um processo que ocorre mundialmente, independentemente de sua vontade (ou de seu “desejo de resistência”). Isso ficará mais nítido no decorrer deste capítulo, especialmente na seção 4.3.

A força de trabalho, se superficialmente uma barreira à reprodução capitalista,

⁵⁸ Diga-se de passagem: um sujeito produtor de mercadorias. Podemos dizer que a modernidade responde ao nascimento do sujeito enquanto uma consciência de si que envolve sua autorreprodução. Não obstante, o sujeito inverte sua relação perante seu objeto; ao passo que aquele se reifica, este se fetichiza na forma do capital que se reproduz por intermédio de si mesmo, tautologicamente, prescindindo de seu conteúdo. Cf. capítulo 1. Jappe (2006) denominará o homem coisificado um *sujeito autômato*.

negativamente é impulso para o capital se desacorrentar de seus entraves (Kurz, 1997). Porém, tomar um termo sem o outro é incorrer em uma análise unilateral. A falta de braços, como barreira, realmente constituía um problema de grandes proporções para a Ford Motor Company. O *quebra panelas* deixou prejuízos de mais de 25 mil dólares, mas permitiu à empresa escoar mais capitais excedentes para a periferia em um momento claro de crise de superprodução. Entretanto, tal defluência povoa a consciência dos diretores da companhia unicamente enquanto seu inverso: estavam todos temerosos das possibilidades de Fordlândia, ao ponto de cogitarem a venda da concessão. Disseram a Ford, todavia, que “ninguém investiria na Empresa de Borracha se não houvesse perspectivas de lucros por muitos anos” (Grandin, 2012, p. 268). Refugiu-se, então, nos devaneios da missão civilizadora do empreendimento; parecia que quanto “mais tempo a plantação demorava para atingir seu objetivo original de produzir látex, mais era defendida como projeto missionário, um modelo daquilo que Ford, e, por extensão, a América poderiam realizar no mundo” (*ibidem*, p. 270).

A ação da empresa contraditoriamente confluía para aquela mesmo da reconstrução da cidade. Em menos de seis meses, a população, reduzida a poucas centenas, saltou para mais de cinco mil. O assessor Archibald Johnston chega ao Brasil e assume a responsabilidade da construção das infraestruturas urbanas, com vistas a realmente formar um “novo homem” na Amazônia: ao que se fazer com o salário, Johnston respondeu promovendo a formação de um completo mercado de consumo local. Padarias, salão de barbeiro, um alfaiate, perfumaria, duas mercearias, um hortifrutigranjeiro, um açougue, uma loja de sapatos e restaurantes passam a constituir a paisagem de Fordlândia. É desenvolvido um programa de incentivo à horticultura, para embelezamento das ruas e premiação dos mais belos jardins da comunidade. O lazer passa a fazer parte da rotina do caboclo para além dos bares da extinta Pau d'Água e do futebol de várzea, e do americano, para além do rádio sintonizado nas emissoras de sua terra natal. É formado um grupo de caça e edificado um cinema, onde também ocorre os bailes; é soerguido um campo de golfe, uma quadra de tênis, um restaurante e um clube com piscina para os diretores. Os alimentos, antes importados dos Estados Unidos, passaram a ser, em grande maioria, produzidos localmente, com a criação de pastos e pequenos sítios; a farinha de mandioca é liberada, e os preços na concessão, rigidamente controlados. Johnston reelabora o General Plan, determinando o desmate de 18 000 ha por ano até alcançar a cifra de 100 mil hectares cultivados em 1938, o suficiente para produzir, anualmente, 54 mil toneladas de borracha. Para a efetivação do plano, sem embargo, necessitar-se-ia de muitos braços:

Observe-se que o ritmo proposto pelo General Plan (3 000 ha por ano) exigiria, já no primeiro ano, 7 293 trabalhadores permanentes, em média. No quinto ano, esta necessidade subiria para 9 864 trabalhadores. No sexto ano seria 10 929 – a partir daí cresceria progressivamente a uma razão de 1035 trabalhadores por ano (Costa, 1981, p. 94).

O problema habitacional também é solucionado, com a construção de casas individuais para as famílias dos empregados, descontada a ignorância total dos americanos a respeito do clima equatorial. A forma da casa do operário médio chega a ser caricatural: é fixada ao chão, com apenas dois cômodos e teto de amianto. Morar numa dessas habitações era como viver no inferno, mas há quem diga que Fordlândia havia-se tornado uma “Dearborn dos trópicos” (Grandin, 2012; Costa, 1981; Sena, 2008; Cruls, 1939).



Imagem 8: Casas da vila operária de Fordlândia. **Fonte:** www.fordlandia.com.br/Fordlandia/Fotos_antigas.html. Acesso em 19 de maio de 2015.

Uma saída para as vicissitudes da escassez de trabalho fora buscada por John Rogge, na formulação de um sistema de colonato. Cediam-se três acres de terra aos interessados, que deviam desmatá-la pelo período de seis anos, além de cuidar do seringal a ser implantado pelos empregados da Companhia. O colono cuidava da terra enquanto os funcionários extraíam o látex, representando um duplo ganho para a empresa, uma vez que

o que era proposto implicava em uma mudança nas relações sociais de produção de modo que a valorização do capital se fizesse não só através da absorção da mais-valia dos trabalhadores que conseguisse assalariar, mas, também, pela apropriação de uma espécie de renda da terra a ser paga pelos colonos submetidos (Costa, 1981, p. 104).

Para perfazer o projeto, a Companhia procurava a todo o momento contestar os direitos de uso dos sítios locais, objetivando transformá-los em subordinados a partir das posses dos títulos concedidos pelos barões da borracha, documentos muitas vezes grilados. Ford concluiu que a subordinação ao sistema salarial não era, entretanto, uma consequência imediata da expropriação: muitos passavam a ocupar novas terras.

Apresentou-se desnudada ao empresário, nesse momento, a dinâmica capitalista enquanto crise. O valor realiza-se desigualmente no espaço, conceitualmente; seu desdobramento nas categorias de centro e periferia atestam uma mesma lógica de reprodução, mas, enquanto o centro aparece positivamente como lugar da acumulação, sua condição antitética revela-se na periferia como a impossibilidade de uma acumulação mundial. Ou seja, a periferia é a condição negativa da acumulação no centro, visto que ela não se realiza nos mesmos termos que seu par dialético; do mesmo modo, o centro situa-se crítico ao passo que necessita expandir seus excedentes de capital para a periferia. A máxima de Marx “a colônia revela o segredo da metrópole” faz, assim, todo o sentido. Na aurora da era burguesa, as ovelhas “devoraram” os homens no campo para que estes emigrassem para as cidades como massa expropriada pronta para trabalhar na indústria. A relação agrário-urbana que então se inaugura é a da formação de um tempo social médio para a formação de mercadorias estabelecida pela indústria da cidade, e tanto vai-se revelando de forma cada vez mais concreta com a passagem do tempo, de modo a existir, hoje, uma indústria agrícola. O campo aparece, assim, com sua produção subordinada pela cidade, mistificando a sociedade como essencialmente urbana. As coisas aparecem invertidas na periferia, uma vez que a realidade urbano-industrial do centro é aqui estipulada pela expansão – e ressignificação – do agrário como capital rentista, dispondo a modernização brasileira nos termos de uma negatividade categorial. Concretamente, pois, o processo de reprodução capitalista no Brasil não segue os mesmos passos que a acumulação nos Estados Unidos ou na Europa⁵⁹; o sistema salarial

⁵⁹ Os epígonos da economia política na periferia, no entanto, acreditam num programa de modernização encarnado no Estado, a solucionar as contradições da miséria através da passagem do tempo, tornando-nos um país central. O crescimento das forças produtivas apoia-se no tempo como um desnudar teleológico da

característico do trabalho urbano-industrial não é uma obrigatoriedade sucessiva da expropriação. Mesmo que o capital esteja conceitualmente posto na periferia, aqui ele se realiza expropriado de suas categorias, revelando uma crise a partir de suas contradições iminentes (Alfredo, 2013). Em última instância, o capital reproduz-se criticamente em Fordlândia uma vez que não se formou no Brasil, categorialmente, um mercado de trabalho e de terras que permitisse uma valorização local do valor. A Ford tinha impedida sua autorreprodução, enquanto parcela do capital mundial, tal e qual seus carros atolavam nas estradas abertas em meio a selva.

O capital circulante na figura do seringal trazia transtornos de igual proporção, visto que, àquela altura, a empresa não havia lucrado um centavo sequer com seu empreendimento. Determinou-se o plantio serial de heveas bem como as máquinas e os trabalhadores eram enfileirados na linha de produção de River Rouge; todavia, a proximidade entre as árvores abriu caminho para a propagação do *Microcyclus*:

O fungo das folhas é espalhado por esporos aéreos que se movem de uma folha para outra, entrando na epiderme e se reproduzindo entre suas células. Os fungos atacam igualmente mudas e árvores maduras, além de várias árvores produtoras de látex, e não apenas a *Hevea brasiliensis*. As folhas novas escurecem e murcham, enquanto as folhas maduras ficam cheias de cicatrizes, com o tecido infectado tornando-se verde-escuro antes de apodrecer por completo (Grandin, 2012, p. 317).

Soma-se à praga a seca que castigou o Pará em 1932. O ocorrido obrigou Johnston a reclamar a contratação de um especialista em botânica tropical, nomeadamente em seringueiras. É cotado James Weir, que estava na comissão de 1923 e trabalhava nas plantações da Goodyear em Sumatra. O cientista desembarcou em Fordlândia em março de 1933, acompanhado de péssimas impressões sobre o lugar.

Seu relatório inicial assinalou omissões em aspectos elementares de gestão agrícola, inclusive a não divisão dos pés em quadras numeradas e a não destruição da Hevea selvagem num raio de um quilómetro e meio dos sítios de plantio. No entanto, suas principais recomendações diziam respeito aos pontos fundamentais de produtividade e resistência a doenças. Para ser bem-sucedida, a produção do seringal deveria equiparar-se a do Sudeste Asiático (Dean, 1989, p. 118).

acumulação, abrindo mão das contradições iminentes ao modo de produção. Ou seja, se a periferia não se modernizou, é porque faltou-lhe algo. A crítica a tal visão encontra-se na seção 3.2.

Para tanto, Weir recomenda a importação de clones asiáticos resistentes para enxertar as árvores da concessão. São transferidos 53 clones (2 046 troncos) de Sumatra, mas nenhum deles sobrevive. A aplicação dos métodos asiáticos no Brasil irrita sobremaneira Johnston, que se impressionaria com uma sugestão ainda mais polêmica: a transferência de parte da concessão para um platô de 50 metros de altitude, descendo em 115km o Tapajós. Finalmente, em maio de 1934, funda-se Belterra. Os agentes de Ford em Belém

trocaram um pouco mais de 202 mil hectares da Fordlândia – de um área ainda inexplorada – por uma área equivalente em Belterra. As plantações de seringueiras na Fordlândia seriam mantidas como estavam, sem qualquer expansão, e a propriedade deveria ser usada primordialmente como estação de pesquisa de Weir e “para produzir mudas” para a nova plantação (Grandin, 2012, p. 311).

Até o momento, o empreendimento possuía apenas 3 320 hectares de terra cultivados (Costa, 1981). Como frisado no fim do capítulo passado, o terreno de Fordlândia foi muito mal escolhido: era inclinado e facilmente inundável, o que dificultava a pulverização de pesticidas e multiplicava, pelo calor e umidade, a quantidade de mosquitos e de doentes. Belterra, a despeito de se localizar em um platô, não dava garantia alguma de melhorias para a Companhia Ford; a nova área constituía mais uma aposta, ou um “salto no escuro”, como defenderia Dean (1989).

4.2. A insustentável situação das cidades da selva

Belterra nasce em meio à falta de esperança de muitos dos dirigentes da Ford. No momento em que Fordlândia iniciaria a produção de látex, em 1936, estava sendo abandonada pelos operários, que se transferiram para a nova área. Fordlândia reduziu-se a mero centro de pesquisas de Weir, para testar novos clones e enxertos possivelmente resistentes a pragas; de fato, “a selva começava a voltar e a apagar os sinais de uma supercivilização que homens haviam transportado e transplantado a um custo incrível em esforço, dinheiro e vidas humanas” (Grandin, 2012, p. 319).

Johnston e Weir acreditavam que Belterra não precisava de toda aquela infraestrutura que dotava Fordlândia. Eles propõem um plano de colonização semelhante àquele que Rogge perfizera em 1932, com a diferença de que o próprio sitiante deveria cuidar da extração do látex, tal qual o caboclo do início do século. Henry Ford discorda da proposta e decreta a

construção de uma *Company town* completa, algo que vinha fazendo com o mesmo ímpeto em diversos vilarejos nos EUA. Desse modo, a nova cidade do Tapajós tornar-se-ia ainda mais moderna que Fordlândia, com um hospital equipado com raio-X, lojas, escolas e bangalôs que simulavam o subúrbio do meio oeste americano. As casas dos trabalhadores distribuíam-se ao longo das quadras, para facilitar o acesso ao seringal, edificadas sempre com madeira aparelhada em ripas dispostas transversalmente; o assoalho e o teto eram revestidos de *tritex* (um tipo de papelão), e as varandas permitiam arejar todos os cômodos; “a todas [as casas] presidirá sempre o mesmo espírito de confortabilidade e higienização, apoiado em bons serviços de iluminação, água canalizada e escoamento por meio de fossas sanitárias” (Cruls, 1939, p. 11). A usina de força era capaz de gerar 80 000kw, e o porto permitia que navios atracassem por todo o ano. Era muito mais fácil sintonizar as emissoras de rádio locais, e os jornais de Santarém chegavam com rapidez; o cinema era moderno, e, como em Fordlândia, também era sede do grupo de dança. Nos fins de semana, alguns operários costumavam jogar futebol, enquanto os americanos se distraíam no clube para graduados, nadando na piscina ou jogando sinuca. As calçadas, com hidrantes e árvores de copas largas proporcionavam sombra e uma leve brisa batia em meio ao calor da Amazônia. Uma vez seguidos os padrões sanitários, não voava pela cidade um único mosquito.



Imagem 9: Vista aérea de Fordlândia em 1934. **Fonte:** www.fordlandia.com.br/Fordlandia/Fotos_antigas.html. Acesso em 19 de maio de 2015.



Imagem 10. Um bangalô em Belterra. **Fonte:** Grandin, 2012.

Na área central do empreendimento, situava-se a Vila Mensalista, na estrada 1, próxima as igrejas batista e católica. Na periferia, a Vila Operária, com seus bangalôs de madeira, era a morada dos funcionários brasileiros registrados pela Ford, enquanto os estrangeiros residiam na Vila Americana, junto ao hospital e ao clube. A forma urbana linear, do mesmo modo, atesta uma segregação dada pela distribuição no espaço dos diferentes tipos de funcionários, a serem disciplinados segundo suas cor, do “brabo” ao “domesticado” (Vicentini, 2006; Grandin, 2012).

Apesar de tudo, havia na cidade certa tolerância à cultura local, permitindo-se, por exemplo, o trabalho das parteiras. Além disso, a Companhia autorizava ao empregado a construção de sua própria casa, fornecendo-lhe as esquadrias gratuitamente. Havia ainda o incentivo ao estabelecimento de pequenas casas comerciais, contando o local até com uma filial das Casas Pernambucanas (Cruls, 1939). A lei seca, no entanto, ainda vigorava; nos fins de semana, o funcionário retirava-se na comunidade de Porto Novo, embriagando-se e metendo-se em alguma briga. Quando voltava à concessão, para não ser apreendido pela fiscalização, guardava a cachaça dentro de um coco ou de uma melancia (Lourenço, 1999).

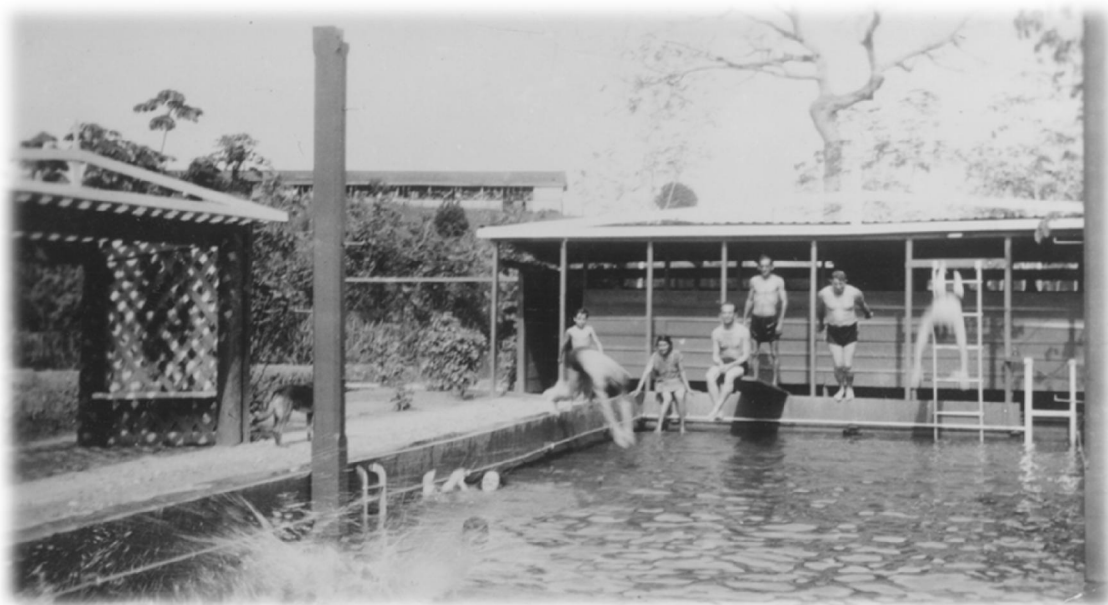


Imagem 11: Nos fins de semana, os americanos costumavam frequentar a piscina do clube para os graduados.

Fonte: www.flatout.com.br/fordlandia-a-historia-da-cidade-utopica-que-henry-ford-construiu-na-amazonia.

Acesso em 25 de maio de 2015.

A plantação começava a trazer alguns resultados, pois a disseminação de percevejos e do fungo pareciam controlados. No fim de 1936, fixaram-se 700 mil árvores, e mais de cinco milhões de mudas eram cultivadas no viveiro da cidade, a partir da enxertia de galhos provenientes da Ásia (Grandin, 2012). Em 1938, a região passou por um longo período de secas, mas quase dois milhões de mudas enxertadas cravaram-se no solo. Retornos negativos eram, no entanto, questão de tempo para a empresa: em 1940, o mal-das-folhas espalha-se de forma epidêmica pela plantação, facilitado pela proximidade entre as copas das árvores; no ano seguinte, 70% das quadras são atingidas, e 60% de todas as plantas recém-nascidas tiveram de ser destruídas (Dean, 1989), se bem a extração das primeiras gotas de goma – mais especificamente 75kg por hectare. Em 1942, um enxame de lagartas resistentes a pesticidas infesta a plantação, frustrando qualquer expectativa da parte de Johnston: “Em muitos casos, as árvores não tinham forças para gerar uma brotação de folhas. Com o tempo excessivamente seco, as árvores começaram a morrer. Algumas morreram até a metade do tronco e podem morrer completamente” (*apud* Grandin, 2012, p. 340). A enxertia não trazia retornos no nível esperado; ademais, era uma técnica dispendiosa. De acordo com Costa (1981), no período de 1934 a 1941, a Ford implantou 6 866, 84ha, a custo médio de Rs. 11 200\$190; em 1941, nomeadamente, 1000 toneladas de borracha foram extraídas, seguidas de 750t em 1942,

quantidades que nem de longe atingiam a meta de 20 mil toneladas anuais; nem mesmo cobriam-se os gastos da empresa.

Em outubro de 1940, Getúlio Vargas desembarca em Belterra. Não obstante o fracasso do empreendimento, o presidente elogia a iniciativa como responsável pela industrialização da selva. Em seu discurso, destaca-se que: “A mais elevada tarefa do homem civilizador era conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais [...] A Amazônia [...] irá se tornar um capítulo na história da civilização” (*apud* Grandin, 2012. p. 338). Sua visita objetivava a divulgação das novas leis trabalhistas, como um programa modernizador do Estado. Para um autor como Francisco de Oliveira (2013), uma atitude de tal natureza representa a formação de uma realidade urbano-industrial na periferia, liquidando e enterrando a antiga hegemonia agrária; a CLT sendo o epitáfio das velhas elites. Acerca do assunto, seria mais razoável concordar com Martins (1979), ao expor como essas elites agrárias se reencarnam na figura do industrial que vive da extração da renda imobilizada na terra; ou seja, a industrialização teria como base a reprodução de um capital rentista. Perpassamos tal assunto no capítulo 3, mas vale retomá-lo no sentido do que isso significou para a empresa no Brasil. Não agradava a Ford intervenções do governo: o *New Deal* irritara demasiadamente o empresário, que somente acatou aos planos de Roosevelt às vésperas da II Grande Guerra. No Brasil, a fundação de um sindicato em Fordlândia, em 1937, trouxe, como resultado das reclamações dos trabalhadores, visitas cada vez mais constantes de agentes do Estado; a resposta fora enérgica, com diversos sindicalizados demitidos⁶⁰.

Ademais, a mão-de-obra nunca deixou de se apresentar como um grande problema para a companhia. Quando Gastão Cruels visita Belterra, em 1938, Johnston queixa-se da falta de braços. Era comum que, assim que conseguisse algum dinheiro, o caboclo “ganhasse o mundo” na cidade grande ou na formação de um pequeno sítio; uma vez esgotado os rendimentos, todavia, restava-lhe se submeter ao patronato local, contraindo infundáveis dívidas. A empresa, pois, executou diversos planos para a contratação em massa: logo após o “quebra panelas”, Johnston mais que decuplica a população da cidade, se bem muitos dos funcionários abandonarem de súbito seus cargos ou serem dispensados. A década de 1940 começa com a impossibilidade de expansão da plantação, visto que os trabalhadores deviam concentrar suas energias somente na manutenção do seringal:

⁶⁰ A ação da empresa era a mesma ou pior nos EUA. Vale lembrar o terrorismo de Bennett exercido sobre os sindicalistas americanos.

A situação chegou a tal ponto que em 1942, por dispor apenas de 2184 empregados, a Companhia não conseguiu desmatar e plantar um hectare sequer – estavam todos voltados para a manutenção e trato dos seringais, corte de seringueiras e mobilização de meios infraestruturais (Costa, 1981, p. 94).

Em 1943, logra-se um esforço de guerra: acompanhando a produção bélica da sede em Dearborn, a Ford contrata novos trabalhadores, que enxertam a copa de mais de 820 mil árvores e polinizam aproximadamente 60 mil delas (Grandin, 2012). Algum látex haveria de sair; porém, no ritmo em que estava a plantação, necessitar-se-ia de, no mínimo, mais trinta anos para atingir algum lucro. Originalmente, “esperava[-se] plantar 200 000 hectares de seringueiras e obter um rendimento médio, quando em plena produção, de 1 500 quilos de borracha por hectare” (Costa, 1981, p. 78). A quantidade *total* de borracha extraída, de 750t ou 178kg por hectare, em 1942, passava longe das expectativas. Entre 1944 e 1945, a praga abateu-se novamente, e Johnston determina que se limitem os novos plantios. O empreendimento quedava-se custoso: “seus custos operacionais eram muito superiores ao preço da borracha no mercado internacional, mesmo em tempo de guerra” (Grandin, 2012, p. 343). Ademais, a borracha sintética começava a se popularizar no mercado mundial, forçando em muito o preço do produto para baixo (Dean, 1989):

O término da Guerra, em 1945, representa também o desfecho da ditadura varguista e o fim da linha para a Companhia Ford Industrial do Brasil. Em Dearborn, Edsel Ford morre e é substituído por Henry Ford II. Uma das primeiras atitudes do novo diretor é entregar a concessão ao governo federal.

Um de seus primeiros atos, no início de outubro, foi demitir Harry Bennett. Em seguida, em 5 de novembro, vendeu Fordlândia e Belterra, avaliadas em quase US\$8 milhões e com US\$20 milhões nelas investidos, ao governo brasileiro por US\$ 244 200 – valor que cobria o que a empresa devia aos seus trabalhadores pelas leis de Vargas, que garantiam o pagamento das indenizações” (Grandin, 2012, p. 348)⁶¹.

A empresa, provavelmente, queria se livrar de suas propriedades não-lucrativas: foi gasto no empreendimento o total de US\$ 9 276 655, 04. As *Company town* de Pequaming e Alberta, nos Estados Unidos, foram vendidas ainda na época da guerra, assim como uma fábrica de pneus. Sucedia-se uma reestruturação do processo produtivo, que incluía abandonar a integração vertical e flexibilizar a produção, em nome de um capital que se realizava

⁶¹ A transição ficou a cargo do Banco de Crédito da Borracha S.A. (Costa, 1981).

prescindindo da figura do trabalhador. O fracasso de Fordlândia e Belterra representa, nesse momento específico, uma reorganização do capitalismo mundial na doravante substituição do trabalho produtivo pela automação (Mandel, 1982). Foi preciso adaptar-se aos novos tempos... mas a crise se faz contra o tempo, como a negatividade deste.

4.3. Relações de trabalho, patrimonialismo e crise

Quando, em meio a neblina, começa a raiar o dia, deveria o caboclo estar a postos para seu trabalho no seringal. Às 6 30h, marcava ele no relógio de ponto o horário de entrada, e caminhava até o lote no qual lhe era designado o serviço. Se a sorte não lhe agraciasse, aproximando o relógio do local de empreitada, deveria acordar muito mais cedo. Muitos despertavam ainda de madrugada, atravessando de canoa o rio; outros, antes de 1930, vinham a pé de Pau d'Água ou dos vilarejos próximos. Com o sol a pino, pausava-se para o almoço e para a sesta, retornando à labuta após uma hora. Às 15:30h, enfim, poderia bater seu ponto e ir para casa. Ainda lhe restava algum tempo para roçar ou cuidar de interesses próprios na cidade (Cruls, 1939).

A plantação na qual trabalhava os operários rurais era seccionada em quadras de 4 mil acres, uma vez derrubada a mata e arado o terreno. Executado esse primeiro estágio, três sementes de seringueira eram fixadas sob a terra a um intervalo de cinco metros entre cada cova. Assim que cada planta germinava, era feita uma primeira seleção, mantendo-se apenas os espécimes mais vigorosos. Quando finalmente a hevea atingia certa estatura, necessitava de constante limpeza, a ser efetuada por uma turma de mulheres, que também cuidavam da remoção de lagartas ou outras pragas. Entre cada fileira do seringal, uma cortina de mato mantinha-se como barreira aos ventos e ao fogo, ou uma estrada de pés de feijão brotava como alimento para os trabalhadores. Ensaiaava-se, acrescente-se, culturas de algodão e de timbó, um eficaz inseticida.

Para trabalhar na Companhia Ford exigia-se a sujeição a um rigoroso procedimento. Os recrutadores de mão-de-obra desciam o Tapajós a procura de caboclos ociosos prontos para constituírem uma larga força de trabalho. O “tempo livre”, no entanto, não implicava em vontade de trabalhar, ao contrário do que pensavam os americanos, de modo que disse, certa feita, um recrutador: “Há muitos homens por aqui, mas quando falo com eles e sugiro um trabalho de desmatamento eles dizem diretamente que esse tipo de trabalho não lhes

interessa” (*apud* Grandin, 2012, p. 163). Além disso, os coronéis sabotavam tal iniciativa, com temor de verem rompidas as práticas do clientelismo: alguns senhores chegavam a cobrar taxas para que seus subordinados deixassem suas terras e se dirigissem a Fordlândia. Índios não deviam em hipótese alguma ser aliciados; eram retratados sempre como “traíçoeiros” ou “preguiçosos e indisciplinados”.



Imagem 12: Vista do seringal em Belterra. **Fonte:** www.fordlandia.com.br/Fordlandia/Fotos_antigas.html. Acesso em 19 de maio de 2015.

Em Belém, onde havia um escritório da Ford, a contratação tornava-se um pouco mais fácil: nesse caso, comprova-se uma mercadoria que se encaminha por si só ao mercado, transmutando-se em força de trabalho que determina a produção e a realização do capital (cf. Gaudemar, 1977). Essa massa indiferenciada, em primeira instância, submetia-se a um exame médico para averiguar a ocorrência de doenças como paludismo e sífilis ou se dispunha de força para trabalhar (se a doença não lhe havia acometido o corpo). Muitos eram rejeitados de pronto, mas a necessidade premente de mão-de-obra obrigou a empresa a aceitar alguns enfermos e tratá-los por um tempo no hospital. Chegando à *Company town*, era o caboclo

examinado novamente e deixado de quarentena por dois dias. Era-lhe conferida a bagagem – se não havia bebidas alcoólicas – e em seguida recebia seu distintivo (Costa, 1981).

O pagamento era quinzenal, e os custos da viagem, deduzidos dos primeiros salários. Qualquer atraso ou falta era descontado, independente da saúde do empregado ou das condições do tempo; para se ter noção, inexistia licença-maternidade na legislação sobre a concessão. A empresa ainda solicitava coletas de sangue regulares e vacinações contra varíola e febre amarela. Diariamente, dever-se-ia ingerir um comprimido de quinino e de quenopódio, contra parasitas (Grandin, 2012). Como em Dearborn, havia um Departamento Sociológico responsável pela inspeção das casas dos funcionários, indagando acerca de hábitos de consumo e verificando as condições de limpeza dos cômodos, ou se operário andava descalço, estendia suas roupas no chão e comia com a mão. As visitas e o horário de chegada e saída dos moradores da concessão eram igualmente regulados pela administração (Lourenço, 1999). A lei seca, ainda em vigor, compelia a uma atenção voltada exclusivamente ao mundo do trabalho, tal como se lograva nos Estados Unidos. Uma ex-moradora relata a disciplina ostensiva a qual eram submetidos:

às vezes falhava muito o trabalho, às vezes alguma discussão qualquer que não gostava, às vezes roubo... Aqui tudo eles botavam logo um defeito. Camarada, até uma criança que trepasse numa seringueira dessa prá cortar galho de seringa era repreendida (entrevista com dona Olinda *in ibidem*, p. 154).

Este homem do *American dream* dos trópicos deveria estar afeito ao consumo nas lojas da cidade e ao lazer, porém, os pressupostos deste *novo homem* inequivocamente se realizavam enquanto seu contrário. Vale relembrar algumas das ponderações de Gramsci para perceber que o fordismo necessita de certos elementos que não estavam presentes na periferia amazônica; esta ausência, contudo, simultaneamente era a realização do fordismo nos EUA. Em outras palavras: em Fordlândia, as categorias do capital que se constroem sobre a destituição de uma classe ociosa e sobre a constituição de um aparelho burocrático e de um sistema de consumo que, juntos, permitam a acumulação, encontram-se expropriadas (Gramsci, 1999; Alfredo, 2013). Cada um dos elementos elencados – consumo de massa como modo de vida, formação de uma classe laboriosa (pela formação de um mercado de trabalho) e da burocracia – deve ser problematizado, não para evidenciar uma *falta* que levaria à miséria da periferia e ao fracasso da Companhia Ford Industrial do Brasil, mas justamente para se provar que, sob o fetichismo da irrealização temporal das categorias do valor desnuda-se seu fundamento, a partir de uma crise *imane*nte do capital. Tais vicissitudes coadunam-se

na *instabilidade da força de trabalho* como fato que conduz à bancarrota Fordlândia e Belterra.

Primeiramente, a modernização às avessas engendrada em solo brasileiro definiu uma parca industrialização, pautada na produção de bens de consumo não-duráveis, destinadas às classes populares como modo de manter por baixo o preço de reprodução da força de trabalho; somente por necessidade de expansão das forças produtivas é que o setor de bens de consumo duráveis passou a definir uma nova industrialização. Condições endógenas a nossa economia é que permitiram uma acumulação nacional, embora assentadas em relações designadas pela organização do capital mundial. Assim, o Departamento II da economia nacional surgiu em decorrência da ampliação da força de trabalho interna para a manutenção dos baixos salários, embora também da necessidade de se exportar a preços reduzidos; por outro lado, o mesmo bem de consumo durável produzido *ad hoc* deve ser muito mais caro que seu similar estrangeiro – a despeito dos altos níveis de produtividade em relação ao crescimento dos salários –, distinguindo uma concentração de renda nos estratos mais altos da sociedade. O consumo, no Brasil, é então direcionado a uma classe, mantendo certo padrão de acumulação ainda que reproduzindo desigualdade (Oliveira, 2013). O argumento pode perfeitamente ser lido pelas espectrais lentes do distributivismo, a menos que se atente a um problema: essa desigualdade ocorre espacialmente, no momento em que se produz e reproduz uma periferia para garantir a acumulação capitalista. São estas diferenciações geográficas que determinariam a extração de superlucros e possibilitariam a composição de um mercado mundial (Mandel, 1982). Mais especificamente, são padrões não capitalistas determinando e sendo determinadas por relação tidas como “tipicamente capitalistas”.

Um empreendimento americano em terras brasileiras é possível tão somente segundo a *ratio* burguesa. A disposição de trabalhadores entre as fileiras do seringal, a distribuição racional das casas por entre as quadras da cidade, o puritanismo como modo de vida, etc., fazem de Fordlândia e Belterra espectros da atividade produtiva estadunidense; mas, justamente por autonomizar-se das agruras da formação periférica é que a Ford Motor Company se deixa cegar pela ausência de contradições. O óbice maior da rotatividade da mão-de-obra é dissecado sempre a partir de um conflito entre duas culturas: entre a disponibilidade do americano e a insubordinação do caboclo ao trabalho; o modo de vida do amazônida manifesta-se exterior ao empreendimento, exigindo da empresa adaptar-se a uma nova conjectura. Quando indagado acerca de tal instabilidade, Johnston responde que tanto se deve “à falta de hábito que tem o caboclo amazonense por qualquer trabalho metódico e com

fixação à terra, uma vez que sempre se entregou ao nomadismo da indústria extrativista” (Cruls, 1939, p. 15).

Nos Estados Unidos o contexto não era diferente, com baixas diárias da ordem dos 10%. Não obstante, repor o capital variável era muito mais fácil alhures; posteriormente, a série de incentivos que configurariam o dia de 8 horas e cinco dólares estagnou o americano em seu encargo (Dean, 1989)⁶². Logrou-se o mesmo na Amazônia, senão o distinto resultado: malogrou a iniciativa de *civilizar* o caboclo. Henry Ford estipulou que os trabalhadores de Fordlândia receberiam um salário acima da média regional⁶³, todavia, o cálculo do valor de troca da força de trabalho é impossível nessas paragens, uma vez que toda a circulação do valor era baseada no crédito contraído dos barracões. A empresa tenta, mas suplantará o antigo sistema de aviação lhes é inviável, dada a força das elites locais. A ausência do dinheiro na selva pressupunha no entanto a mentalidade monetária, através das relações de favor entre o seringueiro e o dono do barracão (cf. seção 3.3). A determinação de uma forma equivalente universalizada em *relação* ao trabalho, fetichizada na cédula de papel, parece um enigma para a Ford. Era desaconselhável pagar pouco, com o risco de insuficiência de mão-de-obra; pagar muito, por outro lado, constituía oportunidade para o recrutado logo abandonar seu posto (Grandin, 2012). Nesse sentido, a dinâmica dos barracões parecia muito mais eficiente: fornecer mercadorias à crédito era uma garantia moral de que o antigo colono se fixaria à terra, como o filho piedoso que segue a tradição rendendo-se à autoridade patriarcal (Franco, 1969).

⁶² Warren Dean (1989, p. 127) argumenta que “Os problemas de mão-de-obra da empresa Ford não podem ser considerados críticos, nem mesmo um fator importante em sua falta de lucratividade. A quantidade de conflitos e a rotatividade de mão-de-obra que a Ford enfrentou no Tapajós era, sem dúvida, muito menor do que a que encontrava em Detroit”. O autor aparenta ter esquecido que o procedimento de contratação de força de trabalho era muito mais difícil e custoso no Brasil.

⁶³ Sem embargo, “o maior destes salários correspondia a 15% do salário mínimo pago pela Ford nos Estados Unidos e o menor a menos de 7%” (Costa, 1981, p. 86). Além disso, jovens e mulheres recebiam menos; estas deviam voltar ao trabalho assim que parissem, pois não existia licença-maternidade. No anexo, verificamos fichas de contratação de funcionários de 13 e até de 70 anos!

Quadro 3: Rotatividade dos funcionários da Companhia Ford Industrial do Brasil, 1937-1945⁶⁴

Anos	Total de trabalhadores	Trabalhadores que deixaram a Cia antes de 31.12.1945
1937	68	20
1938	76	26
1939	165	101
1940	264	154
1944	820	580

Fonte: Ministério da Agricultura (Santarém/PA). **Organizado por:** Lourenço, 1999.

As relações que se travavam entre Companhia e seu entorno comprovam empiricamente uma relação de dependência, para além da carência de força de trabalho. Nos primeiros anos de Fordlândia, solicitou-se um destacamento militar cujo objetivo era sufocar revoltas; além disso, o pagamento dos funcionários dependia das remessas quinzenais de dinheiro vindo de Belém, do Bank of London and South America. A Ford, por insuficiência de alimentos, sentiu-se obrigada a encetar relações com indígenas e pequenos comerciantes locais, para adquirir frutas e carnes e, por fim, teve de sujeitar-se a parca frota de navios que cruzavam o Tapajós.

O caboclo não se adaptar à linha de produção, ocasionando instabilidade de braços para o trabalho, foi tomado afirmativamente pela historiografia especializada como resistência às regras rígidas do fordismo⁶⁵. À lógica do tempo do relógio, ao trabalho serial, à vigilância e ao individualismo, o amazônida contraporia o trabalho comunitário e sazonal, típicos de sua “herança camponesa” (Lourenço, 1999). Para um *corpus* teórico acrítico, tal oposição configura uma realidade contraditória, porém, uma vez que a expomos como pueril aparência, desvela-se *fundamentalmente* uma média temporal para formação de mercadorias que media as relações sociais; este é o ponto nevrálgico de nosso argumento, o de apresentar o fracasso da Companhia Ford Industrial do Brasil como momento crítico da sociedade do valor. O amazônida internaliza o Estado patrimonial brasileiro⁶⁶ reproduzindo a economia especulativa

⁶⁴ Elaine Lourenço (1999) encontrou alguns registros sobre os trabalhadores no escritório do Ministério da Agricultura, em Santarém. A autora baseou-se no *Record of employee*, onde eram arquivados todos os papéis que se referiam à vida funcional dos trabalhadores da Companhia Ford Industrial do Brasil.

⁶⁵ Neste sentido, tomo como base as obras de Lourenço (1999), Grandin (2012) e Sena (2008).

⁶⁶ Lembre-se, de um capitalismo politicamente orientado, pautado numa hegemonia agrário-exportadora (Faoro, 1999).

que enriquecera os barões da borracha, por intermédio de uma consciência aventureira sub-repticiamente voltada ao enriquecimento fácil pelo trabalho em Fordlândia (cf. Faoro, 1999). Assim sendo, o dinheiro conquistado logo tornava-se pretexto para que se largasse a labuta nos seringais e se ocupasse uma parcela de terra nos entornos da concessão. Aparentemente, o meio era favorável ao nativo: com “a vida diária podendo ser simplesmente colhida de uma árvore, havia pouco incentivo para dominar os recursos da selva e liberar as forças produtivas” (Grandin, 2012, p. 160). As condições que tornaram a terra cativa, a partir da lavoura cafeeira e da colonização do oeste paulista, foram responsáveis pela formação de um mercado fundiário calcado no privilégio de uma classe na extração de renda e no endividamento de outra, o que na Amazônia se manifestou como marginalização do caboclo em relação a grande propriedade; quando não se prendia à terra pela dívida, ainda lhe restava o acesso à terra (cf. Alfredo, 2013). Desse modo, obviamente, a expropriação do colono não implicaria em sua sujeição ao trabalho assalariado, como pensava Ford; a realidade periférica é, antes, a da expropriação das categorias do mercado de terras e de trabalho, tal como afirma Costa (1981).

Se a instabilidade da força de trabalho pode ser justificada por um modo de vida, o caboclo deve ser tomado não como insígnia de resistência, como sujeito estranho às relações de valor, mas como parte *sui generis* da modernização, dada pela violência enquanto forma de sociabilidade. Tal como o caipira, que orbitava em torno da grande propriedade escravista reproduzindo a bestialidade do trabalho cativo pela morte de seu semelhante, o caboclo reiterava a hostilidade do aviador e da disciplina do trabalho fordista nos enfrentamentos em Pau d’Água e Porto Novo e no desrespeito à lei seca de Fordlândia. A festa era o momento de medir personalidades, ludicamente possível pelo desafio de uns aos outros, como oportunidade para a realização de façanhas e afirmação de identidades pela força. A alta mobilidade que lhe caracteriza ganha assim novo conteúdo, destacada sua marginalização relativa perante a acumulação mundial preconizada pela Ford: “foi a marginalização sofrida por esses homens que fez do trânsito seu estado natural, conservando-os efetivamente como andorlhos” (Franco, 1969, p. 32); isto mesmo constituiu seu simples sistema social e lhe desenhou a caricatura da preguiça, fetiche que tanto ofuscou a visão dos americanos.

Este peculiar operário que se perfaz entre a casa-grande e o chão da fábrica assume a consciência moderna das relações tipicamente patrimoniais das elites amazônicas e da produção burocrática do fordismo, sem que ocorra entre os dois elementos qualquer tipo de contradição. A organização patriarcal, onde as relações de parentesco mantêm a terra e o

poder, reflete-se no homem sem posses na possibilidade premente da quebra da relação familiar, desde que um mínimo interesse econômico esteja em jogo; a diferença entre os caboclos, seja ou não de uma mesma família, dissimula-se não na forma comunitária – como nos caipiras, que cooperam entre si para manterem um mínimo vital –, mas na passividade perante a rotina de trabalho em Fordlândia e Belterra; a oportunidade de ruptura sendo, portanto, a briga no bar. As revoltas verificadas na primeira fase do empreendimento, que culminaram no *quebra panelas* em 1930, em primeiro instante devem-se a desentendimentos de ordem cultural entre brasileiros e americanos; no entanto, a resistência à subsunção ao processo produtivo é, fundamentalmente, sua assimilação perante uma ordem patrimonial, engendrando específicos contornos ao trabalho na Companhia Ford Industrial do Brasil; a reivindicação é simplesmente expressão fenomênica de um processo mais profundo. Percorre os relatórios da empresa a queixa frente aos “invasores”, designados

os proprietários detentores de títulos que não queriam vender suas terras, e fechar os bares e bordéis. Mas diante daquilo que o *New York Times* descreveu como “pequenas revoltas” de manifestantes empunhando facões ele [Oxholm] recuou. A tentativa de manter os trabalhadores fora dos barcos de bebidas também resultou na ameaça de “resistência armada em várias ocasiões”, de acordo com Oxholm, que recorreu às autoridades brasileiras em busca de ajuda. Mas tudo que fizeram foi dizer que a lei seca era americana, não brasileira (Grandin, 2012, p. 184).

Via de regra, os motins eram atribuídos a “agitadores”, jagunços enviados pelos senhores da região para a quebra do poderio de Ford em sua concessão (Costa, 1981). Tal acusação é de caráter relativamente duvidoso, visto que a empresa poderia perfeitamente argumentar contra as oligarquias locais para exercer sua hegemonia na região. De fato, não obstante, a formação de um sindicato em Fordlândia e Belterra, em 1937, atesta a aliança entre o operariado e a elite amazônicos. Assim que os líderes sindicais eram demitidos em Fordlândia, refugiavam-se nos arredores, na Ilha de Urucutiba, da família Franco – antiga proprietária de Pau d’Água –, que passou a apoiar a ação reivindicatória dos trabalhadores. Johnston tomou o ocorrido personificando a autoridade de um autocrata, reagindo com violência a qualquer forma de organização: em julho de 1937, setenta homens que cortavam madeira para as caldeiras ocuparam a usina de força; o gerente cortou água, alimentos e energia dos grevistas até que estes desistissem de suas petições (Grandin, 2012).

A ação sindical encarna-se na legislação trabalhista de Getúlio Vargas como parcela

constitutiva de um Estado patrimonial-burocrático *in fieri* (Faoro, 1999). A Companhia Ford relutava em aceitar a Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil bem como resistia ao *New Deal* nos Estados Unidos, algo que inconscientemente contraria os pressupostos do fordismo e do *Welfare State*, em sua política de cooptação do proletariado – como descrito no segundo capítulo. Trata-se de uma medida, entre outras, que situa Henry Ford no rol do patronato político amazônico, curiosamente entre a casa-grande e o chão da fábrica. Devemos tomar como fantasiosas as considerações naturalistas de certo “abrasileiramento” do empresário, como de uma caricatural personagem literária que malogra ao chegar ao Brasil; seria como atestar uma “impropriedade do pensamento brasileiro”, tomando Fordlândia e Belterra como filhos deformados do fordismo norte-americano; em suma, qualquer afirmação do gênero “*ideias fora do lugar*” deve ser localizada segundo o campo dos fetichismos (Schwarz, 2010). Não há nada de exótico no esboço de um Henry Ford nos trópicos, especialmente por que esta personalidade não é radicalmente diferente em solo americano. Mais visivelmente, a relação entre Ford, seu filho Edsel e seu protegido Harry Bennett, era bastante peculiar: o último era constantemente agraciado com presentes e incentivado em sua violência e arbitrariedade no trato dos trabalhadores; por outro lado, se “Bennet dirigia o chão de fábrica come se a indústria fosse uma extensão do Velho Oeste, Edsel, com seu sorriso de mártir, trabalhava em silêncio para trazer profissionalismo à empresa” (Grandin, 2012, p. 112). Henry ataçava o atrito entre os dois como um patriarca que põe dois criados em pé de disputa por lealdade.

Decerto, a especificidade da dominação pessoal⁶⁷ de Ford no Brasil vale-se da própria estrutura das *Company town*:

Em Dearborn, o famoso paternalismo de Ford foi diluído pelos diversos recursos à disposição dos trabalhadores numa sociedade urbana e em processo de industrialização. Mas na Amazônia, dirigindo uma plantação remota com mão de obra empobrecida em um ambiente hostil, os gerentes da Fordlândia se viram dirigindo uma versão extrema de capitalismo a partir do zero – literalmente (Grandin, 2012, p. 293).

O ambiente não é construído do nada, antes reassenta a ordem patrimonial anterior na

⁶⁷ Obviamente, “os vínculos pessoais nasceram do caráter mercantil da produção e a ele foram subordinadas. O interesse material submetia à sua razão os laços da estima e da afeição atando-os ou destruindo-os” (Franco, 1976). Isto como forma de ser desta modernização periférica; o que se tenta provar, neste momento, é que não houve, por parte dos brasileiros, uma apropriação arbitrária ou “errada” dos ideais burocráticos de Henry Ford (isto se faz contra as teses de Schwarz, 2010).

totalidade das relações de dominação que se perfazem sobre a cidade industrial; tudo o que é necessário para a reprodução da vida do trabalhador, de alimentos a diversão, realizam-se sob o olhar austero da empresa. Tal conjuntura, entretanto, perdura como modo de ser da industrialização brasileira, equilibrando o proletariado entre sua objetividade obra da burocracia e seu autorreconhecimento segundo a ordem familiar. Nas ruas e casas de diversas *Company town*, como sobriamente estudadas por Juarez R. B. Lopes (1964), o capitalista responsável empresta dinheiro, aconselha e propicia assistência médica e técnica a seus empregados, em troca exigindo lealdade e submissão política; o âmbito da informalidade encarna-se na bonificação dos funcionários mais antigos, que ocupam os cargos mais altos e de maior confiança; por fim, as diferentes posições em uma escala hierárquica ligam-se pelo dever moral: nesse sentido, “um pode contar com o outro”. A presença de Henry Ford na Amazônia é menos física que espectral, impossibilitando ao caboclo a explícita gratificação moral, mas submetendo-o a mesma política de controle, com a roupagem do fordismo.

Atesta-se que o empresário é um *dono do poder* uma vez que o caboclo (ou mais, o brasileiro) não ocupa posição na política, desejando, na realidade, ser protegido por uma autoridade; o corolário é o parasitismo do povo que, incansavelmente, aguarda seu salvador (cf. Faoro, 1999). Ford, tratado pelos espíritos otimistas como o “Jesus Cristo da indústria”, é a personificação ilusória da Revolução que modernizaria o país, como a imagem do taumaturgo que transforma pedras em pães. Esquecida a crise do valor em sua forma periférica, e reproduzindo constantemente seus erros passados, o povo ainda espera seu Messias.

4.4. O navio zarpuou, mas o que restou de Fordlândia e Belterra?

Os americanos partiram assim que o empreendimento foi entregue ao governo federal, em novembro de 1945. A notícia espalhou-se como um súbito choque para os brasileiros, que, da noite para o dia, viram seus patrões, acompanhados de suas famílias, tomarem o navio em direção a Michigan. Os graduados deixaram suas mobílias e muitos objetos pessoais na Amazônia, como se não quisessem mais ter contato com aquele mundo; os caboclos, por outro lado, interpretaram o ocorrido como o tolher de suas esperanças no futuro, aguardando o Messias industrialista que levaria o país adiante. As plantações são cedidas ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), que derruba grande parte do seringal para o cultivo do cacau e

do gado zebu. No entanto, estes ensaios de desenvolvimento científico da agricultura de assalto já se esgotaram: a saída de Vargas da presidência representa para as elites locais a oportunidade certa para o recrudescimento de seus domínios patrimoniais, na sorte de que formulam um lobby para o veto de subsídios a plantações e para a redução dos serviços sociais prestados pela União (Grandin, 2012). Em outras palavras, os planos do IAN – que também visava eliminar os intermediários no sistema extrativista – fracassaram ao esbarrar no sistema de aviação.

A elite do secular, ineficaz e desumano sistema extrativo fora ressuscitada pelos governos americano e brasileiro, a um enorme custo em recursos e sofrimento humano. Ela então se posicionaria contra a racionalização da produção da borracha, pouco importando o desperdício adicional de recursos ou o sofrimento continuado que isso podia acarretar (Dean, 1989, p. 154).

Muitos dos ex-funcionários foram, assim, acantonando-se nos entornos da antiga concessão, seja como parceiros seja como meeiros ou sitiante, em dívida com os coronéis. No núcleo urbano, os equipamentos foram paulatinamente leiloados, por baixos preços, ao passo que os edifícios, abandonados; as infraestruturas, carecendo de manutenção, oxidaram ou apodreceram. Onde antes havia a quadra de tênis, vislumbra-se hoje apenas um estábulo em ruínas (Sena, 2008; Lourenço, 1999; Grandin, 2012).

Durante a efetivação do Plano de Integração Nacional (PIN), em 1972, a região de Itaituba torna-se alvo de um projeto de colonização implementado pelo regime militar. O governo abre a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e o INCRA instala 3 400 famílias como parte de uma estratégia geopolítica de ocupação de vazios territoriais (Oliveira, 1987), mas muitos dos assentados, por falta de subsídios, logo abandonam o local. Uma parte da antiga concessão passa a ser área de jurisdição da Floresta Nacional do Tapajós, enquanto outras servem à expansão desenfreada da soja. Tal commodity homogeneiza a paisagem local, engolindo todas as infraestruturas que se lhe apresentem como estorvo. Não nos cabe, aqui, uma análise da expansão do capital agrário e fictício por meio da nova fronteira agrícola; é preciso somente voltar os olhos para como o avanço dessa cultura remanejou a história de Fordlândia e Belterra no sentido de um duplo esquecimento: o da falência da Companhia Ford Industrial do Brasil como momento da crise do valor e do acobertamento desse fracasso *imane*nte do capital sob o novo manto da financeirização.



Imagem 13: Ruínas da antiga usina de força de Fordlândia, junto à famosa caixa d'água, símbolo da cidade.

Fonte: www.flatout.com.br/fordlandia-a-historia-da-cidade-utopica-que-henry-ford-construiu-na-amazonia. Acesso em 27 de maio de 2015.

Para os antigos moradores, não obstante, o passado é revisitado saudosamente, como se tudo fosse melhor no “tempo dos americanos”. A época da Ford é lembrada como um mito fundador do progresso e do bem-estar dos homens. Na dissertação de Elaine Lourenço, uma entrevista é bastante sintomática (1999, p. 151):

Aí foi o tempo que eles entregaram o terreno, que era contrato dos americanos com o governo, mas ficaram aguentando aquela ordem que tinha pelos americanos, que era tudo direitinho. Eu trabalhei 23 anos. Prá completar os 35 anos me jogaram prá fora, que foi o tempo, como diz a turma, que foi avacalhando, que o governo pode botar a lei que botar que eles quer ver é mais.

A despeito do patrimonialismo encarnado na linha de montagem em Fordlândia, o entrevistado passou a idealizar a burocracia às avessas a que era submetido, em oposição à ação estatal ulterior, tomada como desordenada. A memória, construída *a posteriori*, na realidade abnega todas aquelas relações morais e de lealdade a que nos referenciamos nas

seções anteriores.

O documentário *Fordlândia*⁶⁸, de 2009, expõe como tal cidade, hoje, sucumbiu em ruínas. Belterra, por sua vez, chegou a ter a metade da população de Santarém, em 1938; em 1997, ano de sua emancipação política, contava com alguns poucos milhares de habitantes, atingindo a baixa cifra de 16 mil segundo o último Censo⁶⁹. Atualmente, os belterrenses vivem do turismo, promovendo uma cidade dos trópicos edificada como um velho vilarejo do meio oeste americano. O ambiente recriado parece, no entanto, vazio de conteúdo: o apito da antiga fábrica permanece ecoando pelas ruas quatro vezes ao dia, destituído de sua verdadeira função; a disciplina rígida do trabalho fordista aparece no soar de um objeto como uma mera curiosidade para o visitante, que se encontra afundado na lógica do valor num grau ainda mais profundo que o caboclo de 80 anos atrás.

Em lugar de libertamo-nos das agruras da miséria na periferia, a industrialização falha de Fordlândia e Belterra atesta que a lógica da modernidade é de sua própria crise e destruição, como necessidade mesmo da reprodução do valor. A ilusão de tempo que povoa as mentes na periferia é de que, se malogrou certa iniciativa, é este erro apenas momento passado; concomitantemente, o futuro é de crença no desenvolvimento. Ao contrário, a vida deste sujeito reificado é o da negação temporal, na reprodução constante dos infortúnios da fé na história pela sujeição ao processo produtivo. Ele revela a negatividade do tempo como possibilidade da emancipação e da felicidade humanas.

⁶⁸ Documentário de Daniel Augusto e Emerson Muzeli. São Paulo: Tira filmes, 2009.

⁶⁹ Habitavam Fordlândia, de acordo com o último Censo, somente 1176 pessoas. A página do IBGE fornece interessantes dados acerca da distribuição populacional das ex-cidades da Ford: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st. Acesso em 26 de maio de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

OS LIMITES DA TEORIA COMO PONTAS DE LANÇA

“Primeiro o corpo. Não. Primeiro o lugar. Não. Primeiro ambos. Ora um deles. Ora o outro. Até fartar de um deles e tentar o outro. Até fartar também deste e fartar outra vez de um deles. Assim em diante. Dalgum modo em diante, até fartar de ambos. Vomitar e partir. Para onde nem um nem outro. Até fartar desse lugar. Vomitar e voltar. Outra vez o corpo. Onde nenhum. Outra vez o lugar. Onde nenhum. Tentar outra vez. Falhar outra vez. Melhor outra vez. Ou melhor pior. Falhar pior outra vez. Ainda pior outra vez. Até fartar de vez. Vomitar de vez. Partir de vez. Onde nem um nem outro de vez. De vez e tudo.”

– Samuel Beckett, *Worstward Ho*

I

A motivação desta pesquisa foi a de situar as relações patrimoniais ocorridas em Fordlândia e Belterra como expressões de um todo: da dinâmica do modo de produção capitalista, immanentemente crítica. Não é preciso recorrer à crise de 1929, ou, se se deseja, à de 2008, para perceber o colapso do modo de produção como algo contido já no próprio modo de produção. Apresentamos, ao início desta monografia, a crise do valor e o fetichismo que lhe acoberta, a partir de uma contradição essencial entre o valor de uso e o valor, entre os diferentes trabalhos concretos e o trabalho abstrato que o rege – como realidade – como os

marcos definidores de sua banal historicidade (Kurz, 1997). As formas mais elaboradas de tal contradição manifestam-se no mercado mundial como uma desigualdade espacial da realização do valor, uma crise manifesta na necessidade constante das nações centrais escoarem seus capitais ociosos para as colônias. Em tal conjectura, Fordlândia e Belterra são expressão da expansão do capital estadunidense travando relações com uma formação espacial que lhe é, à primeira vista, estranha. O corolário deste contato não constitui, entretanto, uma contradição, senão uma forma da crise. Em outras palavras, o que poderia ser caracterizado como uma contradição do capitalismo – a produção não-capitalística de relações de produção capitalistas –, é tão somente aparência, que vela a relação que lhe é pressuposta: a saber, a da essencialidade do valor. Posso, neste momento, ter amputado a relativa autonomia de nosso objeto de estudo. Não que este seja explicável por si, fantasmagoricamente destacado das relações sociais de produção; no entanto, a história da Companhia Ford Industrial do Brasil tem sua especificidade, como uma totalidade. Em contrapartida, acreditar que é possível compreender a dinâmica total do valor, sem recorrer a uma particularidade que seja expressão do universal, é mera ingenuidade.

II

Defini o patrimonialismo como a forma de ser da industrialização que se o fez como não-industrialização, algo que retoma mesmo o Brasil colônia. A manifestação política conhecida de tal fato é o clientelismo, largamente estudado por Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro. O debruço sobre tal literatura exige, contudo, um tempo não permitido pelo TGI. Este – também sob a lógica produtivista que doravante comprime o tempo social de reprodução da atividade humana como trabalho –, ao passo que necessário para uma formação acadêmica crítica, coloca-se como obrigatoriedade para a aquisição de um diploma que nos compele a coerção direta de um emprego. Restou-me, enfim, apenas o estudo das *relações de favor* segundo R. Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco, relacionando-se à ideia de *patrimonialismo* de Faoro, extraindo destes uma economia. Ou melhor, as relações patrimoniais são vistas sob a ótica da reprodução economicamente crítica do capital⁷⁰.

⁷⁰ A crítica econômica nos serve como momento da crítica social empregada por Marx (2013), apontando para a questão econômica do valor – como contradição – como mediador da sociabilidade capitalista. A dimensão econômica é *uma* das dimensões do valor, um “fato social total” (Jappe, 2006).

III

As concepções aqui adotadas, partindo do valor como definidor de uma relação social, devem descartar as linhas gerais subjacentes ao pensamento de Greg Grandin. Apesar de suas profícuas descrições, conduz seu texto ponderações de feição biografista, o que reduz Fordlândia a uma inquestionável vontade de Henry Ford realizar uma utopia que pouco depende do mercado da borracha; na historiografia brasileira, seria como se basear numa análise da industrialização que imputa em Roberto Simonsen a figura do empresário racional a frente do seu tempo – algo próprio da escola marginalista. Grandin aponta como, na época do empreendimento, a defesa da borracha não era mais uma causa determinante para a Ford, visto que a Holanda não se alia ao Plano Stevenson, e o látex tem seu preço reduzido no mercado; seria mais aconselhável à empresa abrir um pequeno escritório de compras em Belém ou Manaus. Fordlândia, pois, encaixar-se-ia no denominado “*pastoralismo industrial*” de Ford, à sua aversão a um mundo por ele mesmo construído. O “caos” da vida urbana apareceria, para ele, diluído em uma vida comunitária e autossuficiente no interior, com agricultura cooperativa e mecanizada. As cidades edificadas no Brasil fariam parte do mesmo plano de Pequaming ou Alberta, erigidas nos Estados Unidos, ou de Muscle Shoals, cuja execução fora reprovada pelo governo. A seguinte afirmação deveria ser, *ipsis litteris*, respeitada: “Se o mundo fosse uma vasta fábrica, ele morreria. Quando a questão é a manutenção da vida, vamos para os campos. Com um pé na agricultura e o outro na indústria, a América está segura”. Pode ser que a fábrica de Iron Mountain não dependesse da madeira de Alberta, ou que o látex não fosse a motivação principal para se travar atividades na Amazônia, porém, fechar-se em uma possibilidade circunscrita a um empresário independente das relações sociais de produção, é uma escolha teórica completamente acrítica.

IV

Cabe reiterar que recorrer a fontes primárias é tarefa indispensável à pesquisa. Por isso, é deixado neste trabalho uma larga lacuna, uma vez que os parques incentivos da agência de fomento tolheram-me de qualquer viagem à Amazônia. Inicialmente, ao ler a dissertação de Elaine Lourenço (1999), planejei visitar a Biblioteca Boanerges Sena e o Ministério da Agricultura, em Santarém, para consultar os periódicos que relatavam a respeito da Companhia Ford Industrial do Brasil, assim como levantamentos estatísticos da produção amazônica no início do século XX. Deixei de recorrer, igualmente, a certas obras destes

acervos. De qualquer modo, o que se espera desse TGI é que tenha contribuído para a caracterização da modernização nacional às avessas e, como momento deste processo, para a história crítica da Amazônia. Buscou-se superar as concepções esteticamente determinadas, que imputam à selva uma dimensão divina que se “vinga” da ação humana, ou ainda as que a tratam como mero *locus* da “obra civilizatória”; estes pensamentos são sempre permeados por uma fantasia que, em vez de criticar, reproduz mesmo uma “visão do paraíso”.

V

O espaço é tomado como superante dos modos tradicionais da crítica, ao situar-se como simultaneidade enunciativa da contradição; ou seja, ao invés de se colocar a condição amazônica como a de um atraso a ser solucionado no tempo – ou como a de portadora de uma natureza antropomorfizada, que age “justamente” contra a “civilização” –, apresenta-se-a como forma identitária e negativa da própria expansão das forças produtivas no centro da divisão territorial do trabalho, nos Estados Unidos. Não como objeto, mas como o método da geografia, o espaço é, *tout court*, tomado como abstração capaz de evidenciar um tempo social médio do trabalho definido pelo valor que se realiza, como negatividade temporal, mundialmente. Se tanto se discutiu e se discute acerca da crise da geografia, é essa mesma sua forma, em toda sua importância para uma compreensão crítica e negativa do atual modo de produção. A geografia como força produtiva posta, em seus limites, os limites lógicos e históricos do valor.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009a.
- _____. *Tempo livre in Indústria cultural e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009b.
- ALFREDO, Anselmo. *Modernização, contradições espaciais e relação agrário urbana no Brasil*. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, 2008.
- _____. *Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica*. São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, n. 34, 2010.
- _____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *O capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- BUKHARIN, Nikolai. *Imperialismo e economia mundial*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Condições Sociais da Industrialização de São Paulo* in *Revista Brasiliense*. São Paulo, n° 28.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1977.
- COSTA, Francisco de Assis. *Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford Motor Company (1922-1945)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. FGV, 1981.
- CRULS, Gastão. *Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, CNG-FIBGE, n.4, 1939.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. Rio de Janeiro: ABL, 2005.
- DAMIANI, Amélia Luísa. *A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica*. São Paulo: Revista Terra Livre, AGB, n. 15, 2000.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha na Amazônia*. Rio de Janeiro: Nobel, 1989.

- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Publifolha, 1999.
- FAUSTO, Ruy. *Fundamento e aparência* in *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969.
- _____. *As ideias estão no lugar* in *Cadernos de Debate*, no. 1: São Paulo, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade* in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1984.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwards in historical perspective* in HOSELITZ, Boris (org.). *The progress of underdeveloped areas*. Chicago: University of Chicago press, 1961.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos* in *Filosofia miúda*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Considerações sobre o método* in MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 1: *O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo* in *Cadernos do cárcere*. Tomo VI, Caderno 22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRANDIN, Greg. *Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. São Paulo: Rocco, 2012.
- GRESPLAN, Jorge Luís. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O homem cordial* in *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____. *A expropriação do tempo in Com todo o vapor ao colapso*. Juiz de Fora: UFJF-Pazulin, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *O Espaço in Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LENIN, Vladimir. *Imperialismo: Estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma P. (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.
- LOPES, Juarez Rubens B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- LOURENÇO, Elaine. *Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra-PA*. São Paulo: Dissertação de mestrado, DG-FFLCH-USP, 1999.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Lech, 1979.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 3, vols. IV e V: *O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 1: *O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- MORAES, Antonio Carlos R. *A particularidade histórica alemã in A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil* in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.4, n.8, 1991a.

_____. *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991b.

_____. *Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Geografia histórica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, Ruy. *A geografia serve para desvendar máscaras sociais* in *Geografia: Teoria e crítica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. *Ocupação humana* in SALATI, Edson (org.). *Amazônia: Desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Amazônia: Monopólio, expropriação e conflito*. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PRADO, Maria Lígia C. *A borracha na economia brasileira da Primeira República* in FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROSTOW, Walt W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Ex-Leviatã brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar* in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: 34, 2010.

SENA, Cristovam. *Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia*. Cad. hist.

ciênc. vol.4 no.2: São Paulo, junho 2008.

SINGER, Paul. *Introdução* in MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. *Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, no.51, março 2010.

TROTSKY, Leon. *Os Estados Unidos após a crise de 1929*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/07/crise-1929.htm>. Acesso em 16 dezembro de 2014.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

WEINSTEIN, Barbara. *Seringueiros e comerciantes in Borracha: Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.



ANEXO

**FICHAS DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA
COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL**

Fonte: Lourenço, 1999.

Companhia Ford Industrial do Brasil

Plantações: FORDLANDIA e BELTERRA - Rio Tapajós - E. do Pará



15-3-1914

N.º de ordem do empregado 9699

Carteira Profissional n.º 13218 Série 469

Firma PLANTAÇÕES FORD DE BELTERRA

Matricula n.º

Guia n.º

MARIA TEODORA ALVES

Nome

Filiação { Pai: Manoel Antonio Alves
Mãe: Maria Alves Batista

Idade 30 anos Data do nascimento 5 de Agosto de 1914

Lugar do nascimento Lago Grande Santarom Estado civil solteira

Nacionalidade Brasileira Equiparado ou naturalizado

Residência Belterra

Data da admissão ao serviço 22 de Março de 1944

Categoria e ocupação habitual Trabalhadora no campo

Salário Cr\$ 0,75 p. hora com utilidades Forma de pagamento quinzenal

Nome dos beneficiários e data do nascimento: Seus pais acima mencionadas

Assignatura do empregado

Data 19/Março/1948

Data da despedida de de 19



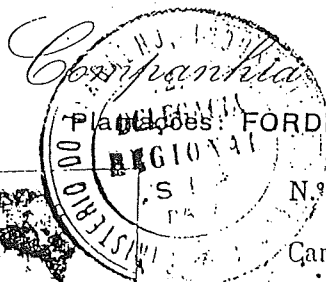
ANOTAÇÕES

Accidentes no trabalho ou doenças profissionais:.....

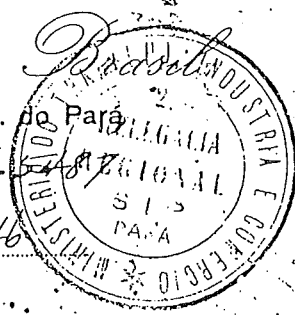
Férias gozadas:.....

OBSERVAÇÕES:.....

- 950



Companhia Ford Industrial do Brasil



Plantações: FORDLANDIA e BELTERRA - Rio. Tapajós - E. do Pará

N.º de ordem do empregado 9572 675-15487

Carteira Profissional n.º 11496

Série 46

Firma

Matricula n.º

Guia n.º

Nome FLECO BATISTA IMBIRIBA

Filiação { Pae Alberto Farias Rocha

Mãe Filix Imbiriba Rimunda Batista Imbiriba

Idade 16 anos Data do nascimento 15 de Março de 1928

Lugar do nascimento Praia Una - Pará Estado civil menor

Nacionalidade Brasileira Equiparado ou naturalizado

Residencia Belterra Santarem Pará

Data da admissão ao serviço 6 de Fevereiro 1944

Categoria e ocupação habitual Agr. Cl. C. Lavador

Salario Cr. 0,50 por hora Forma de pagamento quinzenal

Nome dos beneficiarios e data do nascimento seus pais acima mencionados, ignorando as datas de nascimento dos mesmos.

Assignatura do empregado FLECO BATISTA IMBIRIBA

Data 6 de Fevereiro 1944

Data da despedida 5 de Outubro de 1944

ANOTAÇÕES

Accidentes no trabalho ou doenças profissionaes:

Férias gozadas:

OBSERVAÇÕES

OBSERVAÇÕES: Deixou os serviços de sua livre e espontânea vontade
Admitido em 75/6/45 com Cr\$ 1,175 p. hora. —

"Linha 1, para o 1º andar, a 1ª
 porta do 5º andar de 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840

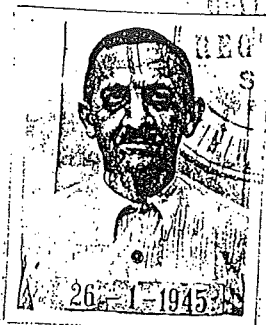
D. D. Hullon

Decreto de 16-11-46 - Em 15-9-46 aumentado para Cr\$ 1,25 por hora. —

-1108-

Companhia Ford Industrial do Brasil

Plantações: FORDLANDIA e BELTERRA — Rio Tapajoz — E. do Pará



Nº de ordem do empregado

Carteira Profissional n.º

Série

Firma COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL

Matricula n.º

Guia n.º

Nome George A. Weiss

Filiação

Pae Auguste Weiss

Mãe Anna Weiss

Idade 46 anos Data do nascimento 28 de Abril de 1888

Lugar do nascimento Berlin

Nacionalidade Alemã Equiparado ou naturalizado — (salteiro)

Residencia Fordlandia Belterra

Data da admissão ao serviço 1º de Janeiro de 1934

Categoria e ocupação habitual Relojoeiro

Salario brk 100,00 por mes Forma de pagamento Mensal

Nome dos beneficiarios e data do nascimento: 1ª mãe

Assignatura do empregado

Data

Data da despedida de de 19

ANOTAÇÕES

Accidentes no trabalho ou doenças profissionais:

Férias gozadas:

OBSERVAÇÕES: Não é empregada da Companhia — Tem, por confissão da Companhia, uma oficina de conserto de relógios e a Companhia paga-lhe, presentemente, Cr\$ 700,00 por mês para manter em ordem os relógios da mesma — Esta ficha foi feita por engano

" Transferido para o Banco de Crédito da Borracha, S. A. em 31 de Dezembro de 1945, de acordo com os arts. 4.º e 7.º do Regulamento Geral Nº 8 440 de 24 do mesmo mês, e com a escritura de 28 também de 1945, e com a assinatura desta Companhia nas notas do B. C. B. da cidade de Rio de Janeiro, IV 496, fls. 47.º "

AdJ

Dr. J. J. de A. da Silva